

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO
ORIENTADOR: PROF. AUGUSTO CESAR ZEFERINO, PhD.

IMPLANTAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS EM NÚCLEOS TRADICIONAIS - O CASO DA PRAIA
DOS INGLESES, NA ILHA DE SANTA CATARINA.

MARILÚ ANGELA CAMPAGNER MAY

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

FLORIANÓPOLIS, MAIO DE 1995.


UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

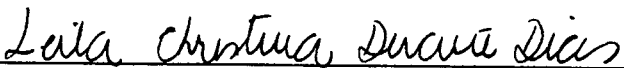
IMPLANTAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS EM NÚCLEOS TRADICIONAIS - O CASO DA PRAIA
DOS INGLESES, NA ILHA DE SANTA CATARINA.

MARILÚ ANGELA CAMPAGNER MAY
GEÓGRAFA

Dissertação de Mestrado submetida ao Curso de Pós-Graduação em Geografia da UFSC, Área Desenvolvimento Regional e Urbano, do Departamento de Geociências do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, em cumprimento aos requisitos para obtenção do título de MESTRE EM GEOGRAFIA.

Comissão Examinadora:


Prof. Augusto César Zeferino, PhD. - UFSC - Orientador/ Presidente


Profª. Drª. Leila Christina Duarte Dias - UFSC - Membro


Prof. Dr. Paulo Fernando de Araújo Lago - UFSC - Membro

APROVADA em DEFESA PÚBLICA

Em 30 / 05 / 95

FLORIANÓPOLIS / SC - 1995.

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos pessoais vão para:

A Coordenação, secretária-executiva, corpo docente e discente do Curso de Mestrado em Geografia, e para o Departamento de Geociências, pelo apoio dado, possibilitando a confecção desta Dissertação;

Professor orientador e amigo, Augusto César Zeferino, pelo diálogo, pelas observações críticas, sugestões, estímulo, e incentivos, e pela serenidade e conselhos dados neste período de convivência, tornando mais fácil o desenvolvimento da pesquisa;

Associação Catarinense das Fundações Educacionais - ACADE , pela bolsa concedida através do Programa PICD / CAPES;

Universidade do Oeste do Estado de Santa Catarina - UNOESC, que me liberou para a realização do Mestrado;

E, em especial, para meu esposo Paulo, pela paciência, incentivo e dedicação, sem os quais eu não teria terminado este estudo;

Professores Hoyêdo Nunes Lins, Paulo Fernando de Araujo Lago e Leila Christina Duarte Dias, pelas sugestões e participação nas bancas de qualificação e defesa final da dissertação;

Para todos que, com seu trabalho e senso crítico, contribuíram para a efetivação deste trabalho.

SUMÁRIO

	Página
AGRADECIMENTOS	iii
SUMÁRIO	iv
ÍNDICE DE MAPAS	vii
ÍNDICE DE GRÁFICOS E TABELAS	viii
RESUMO	ix
ABSTRACT	x
CAPÍTULO I	
Introdução	11
CAPÍTULO II	
Análise da Literatura Pertinente	17
3.1 - Políticas Públicas	17
CAPÍTULO III	
Características Físicas, Naturais e Históricas da Área de Estudo	31
2.1 - Aspectos Físicos - Naturais	31
2.2 - Aspectos Históricos	37
CAPÍTULO IV	
Implantação de Equipamentos Públicos: agentes, cenários, estudo de caso	42
4.1 - O Papel dos Agentes Sociais	42

4. 2 - A Prática dos Agentes e as Resultantes Espaciais	49
4. 2. 1 - Introdução	49
4. 2. 2 - Relocação Espacial, Mobilidade Ocupacional e Comportamental	50
4.3 - Agentes que Participam do Processo de Instalação das Obras Públicas na Praia dos Ingleses	68
4.3.1 - Introdução	68
4.3.2 - Centrais Elétricas de Santa Catarina S. A. - CELESC	72
4.3.3 - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN	79
4.3.4 - Departamento de Estradas de Rodagem - DER	86
4.3.5 - Telecomunicações de Santa Catarina S. A. - TELESC	88
4.3.6 - Outros Setores - Equipamentos Sociais	90
CAPÍTULO V	
Considerações Finais	94
BIBLIOGRAFIA	103
ANEXOS:	
Anexo Nº 1 - Questionário	111
Anexo Nº 2 - Fotos - Praia dos Ingleses	114
Anexo Nº 3 - Mapas	
3.1 - Investimentos Públicos - Localização.....	124
3.2 - Localização Original dos Entrevistados - Praia dos Ingleses	126
3.3 - Localização Atual dos Entrevistados - Praia dos Ingleses	128
3.4 - Planta de Situação do Condomínio Praia do Santinho	130
Anexo Nº 4 - Prospecto do Empreendimento Turístico Costão do Santinho Resort	132
Anexo Nº 5 - Notícias jornalísticas, O Estado e Diário Catarinense	134
Anexo Nº 6 - Evolução do número de ligações na Praia dos Ingleses no período de janeiro de 1992 a dezembro de 1993	139
Anexo Nº 7 - Detalhamento do Trajeto da Canalização de água - Setor IV	140

Anexo Nº 8 - Plano Diretor dos Balneários 143

Anexo Nº 9 - Ocupação dos Entrevistados 145

ÍNDICE DE MAPAS

Mapas:	Página
1. Localização da Área de Estudo	33
2. Distrito de Ingleses do Rio Vermelho	34

ÍNDICE DE GRÁFICOS E TABELAS

Gráficos:	Página
1. Número de Entrevistados, em Percentual, por Sexo, na Praia dos Ingleses	58
2. Porcentagem de Residentes que Alugam suas Próprias Residências	59
3. Renda Mensal Fixa Declarada em Salários Mínimos e o Número de Respondentes em cada Faixa Salarial	60
4. Número de Entrevistados em cada Faixa Etária	61
5. Grau de Instrução	61
6. Grau de Importância e/ou Necessidade dos Investimentos Públicos para a Comunidade e por tipo de Agente	67
7. Evolução do Número de Ligações na Praia dos Ingleses no Período de Janeiro de 1992 a Dezembro de 1993	77
Tabelas:	
1. Número de Consumidores por Classe de Consumo em Santa Catarina e na Praia dos Ingleses	76
2. Crescimento Percentual do Número de Consumidores por Classe de Consumo em Santa Catarina e na Praia dos Ingleses	76

RESUMO

Este estudo tem a preocupação central de analisar as implicações referentes à implantação de obras públicas em núcleos tradicionais, tendo como unidade geográfica de análise, a Praia dos Ingleses, na Ilha de Santa Catarina.

É de interesse, também, a identificação das implicações sócio-espaciais para os nativos da área através da implantação de obras públicas atentando, sobretudo, para os fatores políticos, econômicos e administrativos.

No desenvolvimento do trabalho foram analisados arcabouços teóricos e/ou empíricos de políticas de investimentos em obras públicas, que conduzem ações de impacto na sociedade como um todo. As obras públicas implantadas na Praia dos Ingleses foram o objeto concreto da análise proposta.

Os objetivos da análise incluem: identificar e analisar os domínios territoriais e organizacionais após a implantação das obras públicas na comunidade; a participação dos agentes promotores da organização do espaço na implantação das obras públicas, e a influência das obras públicas na comunidade da Praia dos Ingleses, relativas às mudanças sócio-econômicas.

Concluindo-se, enfatiza-se que a implantação das Obras Públicas com planejamento, fundamentada em pressupostos teóricos e/ou práticos do desenvolvimento, será produto de um novo ordenamento em que a racionalidade economicista não seja o elemento central nas relações sociais e do Estado.

ABSTRACT

This study has as its central objective the analysis of the implications derived from public facilities and infra-structure location in traditional settlements. The geographic unity under analysis is Praia dos Ingleses, a traditional fishing and agricultural village located on the island of Santa Catarina in southern Brazil, now turned into a major tourist resort area because of its natural attractions. It is assumed that direct government investments providing basic infra-structure facilities, such as water, energy, telephone, paved roads, school, medical assistance, etc., have played a major role in that process.

Theoretical and empirical aspects of public facilities and location which produce impact actions on the society as a whole are studied. Administrative, political and economic factors and their consequences to the native community are more closely analysed.

The objectives of the study include the identification and analysis of the land dominion and its organization after the location of public facilities, the participation of different agents in the process of spatial organization and their influences in the community concerning to spatial, social and economic changes.

Concluding, it is important to note that planning public facilities location based on theoretical and practical assumptions of development will result in a new type of organization in which the rationality of economics alone will not be the kernel of the relationship between the State and the remaining components of society.

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

Trata a presente dissertação de uma introspecção nas questões que dizem respeito ao espaço, envolvendo a análise de questões relativas à implantação de obras públicas em comunidades tradicionais e suas consequências para a população nativa. Este problema, no entendimento da autora, suscita questionamentos que requerem a análise de um caso específico para que se possa avaliar as relações hipotéticas a serem levantadas adiante.

Antes de tudo é necessário colocar a preocupação da autora a nível de justificativa para a escolha do tema. Sem dúvida, a exigência do programa de mestrado de que uma dissertação seja redigida, provoca a busca de opções temáticas. Assim, aflorou a idéia de um tema que, por certo, assume importância científica, acadêmica e social, ou seja: a análise da influência das obras públicas em comunidades tradicionais. A Praia dos Ingleses, neste sentido, a exemplo de muitas outras comunidades da Ilha de Santa Catarina, apresenta características que a tornam de interesse investigatório.

A Praia dos Ingleses pertence ao distrito de Ingleses do Rio Vermelho, Município de Florianópolis - SC. Optou-se em usar "Praia dos Ingleses" como denominação por ser o nome mais utilizado quando se refere àquele distrito, embora as demais comunidades

daquela unidade administrativa, exceção feita à Praia Brava, também estejam incluídas na análise.¹

Diríamos, fundamentalmente, que é muito difícil administrar uma localidade dentro de normas viáveis sem o conhecimento prévio e preciso de suas estruturas e dos fatores que a condicionam, incluindo o uso da terra, aspectos históricos, estrutura físico-natural, condições ambientais, aproveitamento do solo, etc. O conhecimento básico dos principais elementos do meio físico onde se assenta a área de estudo foi considerado de importância pela relevância que tem para o assentamento, as atividades produtivas, o planejamento e ordenamento territorial.

A escolha de um agente modelador, no presente trabalho representado pelo Estado, justifica-se por duas razões: 1) a importância que possui este agente no processo de organização do espaço urbano, pois é o responsável direto e/ou indireto por parte das intervenções, inclusive intermediando a construção e comercialização de edificações e, 2) seu grande poder político e sua capacidade administrativa são capazes de influenciar decisões públicas e privadas. O destaque ao agente Estado é importante em virtude das ações governamentais na produção do espaço criado e gestão dos bens públicos.

Analisar o "espaço" através das ações governamentais significa verificar como o mesmo é "organizado", ordenado e reordenado no sentido de disciplinar o seu uso, e que esta ação de disciplina visa manter e perpetuar a apropriação e produção de espaços já disciplinados, quebrando disciplina imposta e recolocando a questão da nova reordenação do espaço. Significa, também, analisar o espaço como instrumento de poder em relação às obras públicas. Assim, a autora entende ser necessário colocar as questões propostas.

O que motiva, também, o presente trabalho, reside na dualidade que caracteriza a atuação do Estado em torno de realizações voltadas à questão social "declarada" de interesse público.

¹Faz-se necessário estabelecer que pertencem ao Distrito de Ingleses do Rio Vermelho, as praias dos Ingleses, Santinho e Brava, e as comunidades de Aranhas, Capivari, Muquém e Araçá. A Praia Brava não fará parte da área de estudo por ser um projeto exclusivo de loteamentos com destinação específica a condomínios residenciais de luxo, e que se fosse incluída poderia comprometer os resultados da análise.

O que importa é conceber o Estado inserido no conjunto de relações sociais e políticas no âmbito mais abrangente da sociedade. Isso não implica em deixá-lo atrelado ao universo das relações de poder e ao processo decisório em que se formulam políticas públicas.

A presente proposta de trabalho inclui a discussão da questão "planejamento governamental" na sua dimensão referente a política de investimentos em obras públicas, que conduzem à escolha de ações de impacto na sociedade como um todo. As obras públicas implantadas na Praia dos Ingleses formam o objeto concreto da análise proposta.

A preocupação com a natureza geográfica do tema transparece no decorrer da proposta à medida que as questões levantadas, os objetivos definidos, os levantamentos teóricos e as proposições são colocados. Ao analisar o espaço, nas suas conotações físicas e antrópicas, o Geógrafo, necessariamente, observa e transfere valores interpretativos que lhe dão particular significado e valor. No cerne das pesquisas geográficas deve estar a análise do espaço produzido pelo homem, no qual ele próprio está inserido como administrador ativo. A Geografia, na sua função de síntese e no seu papel de co-participante na busca interdisciplinar de interpretar cientificamente os fenômenos físicos e sociais, entende que não pode prescindir dos valores definidos por outras ciências.

O problema desta pesquisa, por ora, pode ser interpretado através das seguintes relações hipotéticas:

1. Parece haver uma relação entre a implantação de obras públicas na Praia dos Ingleses e a relocação espacial das famílias que têm origem na própria localidade;

2. A implantação das obras públicas na Praia dos Ingleses parece resultar mais da ação e interesse de agentes externos à comunidade do que pela interferência direta dos habitantes locais, e.

3. Parece estar ocorrendo mudanças sócio-econômicas junto à população nativa, resultantes da implantação de obras públicas na Praia dos Ingleses.

Assim, os seguintes objetivos foram estabelecidos:

1. Identificar os domínios territoriais, sociais e organizacionais após a implantação de obras públicas na comunidade;

2. Identificar e analisar a participação dos agentes promotores da organização do espaço na implantação das obras públicas, e

3. Analisar a influência das obras públicas na comunidade da Praia dos Ingleses, relativamente às mudanças sócio-econômicas.

Estes objetivos levam à seguinte proposta metodológica, que envolve, preliminarmente, duas etapas distintas:

1. Busca de informações (bibliografia teórico-conceitual, dados estatísticos, informações qualitativas, cartas, relatos, levantamento de campo e outras) e,

2. Manuseio, organização e interpretação das informações levantadas.

Num primeiro momento foram feitos levantamentos bibliográficos apoiados em trabalhos já publicados sobre implantação de obras públicas e outros estudos que serviram para compor e enriquecer as informações da pesquisa; esta etapa envolveu inclusive saídas de campo para a aplicação de questionários (Vide anexo nº 1). Levantamentos fotográficos (Vide anexo nº 2) e cartográficos (Vide anexo nº 3) foram utilizados para registrar o mapeamento de informações suscetíveis a este tipo de tratamento. Algumas instituições foram contactadas nesta etapa, incluindo o IPUF, Prefeitura Municipal, CASAN, CELESC, TELESC², Secretarias Estaduais e outras.

Na segunda etapa, após coletar informações, as mesmas sofreram o manuseio exigido, incluindo tratamento estatístico, elaboração de gráficos e quadros para que, em seguida, se procedesse a interpretação e redação final da dissertação.

Especificamente, para atender aos objetivos traçados e as questões levantadas, a autora utilizou os seguintes procedimentos metodológicos:

1. Estudo de algumas características da população local através da análise de informações levantadas com a aplicação de questionários e entrevistas;

²IPUF - Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis, CASAN - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento, CELESC - Centrais Elétricas de Santa Catarina S. A., TELESC - Telecomunicações de Santa Catarina S. A..

2. Levantamento sobre a evolução da comunidade, utilizando documentos já de posse da autora;

3. Levantamento das principais obras e ações diretas de órgãos que têm relação com a formação do espaço da localidade;

4. Análise do Plano Diretor e suas principais diretrizes de desenvolvimento para a localidade, destacando aspectos ligados aos processos espaciais em estudo;

5. Como parte do crescimento da Praia dos Ingleses se deve aos investimentos públicos, foi feita uma análise dos mesmos, identificados por tipo de agente, e;

6. Ao final foi analisada a implantação das obras públicas em núcleos tradicionais, tendo como caso de estudo a Praia dos Ingleses, fazendo uma avaliação das formas como foram implantadas.

A metodologia adotada para a presente pesquisa, considerando as relações hipotéticas e objetivos propostos, levou em conta os seguintes pontos:

- Com o objetivo de responder aos questionamentos centrais deste estudo, foram feitas entrevistas junto à comunidade nativa residente na área.

- Para definir o tamanho da amostra dentro de um determinado grau de confiança, optou-se em utilizar as orientações de Gerardi e Silva (1981);

- Para atingir efeitos de operacionalização e visualização, os mapas de localização da amostragem e deslocamento populacional (Anexo 3, mapas nº 4 e nº 5) estão divididos em setores obedecendo a via de circulação mais expressiva da localidade, e por vezes foi utilizado algum referencial significativo do local;

- os gráficos e as tabelas foram confeccionados obedecendo critérios de frequência dos dados registrados durante as entrevistas, de modo que as respostas registradas em maior número de vezes determinasse a ordem de entrada na análise. Considerou-se e registrou-se também quaisquer dados que se referissem à implantação de obras e investimentos públicos.

A análise buscou, ainda, responder a alguns questionamentos indispensáveis para o entendimento do tema central da pesquisa. São eles:

a) Quem são os agentes e as estratégias que norteiam a instalação de obras públicas a serem estudadas e como estas se relacionam face a dinâmica da comunidade tradicional?

b) Sob que condições surgem e quais são as características específicas das obras públicas implantadas?

c) Houve mudanças no quadro sócio-econômico da comunidade local após a implantação das obras públicas?

O trabalho está estruturado da seguinte forma: Introdução (Capítulo I), apresentando o problema da pesquisa, as relações hipotéticas pertinentes ao problema, os questionamentos, os objetivos e os procedimentos metodológicos; no Capítulo II é feita uma análise da literatura referente à temática em discussão procurando, sempre que possível, esgotar a busca das contribuições possíveis; o Capítulo III analisa as características naturais e históricas da área de estudo.

O capítulo seguinte (IV) discorre sobre a implantação de equipamentos públicos juntamente com o processo de urbanização capitalista, demonstrando sua lógica, seus agentes e suas contradições. Procurou-se tecer alguns comentários sobre a urbanização e a especulação imobiliária, enfatizando as condições gerais que propiciaram a aceleração do processo de urbanização ocorrido a nível local, e o papel do Estado como agente promotor do espaço urbano.

Neste capítulo, se analisa ainda o papel dos agentes que participam do processo de instalação das obras públicas na Praia dos Ingleses, representados pelas principais empresas estatais de infra-estrutura, frente a especificidades dos processos de urbanização estudados.

A conclusão do trabalho baseia-se nos termos discutidos anteriormente, sintetizando a discussão em torno das consequências advindas da implantação de obras públicas em núcleos tradicionais ocorridos na Praia dos Ingleses, na Ilha de Santa Catarina.

CAPÍTULO II

ANÁLISE DA LITERATURA PERTINENTE

Convém definir, numa primeira instância, que a análise desenvolvida possui seu referencial teórico calcado, basicamente, em autores que estudam as questões referentes ao Espaço, ao Estado e à Implantação de Obras Públicas. A leitura desses autores permitiu o entendimento das características básicas da problemática sendo analisada, bem como compreender o interesse do Estado em subsidiar e nortear a implantação de obras públicas em determinado local.

2.1. Políticas Públicas

A intervenção do Estado no sistema econômico expandiu-se, no presente século, não somente pela evolução dos princípios teóricos, mas também pelo aumento dos desníveis sócio-econômicos e pela necessidade de um crescimento econômico voltado às peculiaridades regionais.

Com a integração do país à economia internacional e, ainda, à medida que se possui um modelo de desenvolvimento baseado nessa integração, então, obviamente, esse aspecto central do funcionamento do sistema econômico-social do país em mutação poderá influir nos padrões da localização das atividades econômicas, da população e da infra-estrutura (Santos, 1993).

Na condução desse processo há de se considerar, ainda, a pressão interna e externa.

Cardoso (1983) explica que a existência de planos públicos com fins sociais não pode deixar de lado as condições de demanda por serviços públicos. Alguns Estados

contemporâneos têm sofrido imposição de organismos internacionais pela defasagem acumulada no grau de apropriação desses serviços. Esses fatores têm contribuído para as pressões coletivas ajustarem as ações de certas agências do governo.

A condição de investidor de poupança que o Estado detém como regulador da valorização/desvalorização de títulos públicos, por meio de inflação ou da deflação - pode ser caracterizada como sendo outra forma de intervenção. O Estado passa a ser o controlador das aplicações financeiras que fornece. Gramsci (1989, p. 409) enfatiza que:

"efetivamente não se trata só de conservar o aparelho produtivo existente num determinado momento, trata-se de reorganizá-lo para desenvolvê-lo paralelamente ao aumento da população e das necessidades coletivas".

Nessas condições, os intermediários financeiros públicos passam a ser os grandes financiadores do capital privado. Suzigan (1976) já confirmava tal processo, dizendo que o papel do Estado, enquanto agente financeiro, supre recursos ao setor privado nas faixas de créditos que o sistema financeiro não tem condições de suprir adequadamente, especialmente recursos a longo prazo, para capital de investimento.

A tentativa de explicar a função econômica ligada ao processo de intervenção pelo Estado torna-se importante à medida em que a inferência lógica da atuação do Estado pode ser explicada pelos dispêndios do setor público. A análise da aplicação do capital em infraestrutura e sua manutenção pelas políticas públicas facilitam o entendimento dessa afirmação.

Políticas públicas, conforme Oslak (1982, p. 20), "são em sua formulação - a expansão pura e genuína do interesse geral da sociedade, porque sua legitimidade deriva de um processo legislativo democrático, ou de aplicação de critérios e conhecimentos tecnicamente racionais para a solução de problemas sociais". Para Silva (1986) a questão da adequação/articulação entre o processo de desenvolvimento econômico e de desenvolvimento social depende das formas em que se constituíram as bases técnicas e sociais do Estado, como agente promotor do binômio acumulação e equidade social.

Portanto a atuação do Estado, num contexto político, é afetada por diferentes planos de investimentos em educação, saúde, infra-estrutura, equipamentos sociais, lazer, estrutura e organização familiar e no planejamento urbano e regional. No entanto, a habilidade para lidar

com a interação de diversas variáveis, nas limitações estruturais, segundo Almond e Powell Jr. (1972), é o que nos capacita a passar de uma orientação ideológica sobre o desenvolvimento político e da modernização, para os programas de desenvolvimento em termos seculares de "probabilidade".

Para Monteiro (1982), a política governamental poderá concorrer para atribuir pesos diferenciados na escolha dos projetos de desenvolvimento, atrelando incentivos ou punições às consequências dessa escolha. Por exemplo, os incentivos fiscais quando relacionados aos investimentos hoteleiros podem ser tão significativos que a sua simples existência concorre para a aprovação de um determinado projeto turístico.

Na verdade toda essa concorrência advém também de limitações que afeta diretamente o estado como provedor de recursos.

Desse modo, as interdependências existentes entre as estruturas econômicas, políticas e sociais somadas à lógica interna do sistema, fazem com que o Estado subsidie certos setores em detrimento dos grupos restantes, que ficam compelidos a absorver maiores deseconomias e custos.

O subsidio do Estado manifesta-se pela provisão de serviços públicos de água, esgoto, saúde, educação, transporte e lazer naqueles pontos de estrutura que apresentam maior capacidade financeira para sustentá-los, produzindo-se incremento nos desequilíbrios espaciais, nas condições de vida, na renda real e na disponibilidade dos serviços básicos (Mayo, 1975). O poder público necessita de substanciais recursos para atender tais necessidades. Os recursos municipais próprios têm-se reduzido progressivamente e às receitas de transferências federais e estaduais não têm sido capazes, na maior parte dos casos, de prover as autoridades locais dos recursos financeiros necessários para atender às crescentes necessidades de serviços e equipamentos urbanos.

Nos dias de hoje é, porém, o bloco urbano da "litorização" (Davidovich, 1984), que está à frente da luta pela preservação e consolidação da participação política da sociedade que poderá representar uma saída para impasses tão duramente vividos entre o Estado e o espaço como representação de poder. Verifica-se a concretização dos anseios

de uma população visando uma utilização mais racional do seu território, capaz de deixar para trás as profundas disparidades sociais e espaciais do desenvolvimento geográfico desigual visivelmente acentuadas, hoje, nas cidades.

Vetter & Massena (1980) escrevem sobre o resultante aumento constatado no papel que o Estado desempenha nas áreas urbanas, levando à crescente politização da alocação de recursos nas cidades, dado que a apropriação dos benefícios líquidos dessas ações de provisão de serviços coletivos e no controle dos custos sociais é extremamente importante para a determinação dos níveis de condições de vida dos diferentes grupos sócio-econômicos dos habitantes das cidades. Esses benefícios têm um custo gerado na forma de tarifas, política fiscal local, regulamento de loteamentos, zoneamentos e planejamento que produzem a qualidade de vida no lugar ou afetam determinados grupos sociais. Esses grupos se formam para influenciar os investimentos do Estado em seu favor.

O Estado, a partir daí, entretanto, também se subjugava ao comando do capital passando a agir de formas distintas. De um lado aparece como agente indispensável para tratar os efeitos da crise urbana, que surge a partir da lógica anteriormente descrita e por outro lado socializa os custos necessários à acumulação do grande capital. Para Castells (1981, p. 307), o Estado

"avalia os desequilíbrios territoriais, assegura um nível mínimo de reprodução da força de trabalho, compatibiliza as diferentes funções urbanas e responde, em alguma medida, às crescentes reivindicações sociais de meios de consumo coletivo".

Cumprindo, portanto, a função de "intervir na produção do ambiente construído e arbitrar as demandas da classe trabalhadora por infra-estrutura, transporte, habitação e serviços sociais das mais variadas naturezas" (Piquet, 1986, p. 45). Topalov (1979 b, p. 40) acrescenta que atualmente,

"é totalmente natural que o Estado intervenha para proporcionar à população escolas, casas populares, etc., pelo menos nos casos em que a iniciativa privada não logra fazer ela mesma. O Estado é para esta ideologia, o representante do interesse geral e deve portanto, corrigir os efeitos negativos do livre jogo dos interesses particulares".

Ao constatar as carências do livre jogo do mercado, mede as necessidades que se desprendem dele, estabelece normas e equipamentos, progressivamente as realiza através da redistribuição de uma parte do produto social, que são os impostos e as rendas de transferência. Em geral, os investimentos, do Estado se dão em setores não atrativos ao capital privado.

Ao investir em setores pouco rentáveis, financiando equipamentos urbanos desvalorizados (energia, habitação popular, água e saneamento, telefonia e equipamentos sociais), o Estado não só barateia os custos dos investimentos lucrativos que o capital pretende efetuar, como também permite resolver a curto prazo, "a Intervenção do Estado capitalista permitiu impedir a curto prazo processos anárquicos que minam o desenvolvimento urbano. Nos três pontos de crise da urbanização capitalista: o financiamento dos equipamentos urbanos desvalorizados, a coordenação dos diferentes agentes da urbanização e, enfim, a contradição entre o valor de uso coletivo do solo e sua fragmentação pela renda fundiária - nesses três pontos de ruptura - a intervenção do Estado permitiu resolver a curto prazo problemas insolúveis para os agentes capitalistas individuais" (Lojkin, 1981, p. 169).

Em resumo, pode-se dizer que o campo de ação da política urbana dos Estados capitalistas periféricos abrange, primeiramente a função de promover, por meio de instrumentos de intervenção, "a dotação de bens de consumo coletivos indispensáveis para a reprodução ampliada da força de trabalho necessária ao capital". Em segundo lugar, sua função consiste em "reduzir os custos de produção mediante a criação das condições gerais de produção de forma a permitir ao capital beneficiar-se da aglomeração" (Piquet, 1986, p. 47).

Compete agora, para aprofundar as contradições do papel do Estado junto a urbanização capitalista, estudar a forma utilizada por ela para gestionar o espaço.

O planejamento territorial surge como uma estratégia, um conjunto de ações racionais ajustadas a esta meta onde os mecanismos utilizados pelo Estado são organizados e colocados em prática.

A operacionalização dos mesmos ocorre através do plano de urbanismo de um lado, e de serviços públicos de outro que, juntos, constituem-se nos instrumentos de intervenção racional do Estado. As diretrizes por eles assumidas são realizadas tanto pela ação normativa, exercida pela prefeitura sobre particulares (notadamente quanto ao uso do solo), quanto pela ação executiva das obras e programas (Topalov, 1979 a).

No processo de formação do espaço urbano torna-se importante destacar que dois dos agentes urbanos resultam marginalizados e absorvem os ônus do processo: a população de baixa renda e o poder público.

Dado que o processo é crônico, de pouco adiantaria para essa população a melhoria dos serviços públicos, pois o aumento do valor imobiliário decorrente dessa melhoria reduziria sistematicamente suas possibilidades de usufruir os benefícios gerados.

O poder é o segundo prejudicado pelo processo, pois se torna cada vez menos viável sua função de produtor de serviços de infra-estrutura urbana para a população. Isso se dá na medida em que ao sistema imobiliário, não podem ser ampliados senão os custos crescentes.

Ainda que inócuas, no sentido de promover o bem geral, não há como negar que as aparências se transformam em benesses para uma determinada classe, que pôde apropriar-se sabidamente dos investimentos públicos, internalizando benefícios custeados por todos os contribuintes (Machado, 1989).

Devido ao poder de organização e a possibilidade de centralizar decisões, o Estado pode modificar o uso do solo. Por isso, as obras públicas que causam impacto não podem prescindir da sua iniciativa ou colaboração, pois ele atua diretamente ou delega poderes aos outros para representá-lo. Vetter & Rzezinski (1979) discutem o impacto das obras públicas sobre o uso do solo que foi gerado pelo beneficiamento dos grandes investimentos em infra-estrutura urbana através de programas e ou ações governamentais, permitindo novo ímpeto no crescimento do valor da terra, e criando um mercado fundiário urbano. Muitas vezes, para viabilizar esse retorno, o Estado cria, inclusive, estruturas especializadas e/ou locais que possibilitem um fluxo de retorno seguro, elementos fundamentais do processo de concentração de renda.

No caso de municípios isso se concretiza quando o governo local deixa de atuar exclusivamente na produção de equipamentos e serviços urbanos e no exercício rotineiro de certo poder de polícia sobre edificações e loteamentos, passando a assumir diretrizes gerais de desenvolvimento urbano, concebidas para um determinado período do futuro, sobre forma de planos urbanos.

Ainda que a instrumentação legal e administrativa desses planos seja, via de regra, bastante precária, os planos municipais ou metropolitanos consubstanciam de alguma forma o projeto da cidade e os princípios de planejamento que são assumidos pela comunidade.

Observa-se um rezonamento como meio de manter ou aumentar o valor da terra, excluindo grupos sociais de menor poder aquisitivo. Este rezonamento ocorre quando o proprietário da terra possui um "pistolão" suficiente para liberar as alterações na propriedade obtendo lucros substanciais em função do maior valor que a propriedade alcança, controle sobre a densidade que tende a ser alta ou então a elasticidade do padrão da construção, geralmente para cima.

Estas relações entre a racionalidade e a prática dos diversos agentes e o espaço urbano podem assumir um caráter de conflito trazendo, em si, mudanças, as quais podem ser vistas como sendo de "decomposição - recomposição" (O'Neill, 1986) do espaço urbano.

As falhas na composição do espaço urbano moldado economicamente pelo interesse imobiliário mais que falhas estéticas da paisagem, refletem a incapacidade do poder público de tomar nas mãos a tarefa cultural de orientar o dinamismo econômico para a constituição de uma verdadeira cidade, na qual o habitante não seja um estranho.

O "espaço do habitante" (Costa, 1976), tanto o diretamente utilizado como também o espaço ambiental que conforma a paisagem é, na verdade, cada vez mais reduzido: as áreas públicas são consumidas por ampliações sucessivas das faixas para tráfego e estacionamento, bem como por novos edifícios privados e/ou públicos; as áreas privadas são ocupadas com intensidade cada vez maior, reduzindo quase sempre o espaço ambiental das vias.

O Estado, como agente, pode afetar desigualmente as diversas áreas de um espaço urbano através de mudanças nos impostos, políticas de zoneamento do uso do solo, implantação de infra-estrutura básica (luz, água e esgoto) e viária, alterando o preço da terra e dos imóveis e/ou afetando as amenidades destas áreas.

O Estado é um agente complexo e dinâmico. Sua atuação no espaço, ao contrário do que quer o liberalismo não é neutra, mas marcada pelos conflitos e alianças de classes, notadamente com aqueles segmentos dominantes que, a cada conjuntura, assumem o poder.

Nas cidades, o Estado que promove os meios de consumo coletivos e regula a reprodução da força de trabalho para assegurar a reprodução ampliada do sistema capitalista, é responsável, também, pela geração de inúmeras contradições urbanas entre o capital e o trabalho, conforme demonstram amplamente Althusser (1987) e Castells (1977).

As cidades atingidas pelas medidas "modernizadoras" nos campos da política e da economia sofreram grandes transformações. O Estado foi patrono de uma série de ações de caráter estrutural como no sistema de transportes, energia elétrica, água e esgoto sanitário, telefonia, e uso do solo, visando adequá-las ao novo papel que delas se esperava, sedes de novas formas de produção, palcos de novas classes emergentes e das articulações decorrentes. Foram clareadas áreas centrais e preparados vetores de expansão permitindo a liberação dos acanhados cascos históricos, que aos poucos se haviam transformado em torniquetes estrangulantes. Os grandes beneficiários são os novos setores da economia, para os quais se deseja atuação hegemônica e as camadas da população desejosos de marcar o seu status por novos níveis de consumo e consequentes estilos de vidas já capazes de pagar por isto (Santos, N. F. 1981).

Depois desse período foram incorporadas áreas imensas aos perímetros urbanos, oferecidas à expansão industrial e à moradia das novas classes médias e altas urbanas. O papel do Estado, como foi visto, inverteu-se: o capital, não se interessará mais por investimentos urbanísticos e procurará setores mais dinâmicos.

Investimentos em infra-estrutura vão sendo deixados por conta do Estado, que não terá condições de fazê-los com a rapidez e eficiência necessárias. Os mais ricos adensarão a

ocupação das raras seções urbanas bem providas de serviços e equipamentos. É aí, também, que se vão amontoar os empregos, pois o capital cuidará de disputar, para os esquemas produtivos, as mesmas externalidades que as classes altas consideram como ideais para seu consumo. Setores de capital especializados na indústria imobiliária³ (Almeida, 1975) passam a restringir as atividades à provisão de moradia para os que tiverem condições de suportar o seu alto preço. A oferta da terra é finita e pouco elástica nos núcleos urbanos.

Dentro desse processo Topalov (1979 a) complementa que a oferta do espaço urbano é basicamente conduzida pelo setor imobiliário cujos agentes produzem e fazem circular a mercadoria imobiliária. Estes agentes que se constituem nos promotores imobiliários, tomam a iniciativa de agregar novas glebas à trama urbana, dividi-las e dotá-las de algum meio de tipo de edificação e instalações.

Este procedimento se orienta pelo fato de que o valor do imóvel aumenta pela incorporação de benefícios resultantes da infra-estrutura e de outras instalações dependentes dos demais agentes da urbanização. De preferência, para obterem maiores lucros procuram transferir os custos da infra-estrutura para o usuário e, principalmente para o setor público.

Inclusive acontece uma antecipação da elevação dos preços de mercado das moradias, em função da realização, pelo Estado, de obras de equipamentos urbanos que mudam os valores de uso das moradias localizadas em zonas onde os investimentos públicos ocorreram.

Isto leva, por excelência, os antigos proprietários a exercerem o processo de ocupação nos considerados "espaços periféricos" (Conceição, 1982) do terreno ou da própria localidade à qual pertencem. Diz-se popularmente: "Vão para mais longe os que podem pagar menos". Essa relocação espacial, também, objeto de tratamento no presente trabalho é resultante direto desse processo.

São processos que têm raiz no mesmo descontrole com que cada agente da urbanização, ao instalar-se e ampliar suas instalações, procura aproveitar-se individualmente

³Caracteriza-se pela produção de habitações ou edificações comerciais e industriais, para venda ao público ou para aluguel. Opera de forma semelhante à de qualquer outra indústria, sendo que para ela "terreno" não passa de matéria prima, à qual se adicionam a construção, os serviços (como de vendas e seguros), os financiamentos e, no processo, se transformam insumos em produto acabado, a unidade imobiliária.

das vantagens do contexto urbano livrando-se, porém, de qualquer responsabilidade quanto aos efeitos da ação individual sobre um mesmo contexto (internalização dos benefícios e socialização dos prejuízos).

No mercado de terras atuam de um lado "proprietários loteadores" (Seabra, 1982) que, por vezes, parcelam irregularmente a terra, com títulos duvidosos, posses e escrituras definitivas. E, por outro lado, atua também nesse mercado uma categoria de proprietários que se mantém como tal por dispor de bens de raiz.

Desta maneira Mold (1982) tenta examinar inicialmente ordens de críticas que envolvem o planejamento, analisando como o mesmo nos remete à questão do papel do Estado e, dentro dela, à formação de políticas públicas. Destas, a política urbana é parte integrante e é nela que se encontra a questão crucial do uso do solo urbano.

Portanto, o debate e o exercício de reflexão em torno da compreensão dos fenômenos que hoje se situam no seio do processo decisório entre os agentes do Estado e da sociedade civil tem como referência a questão urbana centrada no problema do uso do solo. Tem-se em mente para este propósito mostrar que a política pública está intimamente atrelada ao processo político e, portanto, encapsulada no jogo de interesses, mecanismos de poder, arranjos das arenas políticas, barganha, e outros, que efetivamente delimitam as realizações do "possível" entre os objetivos dos Agentes e os objetivos explícitos e declarados de necessidade social e local.

A estrutura material do espaço não é simples reflexo de sua estrutura funcional, mas tem dinamismo próprio de evolução e agentes especiais. Esses dependentes, pois do setor privado e nos serviços públicos e equipamentos cuja instalação vincula-se a ação governamental.

Para Andrade (1982) o planejamento reflete os interesses e as concepções das classes dominantes, através da técnico-burocracia, e como quase sempre atende a estas aspirações, provoca um crescimento econômico desvinculado do desenvolvimento e voltado para a garantia e a expansão das classes dominantes. Desse modo, o espaço urbano vem

sendo planejado em função de grupos de interesses e não em função das aspirações da população, sobretudo das classes sociais de mais baixo nível de renda.

No processo de expansão espacial do capital produtivo verifica-se a entrada e/ou consolidação das corporações, com diversas características interligadas entre si, assim como vinculadas ao processo de acumulação. A multifuncionalidade (Corrêa, 1991) originando a grande corporação altamente diversificada com atividades desvinculadas resulta em investimentos com possibilidades reais de remuneração do capital.

Esta multifuncionalidade está alocada no ramo da hotelaria, condomínios tipo apart-hotel, grandes construções, prestações de serviço de saúde, sedes campestres de empresas e postos de serviços bancários e telefônicos, energia elétrica, polícia civil e militar, com propósitos definidos no ramo político e econômico, sobrepondo-se à vida regional e local.

A penetração das grandes corporações são viabilizadas mediante a transferência de vários subsídios pelo Estado para dar continuidade à modernização e socialização dos custos de produção. Essa intervenção se torna possível principalmente pelo mecanismo institucional e enquanto agente econômico, contribuindo fortemente na produção do espaço urbano.

Os impactos que a ação das corporações geram sobre a organização espacial pré-existente são múltiplos, afetando as suas dimensões econômica, social, política e cultural, assim como as formas espaciais. Lipietz (1987) compreende estas formas espaciais como específicas da produção capitalista, com dinâmica própria, tendências próprias da formação social, poder econômico e político de uma organização espacial prévia.

Embora operem apenas como agentes econômicos e, por isso, se eximam estrategicamente de sua responsabilidade social são, na verdade, os grandes detentores do capital mundial e, portanto, influenciam e condicionam políticas nacionais e determinam os limites do não tão livre mercado. Como afirma Hebert de Souza (1991), (Betinho), "esses atores, por mais econômicos que pareçam, são sujeitos políticos e, com estratégias políticas, disputam os rumos e os sentidos do mundo." Assim, não podemos pensar numa via alternativa e democrática sem nomear esses atores que se escondem sob o anonimato do mercado, que tão bem os representa. Suas práticas políticas são diluídas pelos mecanismos quase

automáticos dos jogos de acumulação, que os impessoaliza, tornando-as, ao mesmo tempo, públicas mas inconfessáveis.

Em tese, as políticas públicas deveriam se voltar para o interesse público, isto é, considerar e respeitar os desejos da maioria da sociedade. No Brasil, os exemplos de que nem tudo que é estatal é público se multiplicam e, na prática, o que se observa é um direcionamento e utilização do Estado para atender aos interesses de grupos (Pimentel Filho, 1988).

Torna-se, portanto, importante discutir e explicitar, com mais substância, o significado do interesse público. Este interesse público é definido como o parâmetro principal para orientar o processo de escolha em matéria de políticas públicas e para julgar o acerto ético e moral das preferências traduzidas nas escolhas feitas, bem como para avaliar os resultados alcançados.

O sentido do interesse público está, portanto, presente em todas as fases de um projeto público, indo desde a sua formação, passando pela sua implementação até o controle dos resultados. Campos e Castanhar (mimeo, p. 2 e 3) definem interesse público como:

" um conjunto de interesses ou valores amplamente compartilhados que refletem os padrões que orientam as ações individuais ou coletivas (...); os indivíduos abrem mão dos interesses particulares em benefício do interesse geral" (visão unitária).

" não tem conteúdo definido, e o produto da competição, acomodação e compromisso entre grupos com interesses diversos (...) dependerá dos mecanismos de representação e articulação disponíveis no sistema político e do nível de participação que se permita ao longo do processo decisório, tanto na formulação quanto na execução de uma política pública."

É por isso que se procura focar a atenção sobre a questão do poder e dos agentes envolvidos na elaboração de políticas que deveriam em tese, catalisar as expectativas da sociedade, o que busca a interface entre os agentes dentro do Estado e os agentes "privados" que usualmente são vistos fora dele, através de uma política pública. E na questão do uso do solo urbano se supõe a interação de recursos públicos e políticos de que lançam mão os agentes envolvidos. Por isso vários agentes competem conflitivamente

pelo uso do solo urbano, alterando a estrutura urbana com objetivos propostos a obter a gestão do desenvolvimento urbano.

Davidovich (1991) debate a concepção e as condições conceituais expostas sobre as diferentes formas de gestão, associadas a diferentes modelos políticos e econômicos. Tais práticas de gestão têm o poder de introduzir a idéia do "novo" como "organização" e "valorização capitalista", ou seja através da produção de um novo local, da ruptura com o antigo valor do espaço e de um estilo de desenvolvimento desigual e combinado entre locais contíguos ou próximos. Em torno desse tal processo, criam-se padrões de desagregação como uma forma de valorização do espaço. A partir daí diferentes situações podem ser distinguidas: a criação de valor em um espaço até então pouco valorizado pelo capital, a partir de um aparato produtivo complexo, concebido e gerido por forças exógenas. Com efeito, o centro das decisões que comandam esse tipo de implantação encontra-se geralmente fora do âmbito do novo local, onde se manifestam, porém, expressões concretas de gestão, como é o caso de conjuntos "resort village".

Talvez nunca, como atualmente, o espaço foi tão discutido e especialistas de várias disciplinas já o descobriram como um dado fundamental para uma explicação da realidade. O padrão moderno de produção não está presente em todos os espaços, mas nenhum lugar foge à sua influência. Assim, novas territorialidades sintetizam as formas atuais de produzir com suas diferentes funções, buscando a atuação dos elementos de gestão do território.

Além disso, há necessidade de se reconhecer que o território teve que se ajustar às exigências do aspecto qualitativo da mudança e ao mesmo tempo, foi afetado pela redefinição de seus subespaços, em face da intensa expansão. As vocações "naturais" das regiões, que tradicionalmente se impunham, cederiam lugar às exigências econômicas e técnicas, e o espaço se diversificou ao mesmo tempo em que novos fluxos de interação mais complexos, se estabeleceram. E as áreas novas foram incorporadas num quadro de relações diferentes do que ocorria no passado. Surgem novas territorialidades (Ferreira, 1991).

Nesse contexto alteram-se as noções e práticas de gestão do território. Deixando de ser uma prática exclusiva do estado e do grande empresário, tornando-se um produto da negociação e do poder político dos setores sociais comprometidos (Becker, 1991).

No processo de formação do espaço urbano que não tem servido para a formação de um habitat adequado às necessidades da população segue, na realidade, uma lógica em que interesses econômicos privados e imediatistas são dominantes sobre os interesses coletivos e permanentes.

Na realidade, as "necessidades sociais", numa situação em que as reivindicações e protestos coletivos estão bloqueados, são instrumentalizadas em função das "necessidades da acumulação". Assim os investimentos, nos quais é preponderante a participação estatal, visam à lubrificação da engrenagem econômica, e os problemas vividos pela população só se transformam em problemas públicos na medida em que são compartilhados pelas camadas dirigentes (Kowarick, 1979).

O Estado tem hoje, particularmente na Praia dos Ingleses, o seu aparelho controlado por segmentos emergentes de alguns setores de classe média (empresários em ascensão, políticos de carreira, entre outros profissionais). Unindo os setores nota-se a permanência de um modelo de desenvolvimento capitalista, cujos impactos em relação aos seus desempenhos são assustadores e comprometedores, tanto a nível social quanto pela ótica ambiental.

Cabe lembrar, porém, que existe uma diferença entre o papel a ser idealmente desenvolvido pelo Estado em relação às influências e à implantação de obras públicas em núcleos tradicionais e a prática observada. No decorrer do trabalho surgirão subsídios para que se entenda e se alcance algumas respostas concernentes a esta contradição.

Neste contexto insere-se a análise sobre a Implantação de Obras Públicas em Núcleos Tradicionais - o Caso da Praia dos Ingleses.

CAPÍTULO III

CARACTERÍSTICAS FÍSICO-NATURAIS E HISTÓRICAS DA ÁREA DE ESTUDO

O presente capítulo, subdividido em duas partes básicas, considera aspectos relativos às características físico-naturais e históricas da área de estudo. Assim, a partir de apresentação de tais elementos, pretende-se obter alguns subsídios para a análise a ser realizada no capítulo seguinte.

3.1. Aspectos Físico-Naturais

A Praia dos Ingleses (Distrito de Ingleses do Rio Vermelho) é parte do município de Florianópolis. A localidade estudada está localizada na parte Nordeste da Ilha de Santa Catarina, distante 28 km do núcleo urbano central por via de acesso pavimentado. Com território de 5 km², a localidade apresenta limites territoriais ao norte com a praia Brava, ao sul com o distrito de São João do Rio Vermelho, a leste com o Oceano Atlântico e a oeste com o distrito de Cachoeira do Bom Jesus (Mapas 1 e 2).

As informações a seguir, referentes aos aspectos físico-naturais da área, estão baseadas principalmente no trabalho intitulado "Mapeamento Temático do Município de Florianópolis, Síntese Temática", realizado pela Prefeitura Municipal / IPUF (1991), e são de grande importância para o conhecimento, da área de estudo, em especial como subsídio ao planejamento e ocupação humana. As contribuições de outros autores estão devidamente identificadas.

Do ponto de vista físico e cronológico, a área de estudo é constituída por dois domínios morfo-estruturais bem distintos: "DOMÍNIO MORFO-ESTRUTURAL DOS EMBASAMENTOS EM ESTILOS COMPLEXOS" e "DOMÍNIO MORFO-ESTRUTURAL DAS

ACUMULAÇÕES RECENTES" cuja evolução, associada à atuação de diversos processos morfogenéticos, gerou uma paisagem de formas bastante diferenciadas e de beleza notável.

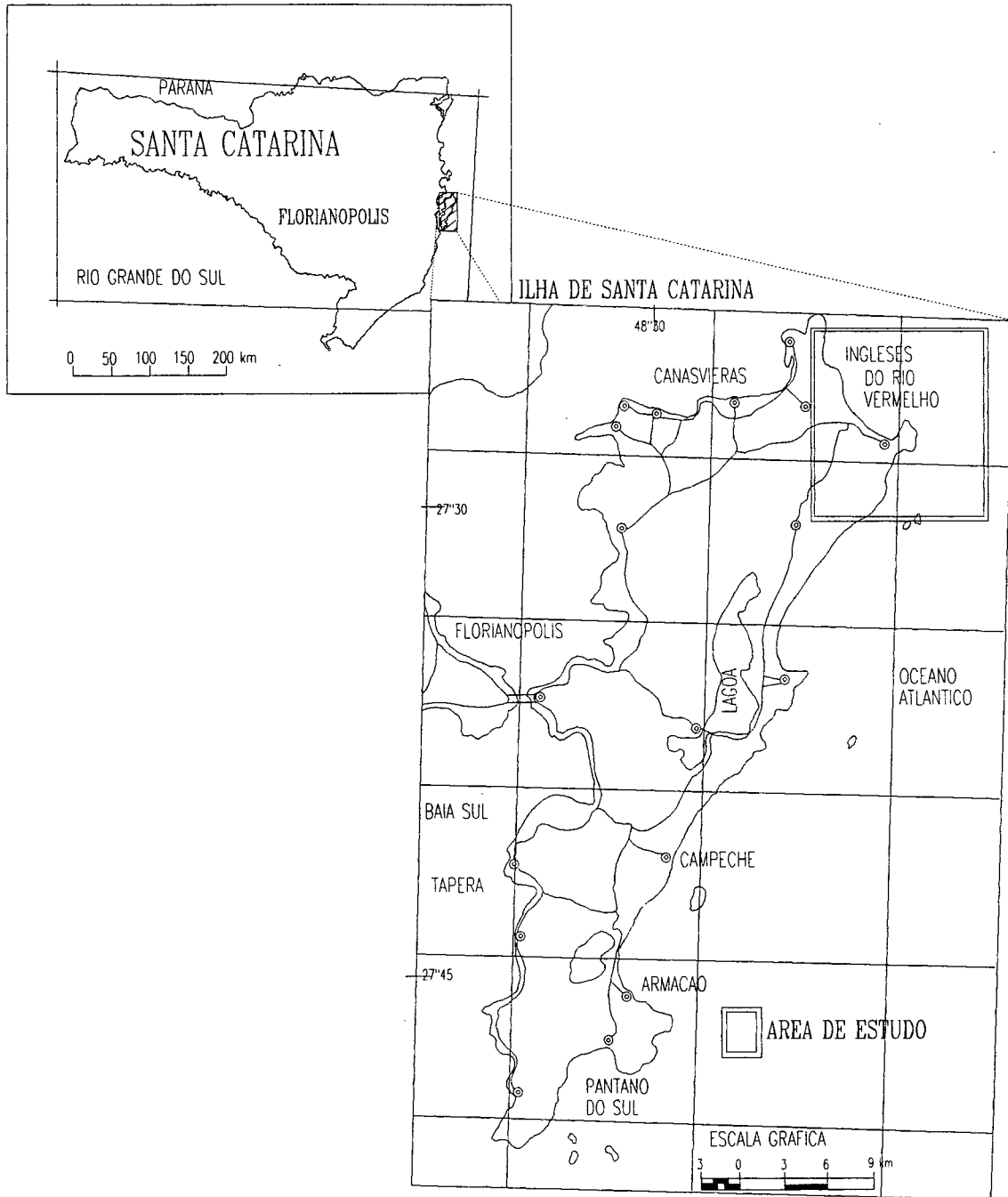
O domínio "morfo-estrutural dos embasamentos em estilos complexos" representa as maiores altitudes da área, compreendendo uma sequência de elevações rochosas do embasamento cristalino (Ver foto nº 1).

Este domínio é constituído basicamente por rochas graníticas (granito Florianópolis) e por intrusões em forma de diques de diabásio (Formação Serra Geral). Coitinho e Freire (1991) caracterizam a Formação Serra Geral na Praia dos Ingleses como uma vasta faixa que se alonga nas extremidades da praia. As altitudes nessa área caracterizam-se por apresentarem níveis altimétricos até 200m, com algumas exceções. Os chamados "morro dos Ingleses", "morro do Maurício", "morro das Capivaras" e "morro das Aranhas", são as ocorrências locais mais expressivas neste sentido.

Os tipos de solos ocorrentes correspondem aos Podzólicos Álicos (duas associações), apresentando-se de medianamente profundos a profundos, com grau de fertilidade natural deficiente (baixos). Constituem solos ácidos e pouco recomendados ao uso agrícola.

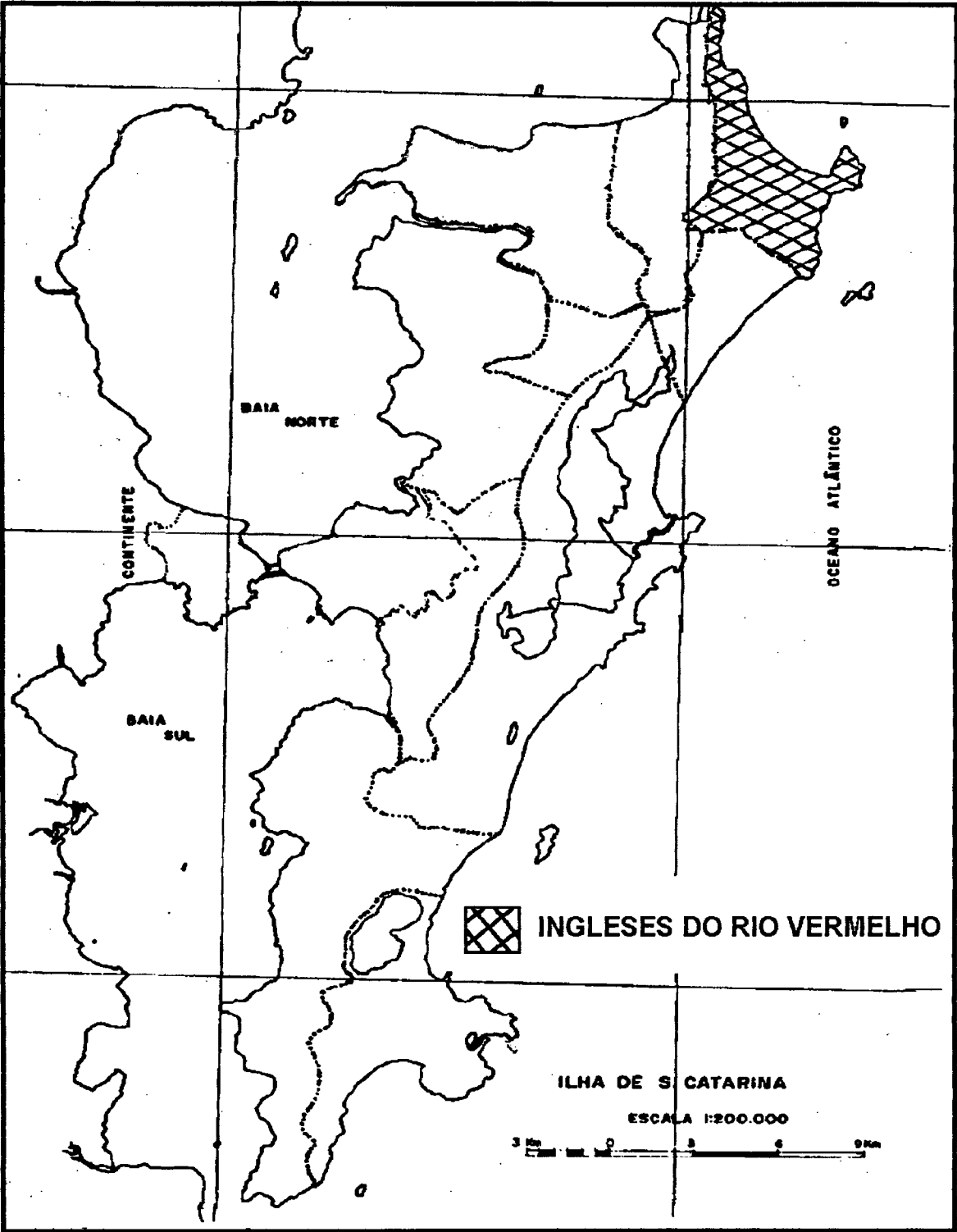
Nas áreas declivosas é comum o desenvolvimento de sulcos e voçorocas em virtude das condições físicas desfavoráveis do solo e da declividade. A atuação dos processos erosivos nesta unidade geomorfológica foi possivelmente acelerada em razão da intensidade com que a cobertura vegetal primária foi explorada e em função das sucessivas práticas de cultivo e abandono das áreas, verificadas ao longo do processo de colonização da Ilha de Santa Catarina .

A cobertura vegetal espessa é representada pela floresta Ombrófila Densa que atenua a atuação dos processos erosivos, conferindo a estes uma baixa eficiência sobre superfícies e assegurando a estas condições de equilíbrio natural. Ou seja, a floresta primária oferecia alta proteção ao solo, embora as encostas apresentassem graus de instabilidade potencial. Hoje, esta unidade encontra-se predominantemente recoberta por vegetação secundária em seus diferentes estágios de desenvolvimento (capoeirinha, capoeira, capoeirão).



Mapa nº 1 : Localização da Área de Estudo

Fonte : Organizado por Marilú Angela Campagner May



Mapa nº 2 : Distrito de Ingleses do Rio Vermelho

Fonte : Organizado por Marilú Angela Campagner May

A hidrografia local é representada pelo rio Capivari, o de maior expressão local, além da ocorrência de uma lagoa (lagoa do Jacaré, na localidade de Aranhas). Pequenos riachos aparecem na área, embora já dominados e até mesmo seccionados pelo avanço imobiliário. Vale ressaltar que as áreas de mangue e banhados vêm sofrendo intenso processo de ocupação, inclusive com a participação do Estado como planejador e implantador de obras públicas.

Na faixa de dunas e nos campos de dunas, segundo Hermann & Rosa (1991), planícies eólicas são cobertas por uma densa vegetação arbustiva (Ver foto nº 2).

Nas dunas estabilizadas, mesmo com densa cobertura vegetal, a ação do homem pode trazer consequências sérias, principalmente, por razão de seu material ser extremamente arenoso, de fácil remoção pelo vento e susceptível à erosão.

A Praia dos Ingleses caracteriza-se por apresentar uma variedade de ambientes de alto valor paisagístico. Este patrimônio natural vem sendo continuamente dilapidado pela ocupação humana, colocando em risco a qualidade de vida do ambiente global (Ver foto nº 3).

Davidovich (1991), referindo-se à gestão do território em relação ao espaço primitivo, coloca o caráter de ruptura e o potencial de agressão ao ambiente que pode ser tanto maior quanto mais avançado o padrão tecnológico do empreendimento.

Em relação à morfodinâmica do compartimento eólico, bem mais complexo e problemático, as frequentes intervenções humanas têm contribuído para perturbar o equilíbrio local, com riscos de soterramento eminente de áreas contíguas. Neste sentido, dentre as áreas mais seriamente ameaçadas cita-se a região nordeste da ilha de Santa Catarina, entre os balneários de Ingleses e Santinho. Naquele local, há um campo de dunas semi-estabilizadas e que vem sofrendo uma ocupação desordenada, apresentando riscos de soterramento das áreas contíguas (Ver foto nº 4).

A especulação desenvolvida envolve o arrasamento mecânico das dunas e a conquista de espaços para loteamento, chegando a ser criminosa, ainda que se saiba que no mundo inteiro as unidades fisiográficas correspondentes a dunas costeiras têm sido

poupadas por normas drásticas de proteção ecológica e ambiental (Aziz N. Ab'Sáber, 1977). Na Praia dos Ingleses, os cordões litorâneos de dunas sofreram com a implantação de loteamentos urbanos. Como exemplo, temos uma duna parabólica cujo "nariz" foi seccionado e a área inter-dunar foi ocupada por edifícios residenciais, principalmente.

Esses ecossistemas, dunas e praias, encontram-se tão ameaçados quanto as lagoas e banhados. A fauna e flora foram gradualmente cedendo lugar ao acelerado processo de implantação de empreendimentos imobiliários, que ocupam grandes extensões das dunas, para loteamentos e tração de areia para construções, passando a exigir urgente planejamento e aplicação do zoneamento da área.

Em função disso, essas áreas foram enquadradas como áreas de Preservação Permanente, protegidas pelo Código Florestal (Lei Federal número 4771 de 15/09/1965, artigo segundo, alínea F) que declara: "Consideram-se de preservação permanente, pelo só efeito desta Lei, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas ...nas restingas, como fixadores de dunas ...", sendo declaradas como tal à partir de seu tombamento pelo Decreto número 213/79 artigo 117º parágrafo 4, do Plano Diretor de Florianópolis e Balneários.

Um processo predatório, um assalto ao solo e uma incontida e parasitária exploração imobiliária comprometem os mananciais de água, devastam a vegetação circunvizinha, degradam valores históricos, poluem praias, rios, lagos e lençóis freáticos. E o sol, o ar e a água, tão abundantes e dadivosos, já se escasseiam e serão muito em breve avidamente buscados como preciosos bens econômicos (Ferraz, 1976).

O poder público assiste impotente a essa "urbanização espontânea", esboçando algumas pequenas reações, sobrepujado que é pela própria violência do processo. E se reação há, parte do poder municipal, dos prefeitos, dos alcaides, que são vencidos, menos pela dinâmica da urbanização e mais pelas poderosas forças que dela se beneficiam, através de sistemática exploração imobiliária, a ditar uma esdrúxula e irregular textura urbana. Da mesma forma os problemas de urbanização são aguçados pela necessidade de investimentos e reaparelhamento dos equipamentos urbanos em ritmo

muito rápido em consequência dos afluxos crescentes de populações para a zona costeira (Ferraz, 1976).

Cabe, também, considerar que a Praia dos Ingleses pode representar um novo patamar para a ação combinada entre o capital imobiliário e o Estado, que vem rebater nos conhecidos processos de acumulação, implicando valorização/exclusão social, ocasionando um desvirtuamento da identidade cultural caracterizado sobretudo pelas atividades de pesca, agricultura e pecuária de subsistência. Atividades essas que perderam a razão de ser em virtude da maioria dos elementos de fora tratarem a localidade como mero ponto de passagem e de moradia provisória. Hotéis e casas de aluguel ficam lotados durante a temporada de verão e esvaziam-se no restante do ano.

3.2. Aspectos Históricos

As informações históricas tiveram como principal fonte os levantamentos efetuados pela autora no Arquivo Histórico e Geográfico do Estado de Santa Catarina, em 1992.

Historicamente configurada como núcleo central do processo de ocupação do litoral catarinense, a Ilha de Santa Catarina teve seu desenvolvimento assentado sobre sua posição estratégica, situando-se a meio caminho da capital da colônia e da bacia platina. Servia, assim, como base militar e entreposto comercial de abastecimento, bem como aos interesses econômicos de Portugal que necessitava de matérias primas para abastecer a Coroa.

Para garantir a posse da região, Portugal decidiu estabelecer bases militares e promover a colonização da Ilha de Santa Catarina e seus arredores.

Em 1748 começaram a chegar os primeiros casais açorianos. A estes foram prometidas terras a fim de que pudessem exercer a agricultura.

As demarcações das terras foram feitas em torno de núcleos chamados freguesias, situados na Ilha ou no Continente, seja nas proximidades do mar, seja nas áreas mais interiores. A distribuição na Ilha foi feita em torno da vila (Desterro) e, posteriormente, em direção às suas extremidades norte e sul.

O distrito de Ingleses do Rio Vermelho é parte da antiga freguesia de São João do Rio Vermelho. O nome do lugar vem do rio Vermelho, que nasce num olho d'água na base dos cômoros de areia que separam a praia de Moçambique dos terrenos de lavoura.

A localidade de Ingleses do Rio Vermelho surgiu da criação de uma escola e de um templo, conforme "Fala de Governadores e Presidentes de Província" (1º de maio de 1849).

O Arraial dos Ingleses compreendia a praia do mesmo nome com um núcleo de habitantes agrupados em torno de uma pequena capela, situada à beira mar e consagrada à Nossa Senhora dos Navegantes, com grande valor arquitetônico (esta capela foi demolida na década de sessenta para dar lugar a um templo maior, vista na foto nº 5).

Quando os organizadores de uma colônia pertencem ao grupo de origem portuguesa, a povoação surge em torno da igreja, surgindo com isso um plano espontâneo, isto é, a disposição dos espaços construídos e dos espaços livres que servem aos fins comuns da população. Peluso Júnior (1991) comenta a função estratégica da igreja em relação ao núcleo populacional, devido sua posição junto a praia, onde a missa era rezada. Os planos que estabeleceram foram funcionais em relação às exigências culturais de então.

Segundo Várzea (1985), a denominação de Praia dos Ingleses provém de um barco de nacionalidade inglesa que aí virou devido a uma tempestade no fim do século passado. A embarcação, segundo dizem, veio tocada e com água aberta de mar alto, encalhando em frente à ilha Mata-fome, salvando-se toda a companhia, da qual alguns homens acabaram se instalando no local, constituindo família e entregando-se à pesca e aos serviços rurais, principalmente a agricultura.

A população original da Praia dos Ingleses tem ascendência açoriana e, tal como toda a ilha, a localidade foi inicialmente povoada por índios Patos ou Carijós. Há indicações de que originalmente a população e o povoado devam ter começado com algumas famílias de colonos, de donos de engenho e escravos. Entretanto, a partir da colonização de terras e da criação e construção de uma pequena vila, citada anteriormente, ocorreu seu crescimento. Contudo, no fim do século XIX, diversos fatores se conjugaram para romper

o equilíbrio entre a capacidade de produção das terras e o crescimento da população. Há indicação de algumas causas que ocasionaram a pobreza da localidade estudada, como: a divisão das terras (propriedades) entre as famílias muito numerosas; doenças e pragas ... (Lupi, 1990).

A localidade, como um todo, parece ter estado dormente durante décadas, pois chegou à segunda metade do século XX semi-isolada da cidade. Sua população, quase estagnada numericamente, apresentou altas taxas de natalidade e mortalidade tão recentemente quanto a década de sessenta, quando crianças ainda morriam de fome logo na primeira infância.

Historicamente, a distribuição da população, no espaço local, sempre caracterizou-se de maneira esparsa até meados da década de oitenta.

Em 1954, meados da década de cinquenta, conforme a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, havia 284 residentes no Distrito, dos quais 138 eram do sexo masculino e 146 do sexo feminino. Na época, o Município de Florianópolis - incluindo a área continental, tinha população de 48.624 habitantes.

No início da década de sessenta, havia 2.994 habitantes na localidade.

Segundo o IBGE, no período de 1960 a 1970 ocorreu redução de 32,6 % na população permanente do Distrito, que se reduziu para 2.016 habitantes em 1970. Tal redução, é explicada pelo fato de que à época do censo centenas de trabalhadores ligados à atividade pesqueira haviam se deslocado às cidades de Itajaí - SC, Rio Grande - RS, Santos - SP e Rio de Janeiro - RJ, em busca de trabalho representando, portanto, uma falsa queda no contingente demográfico local. Este movimento tinha característica sazonal em função das safras da tainha, enchova, camarão e sardinha. No mesmo período, o Município de Florianópolis apresentou incremento de 41,6 %, aumentando sua população de 97.827 para 138.556 habitantes.

No início da década de oitenta, quando o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE realizou o censo demográfico, a Praia dos Ingleses contava com uma população em torno de 2.695 habitantes, sendo 1.341 mulheres e 1.354 homens. Novamente, aqui, se detecta o processo anterior. No Município de Florianópolis, no mesmo período, a população

permanente era de 187.871 habitantes, ou de 35% a mais do que no início da década anterior. O incremento populacional ocorrido, em Florianópolis, no período, provocou expressivas modificações sócio-espaciais através da incorporação das áreas rurais às urbanas.

O Censo Demográfico decenal, previsto para o exercício de 1990, foi desenvolvido em 1991, e apresentou dados surpreendentes acerca da mobilidade populacional ocorrida na Praia dos Ingleses.

Em 1991, segundo dados extra-oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Sinopse do Censo Demográfico de 1991, havia 5.865 residentes na Praia dos Ingleses, o que representou taxa média de crescimento anual de 7,32%, em relação a 1980. Agora, sim, a nova situação demográfica reflete às mudanças ocorridas na sócio-economia local. A maior parte dos pescadores já não mais migra à procura de atividades fora da comunidade, mas abraça atividades ligadas à economia turística e de construção civil que se instala com intensidade, no local, além de que a população agora é composta também por pessoas de fora que passaram a viver na comunidade.

Como sabemos, o trabalho na Praia dos Ingleses era dependente exclusivamente da mão-de-obra familiar. A pesca era, originalmente, encarada como atividade de subsistência, adquirindo maior importância com o passar dos anos. A partir da década de 30 passa a ser a principal atividade econômica local, quando, a partir de 1960, com a implantação das primeiras casas de veraneio, coincidindo com a expansão urbana de Florianópolis, começa a ceder espaço para outras atividades. Nessa época o abastecimento de água e luz era rudimentar, à base de poços e lamparinas, e as vias de transporte eram muito ruins, o que dificultava o acesso à área em estudo. No início dos anos setenta, com a SC 401 asfaltada até o trevo de Canasvieiras e em direção à Praia dos Ingleses, junto com a melhoria da infra-estrutura, ocorreu uma maior ocupação daquela área, fato que se arrasta até hoje, com muita intensidade, inclusive por parte de turistas estrangeiros.

As atividades econômicas, pautadas na pesca, agricultura e pecuária, todas de subsistência, pouco cresciam para a acumulação de uma riqueza local que possibilitasse um patamar mínimo de deslanche para um futuro sócio-economicamente mais promissor.

Só a descoberta, pelos "invasores urbanos", de seu potencial natural para fins turísticos na década de setenta, é que possibilitou a saída daquele estado de dormência. Mas não sem cobrar um sensível comprometimento qualitativo e quantitativo de sua estrutura física e cultural, o que será discutido ao longo deste trabalho.

CAPÍTULO IV

IMPLANTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PÚBLICOS: agentes, cenários, estudo de caso

4. 1. O Papel dos Agentes Sociais

Enquanto nos capítulos anteriores discutiu-se a relação Estado/organização do espaço urbano, neste capítulo analisa-se a implantação de equipamentos públicos, objetivando uma maior aproximação com a realidade que cerca o objeto de estudo.

Em outras palavras, tem-se a intenção de analisar de forma mais concreta os fatores que propiciaram e favoreceram, a nível local, o início e a evolução do processo da implantação de obras públicas na Praia dos Ingleses. Destacando-se, neste processo, o papel dos agentes responsáveis pela organização do espaço urbano.

Estes agentes sociais fazem e refazem a cidade usando estratégias e ações concretas, desempenhando o processo de fazer e refazer na ou para a cidade. Assim, na base da produção ou construção do espaço urbano capitalista, pode ser encontrada a essência das relações estabelecidas pelos mais diversos atores nas mais diversas escalas. Esses atores ou agentes⁴ que atuam no sistema de apropriação e/ou uso do solo são indicados por Costa (1969), Harvey (1980), e Corrêa (1989), como sendo:

- agentes imobiliários do setor privado, os quais promovem o loteamento dos terrenos e as construções em áreas progressivamente incorporadas ao tecido urbano;
- o poder público que cuida dos serviços públicos de infra-estrutura cujas redes procuram a expansão daquele tecido;

⁴Para aprofundar e esclarecer quais os agentes sociais que participam na produção do espaço urbano capitalista, observar Corrêa (1989) e Santos (1993, p. 54-60).

- os agentes públicos e privados responsáveis pelos serviços de interesse coletivo, que tendem a manter proporção com a demanda localizada: serviços educacionais, sanitários, serviços comerciais de diferentes níveis e naturezas, serviços administrativos;

- os proprietários fundiários;

- os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais, e

- os grupos sociais excluídos.

Corrêa (1989, p. 11), diz que as ações desses agentes produz

"a densificação do uso do solo, a deterioração de certas áreas, a renovação urbana, a relocação diferenciada da infra-estrutura e mudança, coercitiva ou não, do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade".

Não é fácil a interação desses agentes em processo harmonioso de urbanização que alcance maior eficiência funcional ao menor custo social. Os problemas de urbanização confundem-se com problemas do desenvolvimento sócio-econômico em geral e o planejamento da urbanização equivaleria na prática ao planejamento desse desenvolvimento.

É necessário incorporar à análise outras condições que não só a econômica, especialmente a correlação de forças políticas e as condições sociais. Por isso, ao se analisar o processo de urbanização da Praia dos Ingleses, torna-se necessário, se não inevitável, que se avalie constantemente, nos mecanismos desta realização social, o papel do Estado. Este agente tem singular importância, pois é a partir do seu desempenho que o uso do solo ganha determinações específicas locais e/ou associadas à relações externas, e até transnacionais. Dentre essas determinações destaca-se a "renda da terra".

Apesar de não ser objeto deste estudo detectar os tipos de renda da terra que o chão da Praia dos Ingleses produz, com base nos constructos e análises metodológicas que comumente se faz, acredita-se que, pelas características de como o fenômeno do crescimento urbano se realiza, com forte tendência de atuação da especulação imobiliária, esta cria uma forma de valorização e geração de renda, sujeita a oscilações violentas.

Rangel (1992) identifica esta característica como um quarto tipo de renda da terra, considerado por ele como diferente das versões tradicionais. Assim diz Rangel (1985, p. 189 e 190):

"...uma 4ª renda, causadora última de valorização da terra, tanto rural como urbana (...) converte o título imobiliário em título mobiliário, no sentido de que se torna o preço da terra agudamente sensível às variações dos mercados onde encontra expressão a taxa de lucro do sistema econômico".

Em outras palavras, o autor fala que este tipo de renda é gerado pela expectativa da valorização da terra, muitas vezes com mais influência do que os tipos tradicionalmente discutidos. Nesse caso, a compra de terra é feita pelo valor que ela possa assumir. Como é um tipo cíclico, note-se que este tipo de renda pode gerar, a partir das expectativas de incorporar valorização, fatores de ordem positiva e negativa. Essa 4ª renda é identificada facilmente nas economias instáveis, inflacionárias, com moeda fraca e em condições nas quais o solo atinge plenamente a caracterização de reserva de valor.

Se a propriedade privada dos meios de produção fosse abolida, o capitalismo desapareceria. Mas, se a propriedade do solo fosse socializada, desapareceria a dedução do lucro representada pela renda da terra, e o capitalismo não só continuaria existindo mas, inclusive, se fortaleceria, pois o lucro representado pela renda da terra⁵, assim incrementado, intensificaria a acumulação do capital.

O "capital" imobiliário é para Singer (1982), um falso capital. Ele é sem dúvida, um valor que se valoriza, mas a origem de sua valorização não é a atividade produtiva, mas a monopolização do acesso a uma condição indispensável àquela atividade. Este caráter de propriedade imobiliária na economia capitalista não aparece de imediato porque ele raramente se apresenta em sua forma "pura", ou seja, como propriedade de uma extensão de solo urbano intocada pela mão do homem. Quase sempre é dotada de certas benfeitorias, ela é desmatada, arruada, cercada e construída, dando impressão que seu valor resulta de benfeitorias. Mas na realidade a influência de tais inversões sobre o valor do imóvel é negligenciável. Exemplifica-se com o caso da Praia dos Ingleses onde um imóvel com custo idêntico é negociado com valores totalmente diferentes, dependendo de sua localização. Isto quer dizer que quando um promotor imobiliário resolve agregar determinada área ao espaço urbano, ele visa um preço que pouco tem a ver com o custo imediato da operação. Nesse caso

⁵Sobre renda da terra ver conceituações definidas por Marx, K. com base em Smith e Ricardo, em O Capital, livro III, São Paulo, editora Civilização Brasileira, 1968. p. 748-878.

inclui-se, na Praia dos Ingleses, o Condomínio Praia do Santinho,⁶ onde os lotes foram comercializados a um preço inicial entre dez mil e doze mil dólares, e após a entrada de energia elétrica no loteamento não houve acréscimo no preço (planta de situação do condomínio no anexo nº 3). A "valorização" da gleba é antecipada em função de mudanças na estrutura urbana que ainda estão por acontecer e por isso o especulador se dispõe a esperar um certo período, que pode ser bastante longo (neste caso foi de aproximadamente dois anos, até que as condições propícias se tenham realizado). Dado o elevado grau de imponderabilidade desta antecipação, supor que o nível corrente dos preços de imóveis regule a oferta dos mesmos, não se justifica.

Elementos componentes da realidade sócio-econômica da região, dos efeitos de um setor sobre os outros, das relações de causalidades entre elementos da política econômica (investimentos públicos, incentivos fiscais, crédito, preços e outros) e o desempenho do setor considerado devem ser identificados não somente na área econômica, mas também na área institucional e na área sócio-cultural (Evangelista, 1984).

A organização mais ou menos racional da infra-estrutura material e organização funcional do espaço está em contínua evolução conforme a influência que sofre de diferentes categorias e agentes já citados. Esta infra-estrutura material está representada de um lado pelos edifícios, equipamentos imediatamente envolvidos em uma função e, de outro lado, serviços e equipamentos coletivos de diversas naturezas: vias pavimentadas que permitem transporte de carga e pessoas, rede de abastecimento de água, esgotos sanitários, sistema de drenagem, distribuição de energia, iluminação pública, estabelecimentos de ensino e assistência sanitária, instalação para esporte e recreação e os demais equipamentos complementares à habitação.

Há indicações, de acordo com informações preliminares levantadas junto a diversos órgãos, de que a implantação e expansão dos serviços e equipamentos públicos na Praia dos Ingleses se deu de forma a atender as necessidades da comunidade mas, sobretudo, foram "canalizadas" pelos agentes promotores da organização do espaço

⁶Tem como proprietária a Jowilândia Empreendimentos Imobiliários Ltda.

urbano, especialmente os agentes imobiliários (construtores e/ou incorporadores) e o Estado.

No processo de valorização da Praia dos Ingleses, cada agente cumpriu um papel específico. O Estado vem dando suporte aos empreendimentos que nela vêm se realizando, de um lado, através de mecanismos financeiros e legitimadores e, de outro, aplicando investimentos em infra-estrutura, construindo vias de circulação, como também melhoria e ampliação das estradas já existentes. Assim, rapidamente, o governo amplia sua participação em setores como o de infra-estrutura, educação, saúde, trabalho e previdência social, todos meios de consumo coletivo, mas de interesse pontual para os investimentos empresariais (Fotos nº 6, 7, 8, 9 e 10 e mapa nº 3).

Lojkine (1981) considera como meios de consumo coletivos todo e qualquer equipamento que substitue as formas de consumo individual, na medida em que permitem responder globalmente as necessidades suscitadas pela sociedade. Também chama de "socialização capitalista dos meios de produção e de circulação de material" os equipamentos de telecomunicações, estradas, energia elétrica, abastecimento de água e esgoto, organização urbana e os meios coletivos de consumo financiados e apoiados pelo Estado.

Ainda, para ele, os meios de consumo coletivos vão, pouco a pouco, criar um modo de vida, necessidades sociais novas, se tornando condição determinante do desenvolvimento econômico e/ou "civilização urbana".

Portanto, os meios de consumo coletivos não se dirigem a uma necessidade particular de um indivíduo, mas a uma necessidade social, que só pode ser satisfeita coletivamente, por exemplo: estradas e/ou transportes coletivos, água e esgoto sanitário, telefonia, energia elétrica, os serviços de saúde, o ensino e equipamentos sociais são valores de uso coletivos na medida em que se destinam ao consumo de uma coletividade social e/ou territorial. Isto faz com que toda coletividade economize tempo e custos graças aos transportes coletivos, aceleração do ritmo de distribuição de serviços e economia de custos de consumo para toda coletividade, através de sua gestão.

Além disso, a socialização dos meios de consumo coletivos contém, em si, uma contradição por sua natureza complexa, indivisível e portanto pouco apta a se inserir no processo de troca no mercado. Seu valor de uso corresponde a uma necessidade complexa, difusa, dificilmente mensurável principalmente no caso de escolas, postos de saúde ou áreas de lazer. Por isso discute-se muito o real valor e custo das despesas referentes aos mesmos.

Davidovich (1987) chama de externalidades proporcionadas pelo investimento público a instalação de tais equipamentos públicos. As externalidades podem resultar da atividade privada ou pública. Elas sempre se transferem de uma área para outra, ou seja, extravasam. A recuperação do investimento feito em obras públicas implica numa externalidade positiva, e o congestionamento de tráfego na rodovia de acesso juntamente com a queda de tensão no fornecimento de energia elétrica, são exemplos flagrantes de externalidades negativas, ambas ocorrências já detectadas por diversas vezes na Praia dos Ingleses.

Essas falhas de mercado só podem ser vencidas pela atuação do poder público, através de suas concessionárias, para a redução das externalidades negativas e provimento de bens e serviços públicos a níveis e qualidades necessários.

Um outro aspecto importante a ser considerado neste sentido é o planejamento da organização espacial efetuado pelo Estado, principalmente. Assim, para Vetter (1975), teoricamente o zoneamento é um tipo de controle público sobre externalidades, bens públicos ou custos sociais.

O zoneamento constitui método de controle destas externalidades ou efeitos do bairro ou **neighborhood effects**. Na prática, este método é utilizado para outros fins não tão socialmente desejáveis. O exemplo clássico desta situação é o uso do zoneamento para exclusão de grupos "não desejáveis" por grupos detentores do poder.

Controle do uso do solo significa controle do valor da terra. Logo há pressões políticas muito fortes que geram exceções às leis de zoneamento.

Provavelmente, o mais importante tipo de intervenção no mercado é exercido através do controle de bens públicos e de mérito. Neste caso, a infra-estrutura é especialmente importante. Projetos de grande porte, com custo fixo muito alto relativo ao custo variável não

podem ser produzidos eficientemente no mercado. São monopólios naturais, por causa de suas curvas de custos decrescentes. Exemplifica-se o caso dos investimentos em transportes que influem na acessibilidade e na proximidade dos custos sociais, e também no valor da terra. Além disso, geram custos de relocação altos, muitas vezes não compensados. Por outro lado, os donos da terra perto da rede de transporte e transmissão de energia elétrica e telefonia geralmente recebem grandes benefícios destes investimentos públicos. Os impactos redistributivos são importantes.

O impacto geral é normalmente regressivo em termos de distribuição de renda, porque resulta na expulsão de grupos de baixos rendimentos das áreas mais acessíveis, gerando custos de relocação normalmente não compensados

Por outro lado, efetivamente, pensando-se que os bens coletivos desvalorizam uma parte do capital social por investimentos sem lucro, o Estado contribui para aumentar a taxa de lucro do setor privado que absorve todos os benefícios construídos pelo Estado.

Na Praia dos Ingleses citamos os exemplos do Hotel Chalé dos Ingleses e Hotel Praiatur, empreendimentos financiados pelo Banco do Brasil com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, e dos condomínios Residencial Summerville (EMECOM S. A. Engenharia), Residencial Villa Marbella (Formaco Decorama) e o Resort Village Costão do Santinho, empreendimento de propriedade de Fernando Marcondes de Mattos, pertencente à empresa Santinho Empreendimentos Turísticos, como empreendimentos financiados pelo Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo - SBPE⁷ via Caixa Econômica Federal - CEF (Ver fotos nº 4, 11, 12 e 13 e anexo nº 3, mapa nº 3).

⁷O Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo é um Conglomerado de agentes oficiais e privados que atuaram junto ao Sistema Financeiro do BNH e que foram incorporados e/ou integrados à Caixa Econômica Federal, quando esta incorporou, em 1986, o próprio BNH. Dele faziam parte as Caixas Econômicas, Sociedades de Créditos Imobiliários (SCIs), Associações de Poupança e Empréstimos e os bancos financiadores e/ou repassadores de recursos para empreendimentos do BNH e de muitas outras iniciativas privadas (Schuck, 1994).

4. 2. A Prática dos Agentes e as Resultantes Espaciais

4. 2. 1. Introdução

Nos últimos anos têm-se observado grandes transformações na Praia dos Ingleses, caracterizadas por uma forma bastante acelerada de alterações na vida local, com reflexos sócio-econômicos, espaciais e até mesmo culturais.

A fachada litorânea dessa localidade converteu-se em área de ocupação temporária de populações citadinas já na década de 60, resultando num rápido assentamento de residências de veraneio e impondo à Praia dos Ingleses a condição de balneário, provocando a retração das funções sócio-econômicas tradicionais dos habitantes nativos como, por exemplo, agricultura de subsistência e pesca. Posteriormente, áreas mais afastadas da frente da praia foram também sendo ocupadas, produzindo nos novos espaços profundas alterações físicas e sociais (Ver fotos 1, 2, 3 e 14).

O "chão agrário" paulatinamente deixa de produzir atividades ligadas àquela forma de vida, incorporando-se às estratégias de exploração que a grande cidade cria e determina (Ver foto nº 2). Dá-se então, uma troca de usos, deixando a terra de ser rural para ser urbana. Neste contexto, pela valorização que a terra passa a adquirir, principalmente se estiver próxima à praia e com facilidades de acesso a um centro urbano, como é o caso da Praia dos Ingleses, "nenhum produto agrícola produzirá renda que compense sua manutenção na área. O preço obtido com a venda é tão elevado que qualquer produção agrícola torna-se inviável" (França, 1988, p. 93).

Tal fato decorre da influência com que a expansão horizontal da urbanização se alastra pelo território que lhe é imediatamente adjacente reproduzindo, assim, um fenômeno que também já se torna comum à maioria das localidades ao longo do litoral.

Esse processo resultou em áreas com características semelhantes àsquelas encontradas em áreas urbanas tradicionais incluindo, em alguns casos, os bolsões de baixa renda, principalmente resultante da vinda do migrante do planalto catarinense e estados vizinhos atraídos pela intensa atividade da construção civil.

4. 2. 2. Relocação Espacial, Mobilidade Ocupacional e Comportamental

O Turismo parece ter sido o principal fator condutor desse processo além, é claro, do crescimento e modernização da sociedade induzidos por outros fatores entre os quais o Estado, representado pelos agentes públicos e/ou privados.

Assim torna-se necessária uma análise mais profunda dos processos envolvidos na questão, revendo os efeitos que os mesmos já causaram e poderão causar às comunidades locais.

Nota-se, de forma generalizada, uma ocupação desordenada e descompromissada com os planos estabelecidos pelos órgãos de planejamento, comprometendo os elementos naturais e paisagísticos, sem a preocupação de uma adequada ocupação do solo, tudo isso associado, ainda, a uma exacerbada especulação imobiliária, incluindo um rápido processo de relocação espacial das populações nativas para áreas mais distantes da faixa da praia (Ver anexo nº 8, alguns parágrafos do Plano dos Balneários).

É possível explicar esta "dinâmica espacial" a partir da análise das entrevistas realizadas com moradores na Praia dos Ingleses, onde foram aplicados 286 inquéritos. Do total dos entrevistados, 41,26% afirmaram ter sofrido mudança do local de residência, pelo menos uma vez, sendo que, alguns, já mudaram mais de uma vez, inclusive para fora da Praia dos Ingleses e do Estado de Santa Catarina. As cidades mais procuradas para as relocações, são: Santos (SP), Rio de Janeiro (RJ), Rio Grande (RS) e Biguaçu (SC), principalmente para dar continuidade à atividade de pesca exercida na Praia dos Ingleses, principal fonte de renda para sobrevivência.

Este aspecto é visível no anexo 3, mapas nº 4 e nº 5, onde pode ser identificada a relocação espacial dos entrevistados que originalmente residiam à beira da praia, bem junto ao mar, em terrenos de marinha, tomados pelos familiares em regime de posse para suas moradias, por eles mesmos ou seus ascendentes.

A entrada dos investimentos públicos, desmembramento familiar, desenvolvimento turístico e a questão imobiliária, fizeram com que parte desses moradores fosse ocupar áreas ao longo das principais vias de circulação (rua dos Tubarões, Estrada do Capivari, rua Tico-

Tico, Estrada Geral do Santinho (Dom João Becker) e João Nunes Vieira, dentre outras (Anexo 3, mapa nº 5).

Esta última localização não indica, necessariamente, uma piora nas condições sócio-econômicas desse grupo, pois a terra anteriormente possuída e transferida para os novos grupos, certamente resultou em valores de investimento para progressão social dos proprietários originais. Na verdade, observações de campo e informações transmitidas pelos entrevistados indicam uma sensível alteração no padrão das habitações, passando de casas de madeira e/ou estuque, sem energia e água encanada, para unidades de alvenaria equipadas com energia elétrica, água, banheiro, etc., além de mudanças na cultura dietética da população nativa, agora mais variada e ampliada em termos proteicos e calóricos.

Na Praia dos Ingleses, historicamente, o assentamento ora acompanhava a longitudinalidade geográfica imposta pelo mar, ora se distribuía ao longo dos caminhos interiores. Esta situação começou a mudar a partir da década de sessenta com a introdução de novos acessos impostos pela entrada do turismo na área.

O parcelamento dos minifúndios, que antes pertenciam aos pescadores e agricultores, se manifesta, para Lago (1988), com o comércio de áreas através do sistema de malha viária reticular (Anexo nº 3, mapas nº 3 e 4), com vias estreitas que, em geral, variam entre 3 e 5 metros, e quadras divididas em lotes de área média de 360 metros quadrados, com características idênticas à ocupação urbana.

Observa-se que os terrenos mais procurados e os primeiros a serem vendidos foram os próximos à praia. Conforme Lago (1983, p. 95), "os compradores se apressavam em solicitar também a posse da faixa correspondente às terras de marinha, para garantir acesso direto ao mar".

Analisando a interrelação do processo de modernização da infra-estrutura local e a expansão da atividade turística na década de 70, Lago comprova essa posição.

"A modernização das rodovias interiores da Ilha de Santa Catarina, a exemplo de uma ação estadual, representou no início da década um impulso poderoso para incrementar realizações privadas. Além disso, melhorias no sistema de abastecimento d'água, de energia elétrica e outras obras de natureza urbanística foram e têm sido introduzidas em diversos ambientes onde a presença de grande

massa de turistas começa a caracterizar, sobretudo, o período de veraneio" (Lago, 1978, p. 193).

A materialização do processo de realizações privadas condominiais ocorre, a partir da aquisição das propriedades dos pescadores por parte de representantes de grupos econômicos que dispõe de informações privilegiadas junto ao governo. Nas áreas litorâneas isto ocorreu geralmente em período anterior a implantação dos meios de consumo coletivos.

Com a intensificação dos fluxos turísticos, face à maior oferta de meios de consumo coletivo e acessibilidade, principalmente, ampliam-se as atividades comerciais para atender a demanda, o que é confirmado por Lago:

"...a ampliação da rede hoteleira, de postos de venda de produtos ao longo das principais vias, a elevação de investimentos em construções condominiais em balneários, e comercialização de terrenos loteados para construções residenciais, a abertura de **camping** e muitas outras realizações atestam não somente um esforço no sentido de desenvolvimento do turismo como já refletem a intensificação dos fluxos" (Lago, 1978, p. 193).

A posse da terra, na Praia dos Ingleses, gradativamente, vai sendo transferida de pescadores e agricultores para veranistas, turistas e grupos econômicos interessados na implantação de residências de veraneio ou de empreendimentos de natureza turística. Neste processo de transferência de títulos, ocorre também a mudança do uso da terra, implicando no abandono da agricultura e pecuária de subsistência. Agora não mais crescem o café, a mandioca, o milho, o feijão, o amendoim, mas sim, brotam do solo estruturas rígidas e de características culturais urbanas. De modo igual, ocorre a fuga da atividade pesqueira, acentuada tanto pelo baixo retorno financeiro que a pesca oferece quanto pela crescente oferta de opções de emprego na construção civil e prestação de serviços, além da "cômoda" e falsa situação de viver às custas dos "juros" provenientes da aplicação financeira resultante da venda de terras.

Não só elementos e/ou agentes vindos de fora da Praia dos Ingleses se beneficiam com as modificações ocorridas na estrutura de posse, uso da terra e aquisição de terras junto a áreas nobres à beira mar, promontórios, lagoas e rios, dotadas de privilegiada base natural. Na visão dos entrevistados, os líderes políticos locais, como por exemplo, João da Bega e Adir Gentil, ora são vistos como culpados e ora são vistos como solução dos problemas

comunitários. Um morador, dizendo na simplicidade de suas palavras, declara que: "a praça foi cedida mas Adir Gentil montou comércio para ele" (área de lazer representada no anexo nº 3, mapa nº 3); um outro diz: "Hotel Sol e Mar tudo é clandestino" e finalmente, "nós nativos construímos de qualquer jeito que os vereadores liberam, para os de fora nós mesmos nos encarregamos de denunciar", referindo-se a construções e comércios não permitidos por estarem fora de padrão e locais inadequados perante as normas técnicas da Prefeitura Municipal de Florianópolis.

Analisando as atividades profissionais, das entrevistas, observou-se que 13,42 % exercem atividade pesqueira; 32,21 % são aposentados; 27,52 % são donas de casa; 3,36 % trabalham de doméstica em residências o ano todo; 12,08 % trabalham no/ou com comércio; 6,07 % são funcionários públicos e 5,37 % exercem outras atividades, tais como: frentista de posto de combustível, costureira, construção de poço artesiano, rendeira e agricultura. Esta última atividade sem valor representativo (Para melhor entendimento dos índices apresentados das atividades profissionais, ver anexo nº 9).

A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - FIBGE (1959), ao desenvolver estudos relativos às atividades econômicas de Florianópolis, Ilha de Santa Catarina, durante a década de cinquenta, caracteriza o grande potencial extrativista local e aponta o sítio da Praia dos Ingleses como um dos principais núcleos pesqueiros do município.

Durante os anos sessenta e setenta, a maior parte da população economicamente ativa da Praia dos Ingleses dedicava-se exclusivamente às atividades pesqueira e agrícola. Todavia, embora tenham ocorrido expressivas modificações sócio-econômicas a partir dos anos oitenta, principalmente em função da expansão da atividade turística, a pesca tem-se mantido como alternativa econômica para parte da população permanente. A agricultura desapareceu por completo.

Segundo dados coletados junto à Colônia de Pescadores da região da Grande Florianópolis, por Moretto Neto (1993), em 1992 havia 730 pescadores cadastrados no município, sendo que na Praia dos Ingleses havia 115, ou 15,7 % do contingente masculino em exercício, trabalhando diretamente na atividade pesqueira. Praia dos Ingleses é o segundo

núcleo de pescadores em áreas rurais na Ilha de Santa Catarina. Ainda em relação aos pescadores em exercício na Praia dos Ingleses, 56 % eram nativos e 44 % haviam se deslocado de outros lugares para ali desenvolver suas atividades profissionais, com predomínio de homens nascidos nas décadas de 40, 50 e 60. Dentre os pescadores em exercício, 99 % estavam cadastrados na categoria de profissionais, 76 % apresentavam escolaridade primária e o tempo médio de registro junto à colônia era de 13 anos.

Mesmo com a evolução existente do turismo na Praia dos Ingleses, a atividade pesqueira permanece resistente no local. A atividade pesqueira artesanal tem-se mantido como alternativa funcional, apesar das adversidades que o setor enfrenta, da ausência de efetivas políticas governamentais de fomento, da incapacidade de concorrência com a pesca industrial de elevada tecnologia, da exaustão crescente de cardumes face a problemas ambientais globais, além de impactos locais derivados do incremento da atividade turística.

Neste particular, na Praia dos Ingleses, em função das especificidades geográficas de seu território, a terra tinha pouco uso agrícola e estava esterilizada antes do início da atividade turística. Essa característica física do território local, impedia o desenvolvimento de outras atividades econômicas além de pesca artesanal.

A descoberta da paisagem privilegiada e a perspectiva potencial de transformá-la em mercadoria de troca, desperta o interesse dos investidores do mercado de terras, conforme depoimentos de investidores da Praia dos Ingleses.

Ao mesmo tempo em que a pesca artesanal e a agricultura de subsistência entram em decadência, a terra é excepcionalmente valorizada, fazendo com que parte das famílias de pescadores e agricultores migrem para a cidade ou, pelo menos, nela trabalhe como mão-de-obra na construção civil e nos setores de serviços.

Um novo processo característico da ocupação da área corresponde ao início do uso como Balneário, possibilitado pela chegada de veranistas, como resposta à notável oferta de sítio natural, evidenciada pelas praias de cenários peculiares e bastante diversificadas, e pelas novas estruturas sendo implantadas, como rede de energia elétrica, sistema de telefonia, asfaltamento de rodovias, arruamentos, equipamentos coletivos, rede de água e

esgoto pluvial e posto de saúde. Esta etapa corresponde a um processo de reciclagem social e de uso, pois os minifúndios de características predominantemente rurais são novamente desmembrados: o pescador garante para si apenas o terreno de sua própria casa e o restante é adquirido por veranistas vindos da cidade e de áreas distantes. O setor secundário, no espaço local, não chegou a consolidar-se, enquanto atividade promotora de desenvolvimento econômico, até o início da década de oitenta. A atividade agrícola parece ter sido a que menos resistência ofereceu à intervenção das novas opções econômico-produtivas resultante da atividade turística e imobiliária, vindo a desaparecer quase que totalmente.

Iniciativa pontual deu-se, durante a década de setenta, por investidor local, através de implantação de indústria voltada ao beneficiamento de pescado, situado no local onde hoje está o empreendimento hoteleiro Chalés Ilhas do Sol (Anexo nº 3, mapa nº 3), amparado em incentivos fiscais e creditícios estabelecidos pelo governo federal. Entretanto a reduzida produtividade do setor e o início da atividade turística tornaram-se entraves à prosperidade da indústria de beneficiamento de pescados. Embora não tenha prosperado-se enquanto atividade industrial, os empreendedores mantiveram-se no espaço local e ampliaram seus negócios voltados ao comércio, prestação de serviços e construção civil.

A indústria da construção civil e o setor de comércio e serviços, a partir da década de oitenta, experimentaram expressiva expansão das suas atividades, em decorrência do afluxo de veranistas e de turistas.

A Praia dos Ingleses, conforme Haase Filho (1993), é um dos canteiros de obras mais agitados do Estado. Só no começo de 93 estavam à venda mais de 700 apartamentos. Uma parcela expressiva de prédios que surgem é composta de unidades residenciais de alto padrão. Outra parte constitui-se de construções de padrão médio. Tradicionais construtoras/incorporadoras de Florianópolis, como COTA, PLANEL, JAT e Portobello, entre outras, são responsáveis por algumas das obras já concluídas ou em andamento.

A área que concentra o maior número de edificações fica à esquerda de quem chega à praia pela SC. 403, ao pé do morro das Feiticeiras. Ao longo da rua das Gaivotas, onde se inicia o Projeto Costa Norte existem dezenas de prédios em obras, que se somam aos que já

integram a paisagem urbana local. Ao contrário da parte mais antiga, em direção a Estrada Geral do Santinho, onde a ocupação imobiliária, o aumento do número de prédios ocorreu de forma um tanto desordenada, ali existe um certo grau de planejamento e até cuidados com questões ambientais. As construtoras, por exemplo, incluem em suas obras projetos de tratamento de esgotos, evitando problemas futuros. Houve também um acerto com a Prefeitura Municipal para que fosse proibido edificações numa faixa de terra entre a praia e a rua das Gaivotas, numa extensão de quase um quilômetro, tudo isso para gerar valorização nos imóveis.

O perfil das pessoas que investem em imóveis novos nesta praia pouco varia. Geralmente são empresários e profissionais bem sucedidos, muitos de fora do estado ou em especial os moradores de Florianópolis, em número elevado como opção de investimento. Revela-se que vários proprietários que alugam regularmente seus imóveis no centro da capital os vendem para comprar na praia, pois mesmo alugando apenas na época de alta temporada, estes investidores podem faturar, ao ano, três vezes mais do que conseguem com a locação regular, recebendo em dólares e sem recibo. Este tipo de procedimento também é seguido por muitos residentes nativos.

As residências de pescadores e de veranistas, durante a alta estação, também transformam-se em espaços de comércio e prestações de serviços através de locação temporária para turistas de outros sítios. O valor de uso torna-se secundário frente a perspectiva econômica que surge com os recentes hábitos de seus proprietários.

Esta mudança de comportamento contribui para promover alterações no modo de utilização do tempo pelos proprietários. Aqueles que iam à praia para veranejar passam a não usufruir das benesses oferecidas pela segunda e/ou única residência, a qual é alugada para turistas com o intuito de aumentar seus rendimentos.

Estimulados pelo desenvolvimento desta atividade, alguns pescadores, ao alugar sua residência habitual para turistas e veranistas, passam a residir em edículas instaladas, via de regra, em espaço contíguo. Dentre os proprietários, muitos homens passam a trabalhar como caseiros; mulheres donas-de-casas e filhas passam a prestar serviços domésticos.

Todo esse processo evidencia uma mudança no modo de vida na Praia dos Ingleses. A localidade, que até passado recente caracterizava-se como um reduto de pescadores e um refúgio de veraneio para famílias florianopolitanas, cada vez mais assume proporções de um grande e congestionado balneário.

Que fatores finalmente foram responsáveis por todo esse processo?

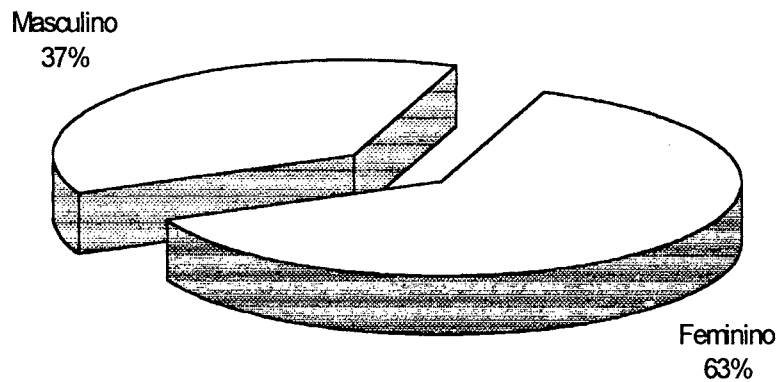
Sem sombra de dúvidas, os elementos indutores desse processo foram a implantação da rede de abastecimento de energia elétrica e a pavimentação asfáltica do acesso à Praia dos Ingleses, a partir da rodovia SC. 401, nas décadas de 60 e 70 respectivamente.

Até então, os residentes da Praia dos Ingleses viviam dificuldades cotidianas, tais como: locomoção até a cidade, sentindo-se isolados e prejudicados em suas necessidades de acesso ao ensino, saúde, compras e etc.; abastecimento de água feito a partir de poços artesianos, pois a ausência de energia impedia o uso de ponteiras e rede doméstica de distribuição; impossibilidade de uso de aparelhos eletrodomésticos, etc..

O índice que indica o número de mulheres donas-de-casa subentende uma realidade escondida que é a taxa de desemprego feminino. É o desemprego chamado oculto por não aparecer nas estatísticas, de enorme contingente de mulheres que não dispõe de empregos nem estuda, mas que, pró-forma, desempenha atividade doméstica e por isso não se declara desempregada. Na Praia dos Ingleses essa realidade está concretizada nos pedidos de implantação, em caráter de urgência, de creche para que as mulheres possam trabalhar. A pressão pelo emprego e a opção por investimentos em outras áreas produzem declarações do tipo: "para que campo de futebol e sede social, precisamos de creche para podermos trabalhar", referindo-se ao campo de futebol e sede social na rua Tico-tico; "queremos creches para deixar nossos filhos, não aguento ficar em casa, preciso trabalhar".

Outra constatação pode ser feita a partir das entrevistas - 37% dos respondentes eram do sexo masculino enquanto 63 % eram do feminino, indicando o predomínio de mulheres que se encontram em suas casas à espera de seus maridos e/ou companheiros para trazer o sustento da família. Esta averiguação está ilustrada no gráfico 1.

GRÁFICO 1. Número de entrevistados, em percentual, por sexo, na Praia dos Ingleses.



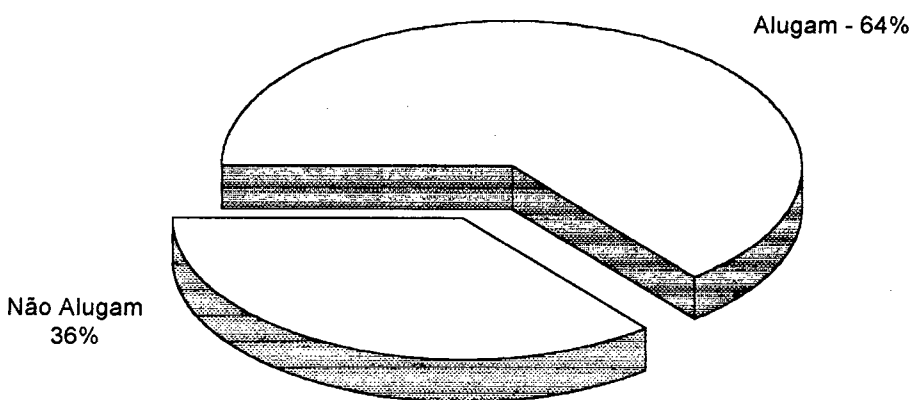
Fonte de dados básicos: entrevistas realizadas na Praia dos Ingleses, 1993.
Organizado por Marilú Angela Campagner May

Com relação à estratégia adotada pelos proprietários de moradias notou-se, através das entrevistas de campo, que a maioria dos moradores (64 %) aluga suas residências (demonstrado no gráfico 2) como forma de obter renda para seu sustento e de seus familiares, refugiando-se nas casas de parentes ou pequenos anexos, como já foi mencionado, no período de dezembro à março. Percebe-se que a renda auferida pelos moradores é bastante equalizada, decorrendo este fato, prioritariamente, em função do padrão similar de suas residências e de suas atividades, vindo a variar principalmente em função do afastamento da linha de praia. Esta renda, ainda, além de servir para a sobrevivência familiar, também amortiza dívidas de impostos e a própria depreciação do imóvel.

Ao mesmo tempo surgem as imobiliárias, formadas em sua maioria por empresas locais. Inserem-se, também, nesse processo de comercialização dos imóveis os ex-pescadores, que vêem neste tipo de atividade uma saída para seus problemas financeiros. Ilustra-se citando as pessoas de "Carlinhos e seu irmão" e de Valdir Gomes, tradicionais famílias da Praia dos Ingleses, que atuam no serviço de agenciamento, compra, venda e aluguel de imóveis, enfim qualquer operação que envolva negociação direta ou indireta.

Recentemente alguns começaram a buscar novas opções, tais como: aluguel de veículos, intermediação de mão-de-obra, enfim qualquer operação que lhes permita obter renda sem, no entanto, obrigá-los a terem horários fixos e controles característicos de atividades com vínculos empregatícios.

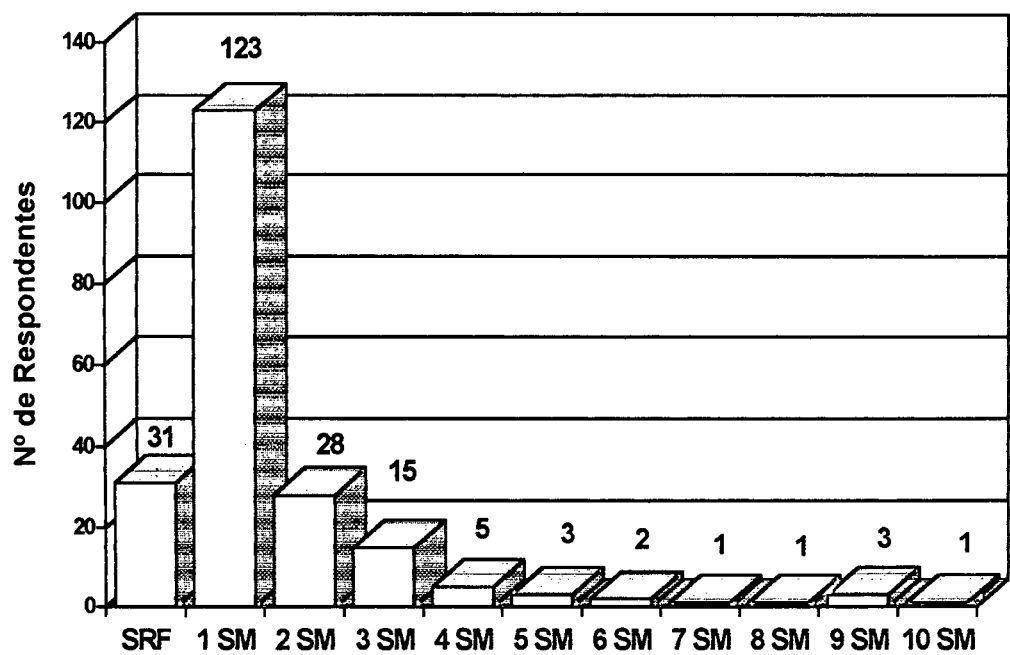
GRÁFICO 2. Porcentagem de residentes que alugam suas próprias residências.



Fonte de dados básicos: entrevistas realizadas na Praia dos Ingleses, 1993.
Organizado por Marilú Angela Campagner May

Outro dado para ser levado em consideração é a renda média fixa mensal familiar declarada pelos moradores, que pode ser percebida no gráfico 3. Vê-se que a grande maioria possui renda mensal em torno de um a três salários mínimos, sendo que uns não possuem nenhum tipo de renda fixa. Como a grande maioria possui casa própria o que, na prática é incompatível com a renda apresentada, pode-se deduzir que a aquisição se dê através de recursos provenientes de atividades sazonais ligadas ao turismo, mesmo a nível informal ou sem qualquer natureza funcional regular. Fica evidenciado dessa forma o valor primordial que os trabalhos extras e o turismo assumem em relação à sobrevivência da comunidade.

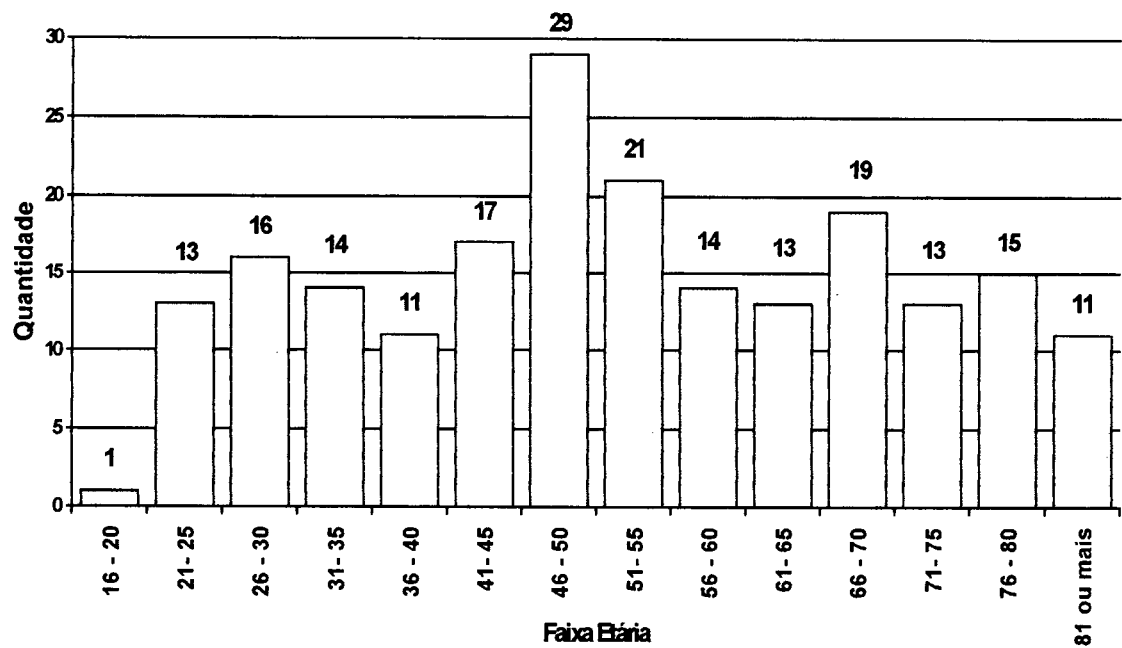
GRÁFICO 3. Renda mensal fixa declarada em salários mínimos e o número de respondentes em cada faixa salarial.



SRF - Significa que os respondentes não possuem renda fixa
Fonte de dados básicos: entrevistas realizadas na Praia dos Ingleses, 1993.
Organizado por Marilú Angela Campagner May

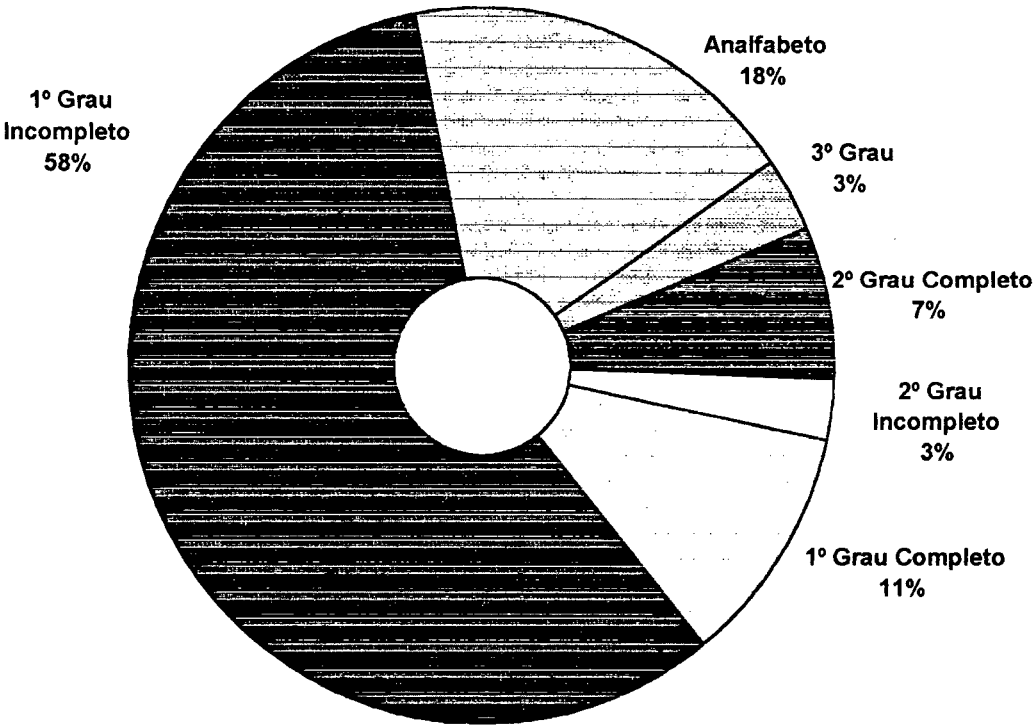
A fim de verificar o perfil dos entrevistados julgou-se importante apresentar no gráfico 4 as faixas etárias dos respondentes e demonstrar no gráfico 5 o grau de instrução dos residentes que foram inquiridos. Nota-se que em termos de escolaridade há uma concentração de indivíduos no curso de primeiro grau. É importante salientar que o curso de segundo grau só foi estabelecido no local há 4 anos atrás e que, até então, os estudantes tinham que se deslocar até o centro de Florianópolis ou Canasvieiras, o que demandava maior custo e tempo. Fundamentado nesses dados estabelecem-se conclusões referentes à importância da implantação e ampliação de equipamentos de educação dirigidos à comunidade da Praia dos Ingleses, por parte do Estado e/ou outros agentes promotores do espaço urbano.

GRÁFICO 4. Número de entrevistados em cada faixa etária



Fonte de dados básicos: entrevistas realizadas na Praia dos Ingleses, 1993.
Organizado por Marilú Angela Campagner May

GRÁFICO 5. Grau de instrução



Fonte de dados básicos: entrevistas realizadas na Praia dos Ingleses, 1993.
Organizado por Marilú Angela Campagner May

Embora a maior parte da população esteja escolarizada, subsiste uma parcela representativa (18 %) de analfabetos, com maior incidência nas faixas de mais idade. É possível se concluir que a maior escolaridade da população, a par de resultar de um esforço geral a nível da sociedade como um fato advém, também, de um processo de ingerência de lideranças locais, sejam elas individuais ou coletivas.

Salienta-se, ainda, que essa maior escolaridade vai ao encontro da demanda qualitativa imposta pelas atividades hoje presentes na comunidade, principalmente aquelas voltadas para prestação de serviços.

A nível econômico, a expansão do turismo revitalizou sobremaneira o espaço local, apesar de todas as mazelas sócio-espaciais à ela inerentes, incluindo a relocação espacial da população nativa (pescadores e agricultores), sempre para as áreas mais afastadas da linha de praia (Anexo nº 3, mapas nº 4 e nº 5).

A característica principal desse processo de transferência dos direitos de posse e uso da terra, na Praia dos Ingleses, é o desmembramento gradativo de áreas, sem elaboração de Plano de Ocupação e a aprovação do mesmo pelo órgão municipal de planejamento urbano.

Cabe lembrar que a compra e/ou posse destas terras se deu tanto antes como depois da existência do Plano de Desenvolvimento Turístico do Aglomerado Urbano de Florianópolis, bem como do Plano Diretor dos Balneários e do Interior da Ilha. Ambos visam estabelecer normas e leis de ocupação do solo dos balneários, definindo uma estrutura espacial descentralizada que propicie um desenvolvimento urbano equilibrado com projetos e propostas específicas para cada área, contando com a colaboração de investimentos privados. Assim, conclui-se que o processo vem se dando à revelia das normas estabelecidas e que o poder público tem sido inoperante na aplicação e cobrança das mesmas.

Apesar do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e/ou Imposto Territorial Rural (ITR-INCRA) já ser cobrado desde a formação dos primeiros loteamentos, pode-se dizer que somente a partir de 1985, com a aprovação de ambos os planos, é que os balneários passam a assumir características de solo urbano. Até então, a Praia dos Ingleses era considerada um sub espaço do Aglomerado Urbano de Florianópolis, onde se executava tradicionalmente

atividades rurais-pesqueiras sem legislação mais específica que norteasse o uso e a ocupação do solo na área.

Esta situação, todavia, é aceita sem maiores problemas face à sazonalidade típica dessa nova ocupação. Nesse período inicia-se o processo de construção de casas de veraneio sem nenhum controle do poder público implicando, muitas vezes, em localização e construção sem respeito a padrões e normas técnicas dos órgãos responsáveis.

A não observância de critérios de sustentabilidade espacial, ou seja, a remoção de dunas, aterro a mangues e de margens de rios, cortes em encostas de morros, entre outras agressões ao ambiente, é hegemônica no processo de comercialização de terras e de ocupação verificado na Praia dos Ingleses, principalmente à partir de meados da década de setenta, com agravamento substancial nos anos oitenta, diagnóstico corroborado em depoimentos de representantes do setor público, da iniciativa privada e de residentes.

Numa primeira fase isso se dá em função da despreocupação dos órgãos responsáveis em adequar a legislação existente à nova realidade que está surgindo. Num segundo momento estes órgãos se veem atropelados pelo grande número de processos e situações de construções já existentes com padrões totalmente díspares que limitam e dificultam qualquer tipo de regulamentação em função dos altos custos envolvidos na sua implantação. A partir de então, esses órgãos fingem que fiscalizam enquanto proprietários fingem que respeitam os padrões. Citaríamos o caso da Prefeitura Municipal de Florianópolis, representada pela Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos, que multa sucessivamente as obras através de um auto de infração, recolhendo em valores monetários, nesse processo, o suficiente para cobrir as taxas de regularização da construção. Logo após o término da obra a Secretaria emite um laudo, fornecendo assim a liberação oficial da obra.

Os proprietários quando procuram fazer de maneira correta encontram enormes barreiras burocráticas e impecilhos das mais diversas formas, dificultando seu intento. Justificaríamos citando o caso da análise de projetos de construção que após serem encaminhados à área competente, levam de três a seis meses, em média, para serem liberados com o parecer de "aprovado", "rejeitado" ou, normalmente, com pedidos de

alterações que destoam totalmente das obras circunvizinhas já executadas. Levando em conta esse cenário existente cria-se uma situação muito propícia ao surgimento da clandestinidade e de um próspero mercado de intermediação de favores ou, enquanto o processo de regularização é efetuado, a referida obra é concluída não possibilitando mais o atendimento das recomendações efetuadas, perpetuando-se assim um eterno jogo de faz de conta.

Nesse sentido a urbanização é feita de maneira anárquica e livre ao longo das principais vias existentes (Anexo nº 2, fotos).

O depoimento de representantes do setor público, da iniciativa privada e de nativos, é convergente na comprovação de que a expansão da indústria da construção civil, na Praia dos Ingleses, para a implantação de residências de veraneio e equipamentos turísticos, deu-se sem a observância de limites.

Em contraposição, o aproveitamento da ampla e diversificada base natural existente no espaço local, através da implantação de equipamentos residenciais e turísticos, revitaliza sobremaneira a indústria da construção civil.

A grande maioria desses estabelecimentos residenciais e/ou turísticos foi implantado sem que o respectivo projeto e execução de engenharia (hidrosanitário, elétrico, telefônico, bombeiros, pará-raios) tenha sido submetido aos órgãos competentes. Aqueles que o fizeram, em alguns casos, projetaram a construção de um hotel e depois descaracterizaram o projeto, através da comercialização de unidades habitacionais independentes. Portanto, à sombra da legislação vigente, ocorre burla, pois o setor hoteleiro recebe incentivo do Poder Público Municipal que permite incremento na taxa de adensamento do uso do solo, autorizando mais um andar na construção (Ver anexo nº 4, prospecto do empreendimento turístico Costão do Santinho Resort).

Em relação à absorção de mão-de-obra, esses empreendimentos caracterizam-se por inexpressivo contingente de trabalhadores empregados, geralmente de maneira temporária, em troca de reduzido salário e não garantia de direitos expressos na legislação social vigente. Dos entrevistados, apenas sete (3,28 %) trabalham diretamente nos hotéis da Praia dos

Inglese. Em menor expressão temos os biscateiros e pedreiros, representando 2,35 %, com cinco pessoas em cada categoria.

Durante a baixa temporada os empreendimentos contratam caseiros para proteção ao patrimônio físico, sem registro funcional e garantias expressas em legislação trabalhista.

Para se ter uma idéia do peso da infra-estrutura - rede de energia elétrica, rede de água e esgoto, galerias pluviais, arruamentos, guias e sarjetas, no preço da terra, basta mencionar que o custo de uma urbanização simplificada (simples aberturas de ruas e topografias, vielas em concreto e captação de água em pontos baixos, ponteiros) é normalmente menor do que o exigido pela Prefeitura para aprovar um loteamento. Esta diferença indica de maneira cabal o papel que a infra-estrutura urbana tem no processo de valorização imobiliária (Anexo nº 2: fotos).

Tais procedimentos têm resultado na elevada valorização do preço da terra urbanizada e na apropriação dessa valorização pela esfera privada, conforme assinalam diversos estudos a respeito. Referenciais também se reportam à pressão que grupos ligados ao setor imobiliário logram exercer junto a níveis de governo, visando a obtenção de benefícios proporcionados pela implantação de obras de infra-estrutura em seus terrenos.

O preço da terra urbanizada condicionado à disponibilidade de infra-estrutura e de benfeitorias públicas torna-a, cada vez mais, um investimento atraente ao consumo.

A esse valor de troca assumido pela terra urbanizada contrapõe-se o valor de uso efetuado pelo mercado informal para o qual as calçadas e a praia são o espaço de estratégia da vida cotidiana.

Na Praia dos Ingleses o "valor de uso" é atribuído aos estabelecimentos comerciais, bares e/ou similares, e às servidões, sem obedecer o mínimo exigido para que se possa transitar em perfeita harmonia a população e os automóveis.

A ampliação do ambiente construído foi fator de expansão e modernização da construção civil, igualmente favorecida por posturas governamentais mais liberais do que as referentes à indústria de transformação em geral. O Estado tem exercido, assim, importante papel na valorização da renda fundiária.

Ao analisar a gravidade de alguns dos impactos derivados da implantação das obras públicas, os residentes apontaram como de maior seriedade a valorização imobiliária, valorização do aluguel na temporada de praia, fluxo turístico, superpopulação nos meses de dezembro a março, aumento do custo de vida, diferenciação de tratamento entre turistas e moradores, a concorrência exercida pelos bares, similares, e ambulantes vindos de fora.

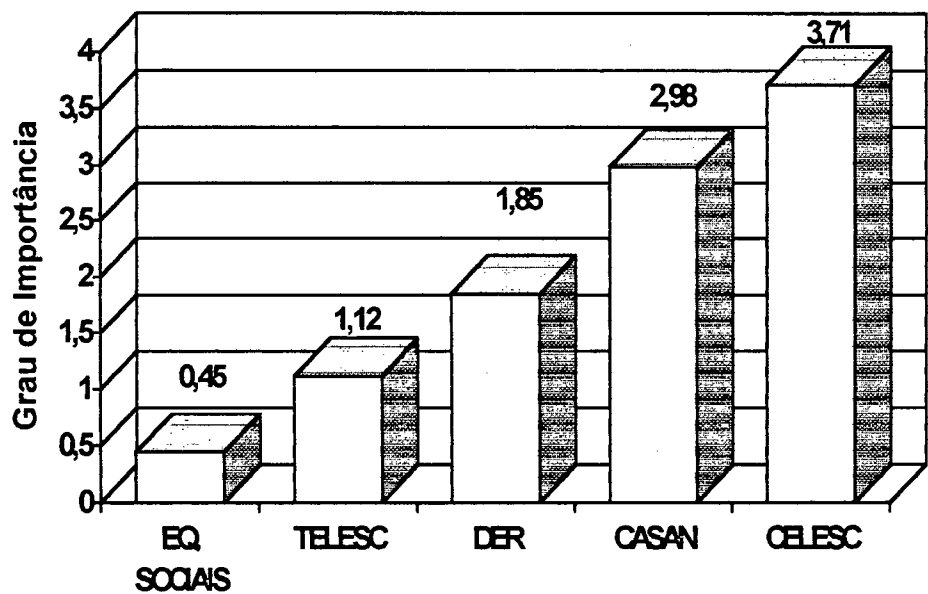
Ao propor soluções aos problemas identificados, os residentes atribuem ao Poder Público a responsabilidade pela preservação da Praia dos Ingleses, reivindicando plano diretor, disciplina das construções, abertura e calçamento de estradas,⁸ acesso à praia, arruamentos, calçadas para passeio de pedestres, creche, policiamento civil e militar; ampliação do Posto de Saúde, cemitério, horários de ônibus urbano, escola e a criação de um centro comunitário com todos os equipamentos necessários ao bem estar sócio-econômico da comunidade. Citam, inclusive, o caso de uma casa que foi destinada a creche e hoje está servindo apenas para colocar o carro de um líder político local, sendo que a fatura da conta de luz encontra-se em seu nome, marcando com isso a posse do referido imóvel por parte desse agente.

Em todos esses contextos, as ações desempenhadas e/ou respaldadas pelo Estado, em suas diversas instâncias espaciais do poder, têm sido decisivas, na produção de um arranjo espacial cada vez mais diversificado.

As entrevistas realizadas, *in loco*, para detectar a implantação das obras públicas exerciam e/ou exercem nesta comunidade, ficou evidenciada a importância dos investimentos públicos para a comunidade nativa da Praia dos Ingleses. Sendo assim, durante a aplicação dos questionários e após a sua tabulação observou-se a ordem de importância e/ou necessidade que a energia elétrica (CELESC) representa para a comunidade nativa e residente, juntamente com a água e esgoto (CASAN), estradas (DER), telefonia (TELESC) e equipamentos sociais, conforme está ilustrado no gráfico 6.

⁸Em sua terminologia própria, os moradores quando se referem a "estradas" estão na verdade referindo-se a ruas e/ou servidões, pavimentadas ou não, existentes na Praia dos Ingleses.

GRÁFICO 6. Grau de importância e/ou necessidade dos investimentos públicos para a comunidade, e por tipo de agente



Obs. O grau de importância foi determinado pela média dos valores atribuídos pelos respondentes e que obedeciam a uma escala de 0 a 4.
Fonte de dados básicos: entrevistas realizadas na Praia dos Ingleses, 1993.
Organizado por Marilú Angela Campagner May

Assim é que, aproveitando a classificação do nível de importância atribuído pela comunidade a cada um dos setores específicos que representam o Estado, segue-se a discussão da participação individual dos mesmos no processo de implantação de serviços, equipamentos e infra-estrutura na Praia dos Ingleses.

Para isso, torna-se necessário, além do conhecimento relativo ao processo de planejamento e entrada dos investimentos públicos, levantar e analisar as categorias (empresas estatais) diretamente ligadas ao estudo de caso.

4.3. Agentes que Participam do Processo de Instalação das Obras Públicas na Praia dos Ingleses

4.3.1. Introdução

Dentre os agentes que participam do processo de ocupação do solo na área de estudo, o Estado destaca-se por ser aquele que "teoricamente" assume a função de regular e coordenar as ações entre os diferentes agentes que produzem o espaço urbano.

Para gerir o espaço, o Estado utiliza o planejamento, estabelecendo normas, leis, planos, projetos e intervenções, impondo uma série de restrições institucionais na operação de aspectos relativos à implantação de obras públicas.

A Praia dos Ingleses, como se viu desde o início, foi ocupada mais recentemente e de forma mais intensa por uma parcela da população considerada privilegiada sócio-economicamente, que adquiriu a maior parte das terras com o intuito de veraneio. Este mesmo grupo pressiona o Estado a dotar a área de infra-estrutura de base, como: energia elétrica, equipamentos sociais, estradas, água e esgoto, acessos e outros.

Mais tarde, indivíduos pertencentes a este mesmo grupo começam a ver na atividade turística a possibilidade de expandir seus ganhos, transformando-se em promotores imobiliários. Empresários locais ou não, aproveitam-se da qualificação paisagística da Praia dos Ingleses para investir no setor turístico.

São esses agentes que, por deterem o capital, acabam por dominar o poder político na área, utilizando-se do Estado principalmente através da condução do processo de planejamento e da alocação de recursos infra-estruturais, legais e financeiros para o alcance de seus interesses.

Os usuários de moradias, no caso representados por turistas veranistas ou itinerantes, população rural-pesqueira local e trabalhadores braçais vindos de outras comunidades para atender a demanda produzida pela expansão da construção civil, têm seus interesses atendidos caso estes coincidam com os dos agentes hegemônicos da produção do espaço

urbano ou quando seus interesses, de uma forma ou de outra, possam trazer benefícios a eles.

Normalmente o que ocorre na área é que as necessidades dos agentes menos privilegiados são adaptadas às dos agentes que participam do "clube fechado decisor" (Campos Filho, 1989). Na Praia dos Ingleses, por exemplo, quase todos os melhoramentos em termos de transporte, acessos e infra-estrutura urbana visam atender diretamente aos frequentadores do balneário e indiretamente à população residente e/ou nativa.

Embora já tenham sido citados algumas práticas que contribuem para que o Estado sirva aos interesses do capital, pode-se exemplificar ainda outras, mais específicas ao estudo de caso, que provocam o papel contraditório do mesmo, no decorrer do processo de ocupação da área. Destaca-se que:

- O Estado, a partir de 1970, estimula o desenvolvimento turístico da Ilha de Santa Catarina através de incentivos fiscais e legais a nível federal e estadual . A Praia dos Ingleses começa a se transformar em ponto de apoio às atividades de exploração de veraneio da Ilha.

- O Estado investiu em setores pouco rentáveis, financiando equipamentos urbanos básicos como luz, telefonia, estradas e equipamentos sociais. Com isto acabou por beneficiar também os proprietários fundiários, diminuindo seus gastos em relação aos investimentos de infra-estrutura.

- O Estado, a partir de 1981, através do Plano de Desenvolvimento Turístico do Aglomerado Urbano de Florianópolis, incentiva a ampliação da atividade turística.

- O Estado surge na Praia dos Ingleses como instrumento legitimador das práticas e intenções dos agentes hegemônicos atuantes. Na verdade quem induziu a implantação e ampliação de obras públicas na Praia dos Ingleses foram estes agentes, que acabam por justificar os possíveis benefícios que o Estado poderia obter ao implantar por exemplo, o abastecimento de energia elétrica e instalação de linhas telefônicas.

- O Estado adota na Praia dos Ingleses padrões urbanísticos elitistas ao definir as atividades, as obras permissíveis e os serviços vetados ou sujeitos a pareceres prévios, onde nem todos os agentes sociais têm condições de atuar. Faz isto, por exemplo ao declarar área

de especial interesse turístico (decreto nº 86176 de 06 de julho de 1981) ou ideal ao turismo de veraneio familiar, implantando o projeto Costa Norte e definindo diretrizes gerais de ocupação unifamiliar no loteamento Praia do Santinho.

- O Estado concede anistia, de tempos em tempos, às irregularidades urbanas existentes na área estudada. Estas referem-se tanto à cobrança de impostos quanto a legalização das edificações e loteamentos irregulares. Como exemplo, cita-se a não obediência aos índices estabelecidos na consulta de viabilidade⁹ (taxa de ocupação, projeção da área construída sobre o terreno, afastamentos mínimos, desmembramento na execução de obras que na prática não estão de acordo com as leis urbanísticas da área).

- O planejamento urbano relativo à Praia dos Ingleses se mostra deficiente, pouco abrangente, superficial e desatualizado frente à rapidez com que ocorre o processo de ocupação, deixando que muitos pontos relativos a ele ocorram de maneira irregular.

Cabe lembrar que, embora seja nítida a tendência do Estado em beneficiar os proprietários fundiários, de moradias e os promotores imobiliários, estes nem sempre possuem seus interesses atendidos de forma satisfatória.

Devido a diversificação de interesses, esses mesmos agentes acabam por pressionar o Estado em grau, forma e objetivos diferentes, levando a fatores de insatisfação. Nesta disputa ganha o agente ou grupo de agentes que mais influência exerce sobre o Estado.

Ao mesmo tempo, a ausência de verbas, o excesso de burocracia, a indefinição de certas atribuições entre as diferentes esferas estatais, a má gestão e a distribuição dos recursos existentes, levam a máquina administrativa a tornar-se lenta e pouco eficiente.

⁹É o documento pela qual a prefeitura procura orientar as possibilidades de construção aproveitamento, uso de determinado lote, gleba e edificações, sem caráter conclusivo, remetendo sempre o interessado ao exame do Plano diretor e demais disposições pertinentes (em qualquer caso, deverá ser completada com ante-projeto para, só então, converter-se em proposta conclusiva para a municipalidade).

Em terrenos que fazem parte de loteamentos ou desmembramentos, só será aprovada a construção (reforma ou ampliação) se estes estiverem de acordo com a legislação federal e municipal em vigor.

A(s) distância(s) da(s) testada(s) do terreno à construção será no mínimo, a soma de recuos e afastamentos para os respectivos logradouros.

Como evidencia Serra (1993), a taxa de investimento do setor produtivo estatal da União vem declinando continuamente desde 1981, com exceção de 1987 e de 1991. Entre os extremos da década de 80, a redução real dos investimentos fixos foi de 60 %; entre 1981 e 1991, de 50 %. Este colapso deveu-se principalmente à quebra dos estoques de financiamento doméstico e externo;

- Primeiro, houve uma deteriorização dos repasses provenientes do Tesouro Nacional;
- Segundo, foram impostas restrições quantitativas ao saldo dos empréstimos bancários às empresas estatais;

- Terceiro, à forte contração das fontes de financiamento externo superpôs-se o enfraquecimento da geração interna de poupança das empresas estatais, pois os reajustes de preços e tarifas públicas tendem a situar-se bem abaixo da inflação.

Diante desse quadro, a recuperação dos investimentos das empresas estatais, que foram cortados em 36 % apenas entre 1989-91 depende, além da virtual reabertura de financiamentos externos, do sucesso em reverter o processo de arrocho de preços e tarifas públicas. Tal reversão começou a delinear-se em 1992: a maioria das tarifas foi reajustada acima da inflação média anual, política esta respaldada por compromissos estabelecidos com o FMI e o Banco Mundial, e o investimento fixo consolidado, deve subir para 2,5 % do PIB contra uma taxa média de 1,8 % em 1990/91 (Serra, 1993).

A descentralização efetuada pelo governo federal esboçou um programa de descentralização de encargos denominados "operação desmonte", ao elaborar a proposta orçamentária da União. Como era previsível, o Congresso Nacional foi contrário à iniciativa, remanejando e criando indevidamente dotações para cobrir as transferências ou gastos com funções que não deveriam mais caber ao Governo Central. Desse modo, a retirada dos investimentos federais de muitas funções, programas e regiões não foi necessariamente coberto pelo aumento dos investimentos estaduais e municipais. É conveniente lembrar que por exemplo, os transportes, energia elétrica, água e saneamento, telefonia e equipamentos sociais são de responsabilidade quase e exclusiva da União. Além disso, ante os problemas de escala, certos investimentos só poderiam ser descentralizados, em tese, mediante

irrealizáveis consórcios entre estados, entre municípios, iniciativa privada e entre ambos (Serra, 1993).

Observa-se, no final das contas, que o papel do Estado, de um lado, está longe de atender aos objetivos teóricos a que se propõe e, de outro, não executa totalmente os anseios dos agentes dominantes do processo. Como prova observa-se que tanto a população local quanto a qualidade do espaço estão sendo cada vez mais descaracterizados. Também os agentes dominantes desconhecem ou desconsideram os planos e os projetos existentes, elaborando suas próprias propostas independentes da orientação do Estado. Esta observação será melhor entendida ao discorrer de algumas considerações e dados em torno das principais empresas estatais que atuam como agentes na Praia dos Ingleses ressaltando-se principalmente, as consequências advindas com a entrada da energia elétrica, água e esgoto, telefonia, estrada e equipamentos sociais operacionalizados por algumas empresas.

4.3.2. Centrais Elétricas de Santa Catarina S. A. - CELESC

O papel que a energia desempenha na sociedade deve ser conceituado a partir da noção de sistema energético. O Sistema Energético é um sistema que cumpre uma função bastante precisa na sociedade: prover a energia útil que toda atividade humana requer. Todos os membros da sociedade são parte deste sistema, enquanto usuários das diversas formas energéticas.

O sistema energético é um sistema social, com atores individuais e institucionais que estão tomando constantemente numerosas decisões. A energia se relaciona com todos os setores produtivos, conseqüentemente, as decisões referentes à energia produzem efeitos nos diversos domínios da economia. Logo, estas decisões devem levar em conta as economias e deseconomias externas (ELETROBRÁS, 1986).

A problemática do setor se insere na crise maior do próprio Estado, seja no nível federal, estadual ou municipal que pode ser resumida de forma muito sucinta, segundo Greiner (1990).

Como a maioria dos países de desenvolvimento recente, o Brasil optou por alavancar a industrialização e expansão econômica, via investimentos estatais na infra-estrutura, assumindo o Estado o papel de canalizador da poupança nacional. No caso brasileiro se associou, além disso, uma política de substituição de importações.

A isenção do setor capitalista de arcar com os expressivos investimentos na infra-estrutura, de longa maturação e baixo retorno, mas indispensáveis para a implementação e viabilização de setores produtivos e comerciais de maior lucratividade, representou uma contraposição à "tendência declinante das taxas de juros" das economias capitalistas. Assumir elevados investimentos do setor elétrico implica na intervenção estatal num setor produtivo da economia capitalista. O Estado liberou o setor privado e monopolista de inversões de baixo retorno, possibilitando-lhe o acesso à maior parte da massa de lucros, realizada na escala agregada da economia.

Isto, associado aos baixos preços impostos às tarifas do setor elétrico e aos contratos de bens e serviços colocados junto ao setor privado, em níveis de preços superiores aos do mercado internacional, permitiu uma elevada capitalização do último, configurando um intenso processo de concentração da renda (Greiner, 1990).

Ainda segundo o mesmo autor, tal concentração da renda foi ampliada quando este mesmo setor capitalista, protegido pelas restrições às importações, podia manter elevados os preços dos produtos, em geral, na ausência da competição externa, sem considerar, também, os financiamentos incentivados e isenções fiscais, que conseguia junto ao governo.

Neste quadro temos, portanto, exatamente o reverso do que ocorria na década de 1950, quando se inicia a estatização do setor, estando hoje o Estado sem condições de investir, enquanto o setor privado se apresenta como titular de haveres expressivos.

Ao iniciar-se o século XX, o modelo industrial do setor de energia elétrica, no país, caracterizava-se pelo regime de concessão e do pleno e praticamente livre exercício da iniciativa privada.

Em 1930 é criada a Comissão de Forças Hidráulicas do Antigo Serviço Geológico e Mineralógico do Ministério da Agricultura, que dá início à avaliação do potencial hidráulico de

parte do Sudeste brasileiro e a levantamentos hidrológicos dos principais cursos d'água, sem que lhe seja conferida qualquer competência normativa ou fiscalizadora.

O Decreto Nº 24.643, de 10.07.34 institui o Código de Águas, que em linhas gerais estabelece princípios, até hoje válidos, de balizamento do setor de energia elétrica.

Em 1934 encerra-se assim o período contratual do setor. O Estado é o poder concedente e abre-se a perspectiva de ser concessionário dos seus próprios serviços, isto é, de contratar consigo mesmo. O estado intervém nos contratos de concessão.

Em 1939 é criado o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica - CNAEE, como órgão da Presidência da República, que passa a exercer funções normativas e fiscalizadoras dos serviços públicos de energia elétrica, em nível superior à Divisão de Águas, do Ministério da Agricultura.

Ao retraimento das concessionárias na aquisição de novos equipamentos, desde a extinção da cláusula ouro, vêm juntar-se, as restrições e dificuldades decorrentes da 2ª Guerra Mundial. A demanda começa a se erguer acima da produção de energia elétrica.

O pós-Guerra é marcado pela crescente urbanização da população brasileira, com o consequente avanço da indústria, do comércio e dos serviços. Instala-se a crise de energia elétrica em todo o país. Como primeira medida corretora, é estabelecido o racionamento que se estende por toda a década de 50 e os primeiros anos da seguinte.

A questão da energia elétrica torna-se tema central de grande discussão nacional. Os governos se sucedem, tomando medidas paliativas, pressionadas como se vêem por duas grandes correntes opostas: a associativa (privativista) que, por princípio, rejeita a intervenção direta do estado na produção de bens e prestação de serviços, e a nacionalista, que condenando a atuação das empresas estrangeiras, reivindica a intervenção do Estado e a própria encampação dessas empresas (Aguilar, 1990).

Ao longo das divergências entre as duas correntes, os governos Federal e Estadual se aliam na reorganização do setor elétrico em bases estatais.

Para definir a política energética estadual cria-se a Comissão de Energia Elétrica de Santa Catarina, no ano de 1951, Lei Nº 505 (CELESC, 1994).

A CELESC - Centrais Elétricas de Santa Catarina S. A., foi criada pelo Decreto Estadual Nº 22 de 09/DEZ/55, que em seu Artigo 1º define: "Destinada a planejar, construir e explorar sistema de produção, transmissão e distribuição de energia elétrica em Santa Catarina". Recebeu autorização para o funcionamento como empresa de energia elétrica, pelo Decreto Federal Nº 39.015 de 11/ABR/56.

Em 1956, o setor energético catarinense dentro do programa de encampações das empresas regionais, incorpora o Empresa ELFA, de Florianópolis, e em 1963 amplia esse sistema inaugurando a Usina Garcia.

Inicialmente a CELESC foi utilizada como canalizadora de recursos públicos para as empresas então existentes no Estado, das quais, numa etapa posterior, assumiu o controle acionário, passando assim a operar como empresa **holding** com a atribuição de planejar e operar o sistema elétrico estadual.

Atualmente a CELESC opera em todo o território catarinense, com tensão e frequência padronizadas, compatíveis com o Sistema Interligado Sul-Sudeste, do qual faz parte contando com aproximadamente 1.311.631 consumidores (CELESC - APGE, 1994).

A Energia Elétrica, fornecida pela CELESC, chegou à Praia dos Ingleses em 1966 (Ver foto nº 6).

Conforme dados obtidos junto ao Departamento Regional Florianópolis, da CELESC, através do Engenheiro Paulo César Brito Guimarães (1992), o fornecimento de energia elétrica à região dos Ingleses, que compreende também as localidades de Vargem Grande, Santinho e Rio Vermelho, foi feito até agosto de 1988 através da subestação Trindade, por meio do alimentador TDE-02. Com a inauguração da subestação Ilha Norte, em agosto de 1988, esse atendimento passou a ser feito pelo alimentador INE-04.

A região de Ingleses e, em especial, a Praia dos Ingleses, tem como característica importante a sazonalidade na demanda de energia, exigindo que nos meses de alta temporada seja usada a carga máxima, aumentando em até 100 % em relação à média verificada durante o ano. Para o ano de 1990, no mês de janeiro, foram consumidos 3,60 MVA e, em fevereiro, 4,08 MVA; em 1991, no mês de janeiro, o consumo foi de 4,44

MVA, e fevereiro 4,80 MVA. Esses meses foram selecionados porque servem de parâmetro para projeção de investimentos e previsão da expansão da rede de distribuição.

TABELA 1. Número de consumidores, por classe de consumo, em Santa Catarina e na Praia dos Ingleses.

	Residencial		Industrial ¹⁰		Comercial	
	Santa Catarina	Praia dos Ingleses	Santa Catarina	Praia dos Ingleses	Santa Catarina	Praia dos Ingleses
Nov/90	969.159	2.505	22.308	95	83.130	93
Nov/91	1.014.191	2.887	24.475	154	88.121	120
Nov/92	1.062.735	3.920	25.110	216	91.117	173
Nov/93	1.125.621	4.719	27.780	245	98.653	199

Fonte dos dados básicos: CELESC - DPSC - 1994

TABELA 2. Crescimento percentual do número de consumidores, por classe de consumo, em Santa Catarina e na Praia dos Ingleses.

	Residencial		Industrial		Comercial	
	Santa Catarina	Praia dos Ingleses	Santa Catarina	Praia dos Ingleses	Santa Catarina	Praia dos Ingleses
Nov/91- 90	4,65 %	15,25 %	9,71 %	62,11 %	6,00 %	29,03 %
Nov/92-91	4,79 %	35,78 %	2,59 %	40,26 %	3,40 %	44,17 %
Nov/93-92	5,92 %	20,38 %	10,63 %	13,43 %	8,27 %	15,03 %

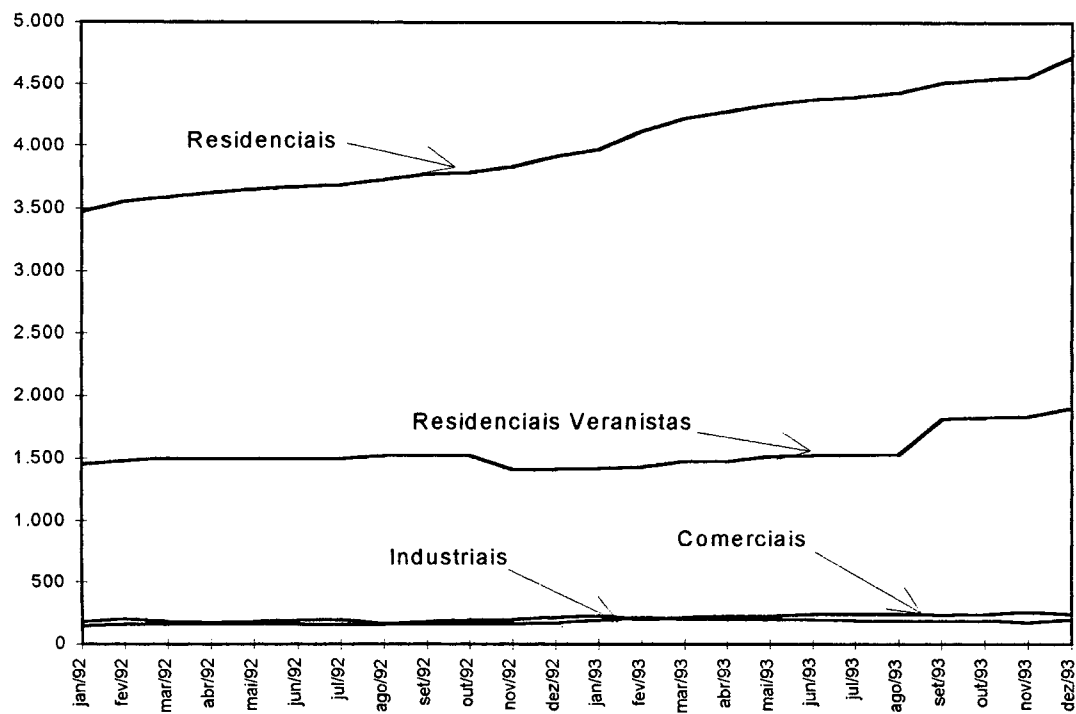
Fonte dos dados básicos: CELESC - DPSC - 1994

Conclui-se, através de dados das tabelas 1 e 2, para os anos de 1993 para 1990, mês de novembro, que na Praia dos Ingleses ocorreu um elevado índice de crescimento em todas as classes, ultrapassando em muito o incremento médio estadual. Chama a atenção,

¹⁰ Fornecimento para unidade consumidora em que será desenvolvida atividade industrial. Determinada pela portaria Nº 222, de 22/12/87, DNAEE. Letra V, indústria de construção.

em especial, a classe industrial onde, em todo o estado de Santa Catarina, cresceu 9,7%, e na Praia dos Ingleses, 62,1%. Este crescimento ocorre em função do montante de construções existentes na localidade. O DNAEE (Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica), órgão regulamentador do setor elétrico brasileiro classifica, através de classes e sub-classes, os consumidores de energia elétrica, onde a indústria de construção aparece como sub-classe. Esta atividade foi detectada através da listagem nominal dos consumidores da CELESC obtida junto ao DPSC (Departamento de Serviços e Consumidores). Nota-se a expansão do setor da construção civil e conseqüentemente do mercado imobiliário. Deduz-se, avaliando o crescimento das sub-classes residencial, industrial e comercial que houve um aumento considerável do número de unidades habitacionais na Praia dos Ingleses, embora o número de ligações elétricas, nas três categorias, demonstre uma queda relativa no último período indicando também, uma queda no ritmo das construções (Anexo nº 6 e gráfico 7).

GRÁFICO 7. Evolução do número de ligações na Praia dos Ingleses no período de janeiro de 1992 a dezembro de 1993.



Fonte de dados básicos: CELESC - Agência Florianópolis - SPAT - 1994.

Durante o período de férias, nos últimos anos, face ao incremento na demanda de energia elétrica e a queda na produção em decorrência de estiagens e a falta de investimentos na ampliação da geração, tem sido desenvolvidas campanhas educativas por parte da empresa concessionária de energia elétrica, no sentido de reduzir o nível de consumo e evitar o eventual racionamento. Embora a Centrais Elétricas de Santa Catarina S. A. - CELESC não assuma publicamente a sobrecarga na rede em função da expansão da demanda turística, é frequente a ocorrência de **blacks-out** temporários.

A nível sócio-espacial, na Praia dos Ingleses, ocorre a locação de um expressivo número das residências e unidades multifamiliares no verão. Os residentes eventuais, alheios à questão global que envolve a redução no consumo de energia elétrica, mantém a iluminação das unidades habitacionais ligadas de forma contínua. Esse processo insustentável onera sobremaneira a economia doméstica dos proprietários de imóveis, aumenta geometricamente a sobrecarga nas redes de distribuição e causa complexos transtornos à Centrais Elétricas de Santa Catarina S. A., conforme depoimento de dirigente local da concessionária, ao analisar problemas ocorridos durante a temporada de verão.

"Nesse verão , aqui em Florianópolis, na Praia dos Ingleses, nós tivemos problemas localizadosA demanda de energia chegou a 30.000 KWA foi, portanto, a maior demanda de energia em todo o Brasil, o que representou incremento de 50 % no consumo Iniciamos a elaboração de projetos para expansão da distribuição de energia nas praias. Na sub-estação da Praia dos Ingleses estamos instalando mais um transformador, com capacidade de 25.000 KWA.... Nós pretendemos desenvolver campanha de esclarecimento, aos consumidores, porque é impossível à CELESC gerenciar o consumo verificado pelas residências alugadas a turistas. Os turistas não têm o mínimo interesse em economizar energia, então, necessitamos criar artifícios que permitam coibir esses abusos. Nesse verão as residências foram transformadas em comércio e, nós não temos como controlar" (Salomon, 1992).

Entretanto, considerando a realidade sócio-espacial da Praia dos Ingleses, no que se refere à contínua expansão das atividades imobiliárias e turísticas e o conseqüente incremento na demanda de energia elétrica, é praticamente impossível a materialização de desenvolvimento sócio-econômico equilibrado, notadamente, num espaço cujo abastecimento de energia elétrica é precário, com elevados impactos sócio-espaciais às populações permanentes, sempre à revelia dos interesses dominantes.

Cunha (1992), manifestando sua preocupação em relação a situação contrastante em relação à forte dependência ao suprimento de energia elétrica, criando assim insegurança para a sociedade local, diz:

"não há auto suficiência em energia elétrica. Precisamos definir com urgência uma política de suprimento de energia elétrica para não sofrermos risco de perda de nosso mercado industrial.... E reconhecemos ser importante a participação da iniciativa privada na geração de energia elétrica em Santa Catarina".

Salomon (1992) corrobora, dizendo:

"há grande dificuldade na realização conjunta desses empreendimentos dados os interesses antagônicos existentes.... E não há dúvida que temos que lutar para que a legislação seja aprovada com brevidade e, se possível influenciar na sua elaboração".

Existe uma grande determinação por parte da Diretoria de que seja, efetivamente, implementada a modernização administrativa na CELESC, para que a mesma possa superar as suas atuais dificuldades e, renovada, iniciar uma nova etapa (Ver pesquisas de opinião e matérias no anexo nº 5).

As políticas e práticas existentes demonstram que o posicionamento da CELESC apesar de teoricamente correto, na prática não vem contribuindo de forma eficaz para o ajuste da demanda proporcionalmente à oferta existente na Praia dos Ingleses. Observa-se, ainda na década de 1990, um incentivo de sua parte e também da iniciativa privada para que se amplie a demanda de energia elétrica, através da divulgação nos órgãos de comunicação social como divulgadores do quadro real sobre a situação existente, contribuindo para que a capacidade esteja proporcionalmente adequada à demanda local. É somente a partir deste quadro que se poderia determinar a verdadeira necessidade de se incentivar ou não o aumento da demanda de energia elétrica bem como as diretrizes adequadas para a condução de futuras políticas e planos locais.

4. 3. 3. Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN

O poço revestido com pedras foi, inicialmente, o meio de fornecimento de água para a comunidade local, seguido pelo uso de "bombas" manuais em algumas residências..

O abastecimento de água para uso múltiplo, na Praia dos Ingleses ocorre, preferencialmente, a partir da instalação de poços individuais com sistema de ponteira, junto ao lençol freático local, o que foi possível somente a partir de 1966, com a chegada da energia elétrica. Esse processo onera sobremaneira o consumidor residencial, em função da manutenção temporária do motor utilizado e do consumo de energia elétrica necessária à extração do líquido no subsolo.

A nível de saúde pública, este processo caracteriza-se como ameaça constante às populações permanente e flutuante face à inexistência de sistema de acompanhamento e monitoramento laboratorial das águas captadas, exceção a alguns empreendimentos hoteleiros da localidade que efetuam esse acompanhamento às suas expensas (Ver anexo nº 4).

A nível ambiental, no contexto de Ecorregião, em função do processo de captação dar-se de forma individual, a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN não efetua qualquer mecanismo de controle ao consumo, seja de natureza fiscal ou através de legislação coercitiva.

Com o objetivo de aumentar a eficiência e, assim criar uma atmosfera de confiança para possíveis investidores, os serviços de água e saneamento deveriam adotar políticas modernas de administração e sistemas de informação que incluam uma contabilidade de custos adequada, um gerenciamento das contas dos clientes e uma forma de abordagem orientada para o consumidor, promovendo seu envolvimento nos serviços através da elaboração e do uso de um arquivo de queixas, informações e sugestões dos usuários. Depoimentos do tipo "a água não é para nós e sim para o Costão" ou "eu não quero a água pois a do meu poço é muito melhor", parecem indicar o desconhecimento da população da Praia dos Ingleses em relação à qualidade da água da concessionária local e à versão oficial da empresa, fornecida por Almeida (1994), de que o Empreendimento Costão do Santinho Resort utiliza muito pouca água, pois possui reservatório próprio e praticamente não se abastece da rede da CASAN.

A mulher exerce influência considerável perante a família em relação à necessidade de conexão com a rede de água e de zoneamento. Neste contexto, é necessário que as mulheres

também sejam consultadas, para que se entenda o verdadeiro comportamento das famílias, a medida real do interesse nos serviços de saneamento e água e da capacidade destas quanto ao pagamento. É preciso ainda reconhecer a importância do papel desempenhado pela mulher em promover a aceitação do pagamento por parte das famílias.

É necessário ter em mente que a complexidade e a dificuldade das condições físicas e sócio-econômicas existentes na maioria das áreas litorâneas requerem técnicas de engenharia de nível mais elevado do que as tradicionalmente exigidas para abastecimento de água e para os serviços de saneamento nas áreas rurais e urbanas "formais", uma vez que nas áreas litorâneas é preciso identificar e desenvolver alternativas tecnológicas e elaborar soluções para cada caso.

A avaliação de opções tecnológicas, a ser feita pelos planejadores dos sistemas de água e saneamento, teria de levar em consideração o fato de que áreas litorânea são economicamente produtivas e não apenas áreas residenciais temporárias, de lazer e segundas residências.

Uma boa política pública seria desenvolvida para definir papéis, responsabilidades e necessidades de apoio da instituição do setor na distribuição e gerenciamento do abastecimento de água e dos serviços de saneamento nas áreas peri-urbanas. Nesse contexto, torna-se necessário não apenas possibilitar a otimização operacional de cada um dos agentes relacionados com a provisão de serviços, mas ainda promover ativamente o estabelecimento de parceria entre eles.

Com base na fala do Engenheiro Juarez Nazareno Muniz Almeida (1994), e nos planos e projetos desenvolvidos pela CASAN, são colocados a seguir os condicionantes técnicos e político-sociais que propiciaram a implantação do sistema de água e esgoto na Praia dos Ingleses.

Em agosto de 1983, a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento implanta o "Projeto de Abastecimento de Água de Florianópolis e Localidades Circunvizinhas", integrando a Costa Norte da Ilha de Santa Catarina. Foi contratada para fazer o plano, a empresa Geotécnica, com a execução a cargo da empresa Confer Engenharia, de Criciúma. Deste

plano executou-se a primeira etapa de perfuração de poços e a instalação dos equipamentos. O cronograma original previsto para a execução da obra entre três (perfurações de poços) e quatro meses (instalações de equipamentos). O setor IV¹¹ que parte da Praia dos Ingleses, com sistema de abastecimento feito por gravidade, a partir do centro de reservação RN IV (Ver tabela no anexo nº 7), seria constituído de dois reservatórios de 600 m³. Face a questões político-financeiras esta obra não teve conclusão.

O detalhamento do trajeto por onde a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento-CASAN planejou passar a tubulação da água na Praia dos Ingleses está descrito no anexo nº 7.

O projeto todavia teve seguimento em outro momento.

Para implantação da rede foram elaborados critérios conforme a demanda efetiva e recursos liberados pela Companhia Catarinense de Águas e Saneamento e Caixa Econômica Federal através do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, destinados para saneamento, e custeados pela União para pagamento em 18 anos, o que determina a não cobrança de nenhuma taxa extra ao beneficiado a não ser o custo de instalação.

A implantação da rede de distribuição na primeira etapa foi projetada em locais com arruamento definido e ocupação que justificasse sua implantação imediata, considerando-se um índice de até 25 m de extensão de rede por ligação. As ligações consideradas foram aquelas referentes aos domicílios observados em planta topográfica disponível ou nos dados fornecidos pelo nivelamento de ruas com semicadastro elaborado pela Geotécnica (1983).

Para a segunda etapa, as redes foram projetadas em arruamentos atualmente definidos, porém sem ocupação que justifique sua implantação imediata, isto é, em todos os arruamentos definidos e não computados na primeira etapa.

Para terceira etapa, foram apenas computados, para efeito de previsão de custo global, as extensões da rede de distribuição que completassem as necessidades previstas no

¹¹O setor IV, para a Companhia Catarinense de Água e Saneamento - CASAN, abrange Ingleses e Santinho.

Relatório Técnico Preliminar, a serem futuramente implantados em locais atualmente sem arruamento definitivo.

A rede principal de distribuição, de acordo com a CASAN (Reunião Técnica de 28/02/82), com implantação previsto para 1983, atenderia de 1984 a 1990, ou seja, a primeira etapa.

A partir de 1990 estava prevista a implantação da segunda etapa que atenderia de 1991 a 1997.

Por sua vez, a terceira etapa, com implantação prevista para 1997, atenderá de 1998 até o final do plano: 2005.

A captação de águas seria através dos rios Cubatão e Vargem do Braço, no continente, com reservatórios localizados no Morro do Esquadro e na Ilha.

Na Praia dos Ingleses, a área onde foi projetada a unidade de produção situa-se em zona próxima ao abastecimento de Sistema Urbano, capaz de assegurar, qualitativa e quantitativamente a previsão de consumo para a primeira etapa do Projeto Global proposto.

Situam-se os pontos de locação das obras hidráulicas, na Praia dos Ingleses-Capivari, com alinhamento da bateria de poços em direção N - S, no sentido do Distrito de São João do Rio Vermelho.

Conforme a CASAN (1988) a Praia dos Ingleses, ao término da primeira etapa, no ano 1997, abasteceria uma população em torno de 17.256 habitantes e no final do plano, em 2005, 23.868 habitantes. Com estes dados a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN, previa um aumento populacional em torno de 27,71 %.

Segundo o plano, a Praia dos Ingleses contaria na primeira etapa com seis poços perfurados para captação, com produção estimada de vinte litros/segundo. Os dois poços existentes, atualmente ficariam de reserva. A execução dos demais poços, seria de acordo com o projeto original e na segunda etapa seriam perfurados mais seis poços.

O tratamento da água constaria somente de desinfecção, com cloro gasoso e a correção final do pH, com aplicação de cal.

A nível de previsão da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento, seriam efetuadas em torno de 772 ligações domiciliares na primeira etapa, no setor da Praia dos Ingleses.

A previsão de um crescente consumo de água potável na Praia dos Ingleses poderá induzir ao esgotamento e/ou comprometimento do lençol freático, com reflexos incalculáveis à sócio-economia local.

Outra ameaça potencial ao comprometimento do lençol freático local; à balneabilidade das águas de recreio e à sustentabilidade da praia, está relacionada à ausência de sistema de coleta e tratamento de águas servidas.

O espaço local reflete, com bastante clareza, o retrato da realidade nacional, no que diz respeito à ausência ou mesmo inexistência de políticas públicas ligadas ao saneamento básico. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em estudos concluídos em 1992, cerca de 53 % dos municípios brasileiros não tem serviços de coleta de esgoto e 92 % dos municípios nacionais não efetuam tratamento dos resíduos coletados (Jornal do Brasil, 1993).

Na Praia dos Ingleses, os corpos de água, baías, rios e lagoas têm sido depositários de esgotos, entendidos pela FATMA (1993) como "refugos líquidos de cozinhas, toaletes, lavatórios e lavanderias, comumente lançados em rios ou outros corpos de água".

Embora a base natural indubitavelmente seja o principal fator de atração, os processos de fragmentação e adensamentos de uso do território ocorridos e em expansão têm acarretado inúmeros impactos sócio-espaciais, comprometendo a sustentabilidade do território e a perspectiva de manutenção da atividade turística, enquanto alternativa econômica, no futuro próximo, notadamente, em função da inexistência de sistemas de coleta e tratamento de esgotos e da existencial parcial do sistema de coleta e abastecimento de água tratada (Moretto Neto, 1993).

Recentemente, os empresários locais, juntamente com os proprietários fundiários e de segunda residências, começam a se unir ao Estado a fim de operacionalizar algumas políticas e projetos propostos pelo Plano de Desenvolvimento Turístico (1981) e Plano Diretor dos

Balneários (1984). Entre elas destaca-se a implantação do sistema de água (Ver foto nº 16). Por exemplo, o manancial aquático da Praia dos Ingleses abastece Canasvieiras desde 1984 e a Praia dos Ingleses só veio a ter abastecimento de água em 1993. Para ilustrar temos o depoimento de um funcionário da CASAN e proprietário de segunda residência na Praia dos Ingleses, que diz: "eu me nego a comprar telefone, pois a água que bebemos é a mesma que tomamos banho no mar e a mesma do sumidouro (fossa de detritos fecais)", o que ressalta a força política que um determinado serviço possui em relação às necessidades da população, demonstrando com isto que muitos planos e políticas públicas existentes não estão em consonância às reais necessidades da área, apresentando falhas conceituais e operacionais, agravadas pela falta de continuidade política.

Ao analisar-se as políticas e a implantação parcial de abastecimento de água que norteiam e mais se aproximam da realidade estudada verifica-se, ainda, a tendência, tanto por parte do Estado e da iniciativa privada quanto da comunidade em geral, de acharem que as políticas pouco contribuem para a minimização dos impactos gerados na área. A incorreção desta idéia baseia-se no fato de que as políticas e os planos nem sempre refletem as aspirações de uma população.

Também as grandes empresas, dotadas de capacidade própria, começam a assumir a realização de obras de infra-estrutura de base antes feitos pelo Estado. O tratamento e o abastecimento de água no Costão do Santinho Resort e Projeto Costa Norte podem ser citados como exemplos de solução complementar adotada pela iniciativa privada (Anexo nº 4).

Embora o setor privado seja movido por interesses econômicos, estas atitudes acabam por trazer benefícios à área. Observou-se, também, que apesar do mesmo ser o primeiro a desrespeitar as leis e normas urbanísticas da Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos da Prefeitura Municipal, diante da possibilidade de inviabilização de seus investimentos, o setor privado, volta-se ao Estado, exigindo soluções aos problemas criados por ele mesmo, socializando o prejuízo causado. A progressiva combinação de ações entre os setores público, privado e participação popular nas estratégias de gestão do desenvolvimento urbano e

turístico na área em análise, parece ser o caminho para a abordagem dos problemas graves que vêm sendo apontados em relação ao abastecimento de água e saneamento.

4. 3. 4. Departamento de Estradas de Rodagem - DER

No início da década de 60 começa a ser executada a implantação da rodovia SC 01 que faz ligação do centro de Florianópolis - Santo Antônio - Canasvieiras - Ingleses como parte integrante do Plano Rodoviário Estadual (1962). Em 1965, no Governo de Ivo Silveira, foi promessa de campanha o asfaltamento da SC 01, tendo sido contratada uma firma do Rio de Janeiro para fazer a obra. Por motivos não identificados, testemunhos vivos observaram que "a firma só ficou quebrando pedra e nada saiu".

Já quando Colombo Machado Salles (Fala do Governador, 1972, p. 117) assumiu, rescindiu o contrato de mais de 20 anos e falou que faria a obra com uma empresa de Curitiba, tendo, inclusive, os serviços de implantação e pavimentação já sido iniciados .

Em 1973 é concluída a obra da estrada SC 01 ligando o centro de Florianópolis à Praia dos Ingleses, inclusive os acessos (Ver foto nº 14).

A SC 01, como uma rodovia radial estadual passou a denominar-se SC 401.

Desta forma, o transporte para a Praia dos Ingleses é consolidado, tornando-se um instrumento de transformação para a maioria dos seus habitantes.

Diante desta obra de infra-estrutura o Estado, através do DER, contribuiu para facilitar a expansão urbana e turística na Praia dos Ingleses. Pode-se constatar que, por parte do Estado, a elaboração de novas políticas específicas na área tornaram-se praticamente estagnadas, com planos e intervenções isolados apresentando pouca credibilidade junto à população. Entre os planos do Departamento de Estradas de Rodagem - DER nos anos 80, e considerando a previsão de saturamento da SC 401, estava a duplicação da mesma, projeto confeccionado pela empresa SOTEP, a mesma que terminou a rodovia SC 401 e executou a obra da SC 403¹². Mediante a não execução do projeto a situação existente pouco foi alterada.

¹²SC 403, trecho de rodovia que liga a rótula de Canasvieiras à Estrada Geral de Ingleses.

Hoje, o Estado tenta dar continuidade a este projeto buscando uma parceria na iniciativa privada, formando um grupo de consórcio, oferecendo como atração à exploração da rodovia a cobrança de pedágio ou comercialização de pontos comerciais ao longo da estrada.

A importância que o Departamento de Estradas de Rodagem - DER possui perante os residentes da Praia dos Ingleses fica expresso nos depoimentos dos nativos, os quais apontam tanto a SC 401 como a SC 403 como os maiores agentes promotores da atividade turística local, inclusive, como fator de fixação habitacional na Praia dos Ingleses.

O sistema viário interno, todavia, apresenta-se hoje extremamente estrangulado, principalmente nos meses de verão, pois ainda continua altamente dependente dos caminhos originais que, se por um lado traduzem a organização espacial da população nativa residente, por outro lado não contempla a incorporação dos novos "habitantes temporários" e sua forma de ocupação física da área (arruamentos retangulares, etc.), acrescida do uso intensivo de veículos particulares e do estabelecimento de comércio e prestação de serviços.

A chegada do "asfalto" **per se** já facilita a entrada dos chamados "estrangeiros" ou "gente da cidade", provocando o parcelamento indiscriminado das propriedades, arruamentos e, com isto, levando a uma sensível caoticidade de todo o sistema de organização do espaço, privilegiando negativamente, neste sentido, o trânsito local.

A falta de vontade política, a ausência de verbas, a falta de fiscalização por parte do Estado, somadas à falta de cooperação em termos de coletivo da iniciativa privada, igualmente podem ser apontadas como responsáveis pelas falhas do planejamento rodoviário e/ou planejamento turístico, principalmente no que se refere aos aspectos de congestionamento de tráfego, número de acidentes, conservação, acessibilidade e sócio-culturais.

"Antes da estrada tinha-se que caminhar a pé costeando o mar, subindo o morro e pegar o ônibus em Cachoeira". Esta declaração, de um habitante local, refere-se ao sistema original de transporte, que utilizava o antigo traçado viário para poder chegar ao centro de Florianópolis, requerendo normalmente um tempo de 6/7 horas entre ida e vinda. Apesar da evolução dos meios de transportes e comunicação, ainda existem contradições e falhas

referentes a todo o sistema de planejamento e operacionalização dos transportes nos acessos à Praia dos Ingleses.

Cabe lembrar que tanto o Plano de Desenvolvimento Turístico (1981) como o Plano Diretor dos Balneários e do Interior da Ilha (1984), em termos de programações de ações, privilegiam alguns aspectos urbanísticos apenas tangenciando questões, como o sistema viário e transportes coletivo entre outros. Estes planos detalham algumas propostas, e as que exigiam menos recursos, foram executadas, como exemplo a pista exclusiva para veículos lentos e/ou pesados em alguns trechos da rodovia SC 401.

Naturalmente, com o tempo, as informações e ações contidas nos planos, apesar de válidas tornaram-se insuficientes para acompanhar o rápido crescimento verificado na Praia dos Ingleses. A falta de continuidade nas prioridades políticas, que mudam de governo à governo e nem sempre integram-se a outros planos governamentais, a ausência de verbas, o não surgimento de novos planos que dessem continuidade ao processo e as sucessivas alterações comprometendo seu arcabouço original, tornaram ainda mais difícil a operacionalização dos projetos e metas relativos ao transporte na área.

Pode-se afirmar, sucintamente, que o sistema viário implantado face à nova realidade sócio-econômica local, trouxe benefícios. Todavia, o estrangulamento do sistema viário interno local parece indicar a necessidade urgente de intervenção no sentido de um melhor cenário futuro.

4. 3. 5. Telecomunicações de Santa Catarina S. A. - TELESC

A TELESC é a subsidiária do Sistema TELEBRÁS - Telecomunicações Brasileiras S/A, sendo responsável pela instalação de redes telefônicas e de transmissão de dados para o Estado de Santa Catarina.

A TELESC dedica uma atenção especial para o atendimento ao turista. Desde 1985 a TELESC vem desenvolvendo, no período que vai de dezembro a março, a Operação Verão, isto é, está prestando o serviço de modo a não deixar os residentes e os turistas sem comunicações (Ver foto nº 9).

Em 1991 a TELESC instalou no Estado aproximadamente 1000 telefones públicos - TPs. Destes, cerca de 30 % foram destinados à áreas litorâneas, sendo que Florianópolis recebeu 130 aparelhos (Telefone Público Inteligente - TPI), beneficiando também os bañeários..

A TELESC, vem oferecendo aos turistas dos países do Cone Sul, outra novidade; trata-se do **Home Coutry Direct - HCD**, um serviço que permite chamada internacional a cobrar no local de destino com a interceptação direta da telefonista do país para onde se dirige a chamada eliminando problemas de idioma. O serviço funcionou até 31 de março e deverá ser reativado a cada verão.

A TELESC, colocou , em 1993, à disposição da comunidade nativa da Praia dos Ingleses, dos turistas e residentes sazonais, inclusive, o serviço de telefonia celular, com torre situada no morro do Maurício.

Como antecedente foi instalada na Praia dos Ingleses, em 1982, uma central telefônica (Central Analógica - CPR - 30) com 200 terminais, sendo que em 1988 foram acrescentados mais 350 terminais. Em dezembro de 1991 a Central Analógica foi substituída por uma Central Digital com capacidade para 2.088 terminais, de forma a atender toda a Praia dos Ingleses. Indicando assim, o significativo crescimento da região, o fator que determina, o planejamento do aumento de números de linhas ou seja havendo aumento das atividades industriais, comerciais e residenciais, com o conseqüente aumento de receita na área, justifica-se um aumento na capacidade da Central.

Em 1992, a TELESC acrescentou no projeto integração, 1.706 pontos, elevando para 2256 o total de linhas instaladas. A expansão dos terminais tende a alcançar o atendimento de classes sociais de menor poder aquisitivo beneficiando, com isso, uma parcela da população muitas vezes esquecida pelo reduzido orçamento.

Outrossim, a TELESC colocou à disposição o sistema de comunicação de dados, o que permite aos bancos disponibilizar aos seus clientes comunicação **on-line**, por exemplo. Através deste serviço é possível aos turistas clientes dos bancos estaduais brasileiros, Rede Verde Amarelo, obterem os dados de suas contas através das agências do BESC. Os turistas

argentinos, por sua vez, podem ter o benefício deste serviço através de um convênio realizado entre o BESC e um banco estatal argentino.

Ainda, para dinamizar as atividades empresariais foram remanejados e estruturados órgãos da empresa que hoje se dedicam exclusivamente à pesquisa e a oferta de novos produtos (Ver pesquisa de opinião e matérias no anexo nº 5). Dentro desse espírito intensificou-se o franqueamento - **franchising**. Na Praia dos Ingleses existem, durante a alta temporada de 3 a 5 agências franqueadas, facilitando os contatos das comunidades permanente e sazonal.

4. 3. 6. Outros Setores - Equipamentos Sociais

Entende-se como equipamentos sociais toda a estrutura básica em educação, saúde, creche, área de lazer, segurança e outros.

Na Praia dos Ingleses, segundo o Intendente Onildo Lemos (1990), que esteve nesta função por 24 anos, "o maior problema da comunidade é o cemitério, cuja capacidade física está esgotada. E, se morressem duas pessoas hoje, uma a gente conseguiria enterrar, damos um jeito, talvez até seja necessário invadir o terreno de alguém, mas a outra não sei como faria".

O cemitério da local situa-se numa das áreas mais nobres da localidade, localizando-se ao lado da Associação dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, proprietária de uma área de cerca de 10.000 m², terreno que a comunidade está gerenciando junto aos órgãos competentes objetivando sua desapropriação e/ou compra indenizatória.

A Prefeitura Municipal já fez dois laudos de avaliação, sendo o último realizado há mais de um ano. A população afirma: "o problema não é o dinheiro, mas sim a tramitação que parou por questões políticas", já que a ação interfere no patrimônio daquela Associação, o qual possui um **lobby** muito forte por parte dos funcionários exercendo pressão sobre os deputados para que interfiram a seu favor.

Tratando-se de Segurança Pública, na Praia dos Ingleses, a mesma sofre com problemas de viaturas, contingente militar e extensão da área de abrangência. Os policiais da Operação Veraneio, na Praia dos Ingleses, percorrem um roteiro fixo, e com isso fazem a cobertura total da praia e ainda a parte relativa a salvamentos por afogamento. A segurança que conta com o apoio da 7ª Delegacia de Polícia da Capital, Sub Distrito nº 6 e um posto fixo da Polícia Militar, alcança resultados positivos, apesar da precariedade para executar as funções correspondentes (O Estado, 1993).

A maior precariedade em Equipamentos Sociais são os relacionados à Saúde. A Praia dos Ingleses não possui atendimento regular e/ou 24 horas, e a carência de médicos no Posto de Saúde (Ver foto nº 6) faz com que haja filas de espera madrugada à dentro. Esta precariedade pode ser melhor ilustrada com a declaração da proprietária de uma das farmácias locais, que diz: "aqui fazemos de tudo, desde tirar temperatura, pressão e até costurar um esfaqueado ou cortado por vidro na praia".

A questão educacional na Praia dos Ingleses, como em todo o País, passa por algumas dificuldades mas, assim mesmo, atendem as necessidades da população, da a pré-escola ao segundo grau. A grande carência na parte educacional é nos níveis de zero a seis anos, cuja estrutura é carente, limitando o atendimento para que as mães possam trabalhar enquanto as crianças estão recebendo atenção educacional (Ver fotos nº 7 e 8).

Um espaço dotado de privilegiada base natural e confortável infra-estrutura básica e turística, sendo privada da disponibilidade de equipamentos sociais em quantidade suficientes para atender a demanda terá, sem sombra de dúvidas, expressivas dificuldades para satisfazer os residentes e desenvolver-se como área de lazer e/ou turística. A ausência parcial e/ou total de equipamentos sociais é também sinônimo de desconforto e ameaça potencial ao desenvolvimento dos investimentos privados e/ou públicos efetuados.

Embora os equipamentos sociais sejam elementos fundamentais para a qualidade de vida, via de regra ocorre a implantação de atividades econômicas em espaços onde a disponibilidade dos mesmos é precária. Esse processo irracional tem acarretado inúmeros

impactos às sociedades, externalizando custos econômicos e sociais, ao Estado e comunidade.

Na Praia dos Ingleses, onde a maioria dos residentes atualmente está ligada, de alguma forma, à atividade turística, enquanto alternativa de desenvolvimento econômico e social, é realidade incontestável a necessidade de equipamentos sociais como condicionante básica para o exercício pleno da mesma.

Em relação aos equipamentos sociais, além disso, deve ser destaque diversos empreendimentos foram executados por incorporadores imobiliários sem a instalação prévia de equipamentos básicos de qualquer tipo, como espaços de lazer, por exemplo, o que contribui para exercer forte pressão sobre a demanda por espaços desta natureza financiados pelo poder público. Assim, a internalização dos custos decorrentes da implantação dos equipamentos sociais ocorre por parte dos compradores das frações ideal de terra ou por toda a sociedade civil, quando o Estado é chamado a intervir.

Os empreendimentos turísticos e residenciais mais confortáveis, na Praia dos Ingleses, em sua grande maioria, têm instalações de recreio e lazer que consomem expressivas quantidades de água potável e energia elétrica. Exemplifica-se citando o **folder** de propaganda do Residencial Terra do Sol, da Metro Administração e Incorporação LTDA (1993), que diz:

"No Residencial Terra do Sol o lazer está em primeiro lugar. São várias opções recreativas e desportivas para você. Quadra de Tênis, quadra poliesportiva, quadra de futebol suíço, piscinas adulto e infantil, salão de festas, salão de jogos em cada bloco de apartamentos, ciclovia, pista de **skate**, quatro **play-grounds** e muito espaço para as crianças se divertirem para valer.

O Residencial Terra do Sol oferece a todos os blocos de apartamentos: elevador, antena parabólica internacional, porteiro eletrônico em cada portaria.

No Residencial Terra do Sol o conforto e o lazer estão de frente para o mar."

Tal tipo de empreendimento exige instalação de equipamentos de alto custo por parte da concessionária do serviço público que implica certamente em socialização do onus.

Quanto à análise e avaliação no que tange a Equipamentos Públicos existentes, há uma ausência de levantamentos completos específicos para a área, que além de não avaliar os

componentes dos espaço sócio-econômico na sua totalidade, não faz uma análise crítica com interpretação e questionamento dos dados levantados.

Constata-se somente através de relatórios anuais, a existência de avaliações governamentais periódicas que pretendem verificar a operacionalização ou não das políticas por elas mesmas propostas. Esta forma de controle e avaliação de resultados surge mais como propaganda governamental do que com o intuito de seguir uma política geral que norteie o desenvolvimento sócio-econômico como um todo. Se assim o fosse, políticas prioritárias estabelecidas pelos Planos e Projetos seriam cumpridas, independentes de pautas governamentais isoladas.

Além disso, o jogo de interesses que constantemente altera planos e projetos de lei, e as restritas condições financeiras do setor público, vêm demonstrar que a existência de planos e projetos não resulta obrigatoriamente na execução de suas propostas.

Como finalização, pode-se dizer que embora as razões que levaram à implantação de equipamentos sociais, estruturas de prestações de serviços e infra-estrutura na Praia dos Ingleses, a exemplo de outras comunidades estejam preferencialmente ligadas aos interesses da população não permanente, tais iniciativas promoveram sensíveis alterações nas estruturas física, social e cultural locais e em especial, para a população nativa.

Outrossim, tais alterações são externadas pela presença de uma nova e mais densa malha viária, por um novo padrão de construção (estilo urbano), pela relocação espacial de grande parte da população local, pelas mudanças ocorridas nas atividades econômicas, pela alteração do nível de escolaridade da população nativa, pelo advento de melhorias nos níveis de conforto físico e social (energia, água, telefone, transporte, creches, etc.), pela absorção de hábitos urbanos por parte da população nativa, por alterações e comprometimentos das estruturas físico-naturais, etc.. Enfim, um novo cenário, no qual a população nativa parece depositar expectativas de dias melhores.

CAPÍTULO V

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do desenrolar deste estudo, algumas idéias se impõem como forma de sintetizar um posicionamento que, por ora, encerra análises em torno das questões que foram colocadas em discussão.

Nas últimas décadas, a Praia dos Ingleses vem apresentando um dos mais expressivos ritmos de crescimento sócio-econômico na Ilha de Santa Catarina, sobressaindo-se inclusive, no cenário nacional. No entanto, esta posição não reflete, em sua essência, alterações definitivas no padrão de vida da comunidade nativa.

O crescimento acima mencionado deve-se, basicamente, à atuação do Estado, que no nosso entender é, de fato, o principal agente impulsionador da maioria das mudanças desencadeadas na localidade em seu entorno.

O presente estudo levou-nos a constatar a importância decisiva das intervenções do "Aparelho de Estado", e nos fez questionar concretamente sobre as mudanças operadas num prazo muito curto no conjunto de sistema institucional local e o papel social jogado pelo planejamento numa situação onde estavam reunidas todas as condições para justificar as exigências de racionalização de um processo de crescimento urbano, social e funcional em curso. Enfim, de todos os agentes abordados, o grande ausente é a população nativa.

Ao examinar-se a Praia dos Ingleses observa-se que a organização espacial existente justifica-se, tanto pela influência de seus agentes hegemônicos quanto pelas formas com que o Estado atua em cada uma delas. Os agentes hegemônicos atuam determinando a gênese, o

andamento e o resultado do processo de urbanização e o Estado concebendo, operacionalizando ou gerenciando o planejamento e a implantação de obras públicas, ou ainda, subsidiando infra-estruturas de base e/ou super-estruturas turísticas. Os diferentes papéis assumidos pelo Estado, com sua maior ou menor participação frente aos respectivos processos, depende da força político econômica de cada agente hegemônico e da forma com que estes se relacionam frente ao mesmo.

Como característica específica à localidade estudada, surge o fato de que situa-se próxima a um centro urbano que apresenta problemas de expansão territorial, necessitando de novas áreas para se desenvolver. A proximidade com Florianópolis faz com que estes novos espaços urbanos, surgidos em função do turismo de lazer, na modalidade de veraneio, tendem a funcionar também como extensão urbana de Florianópolis. A existência de planos e projetos, turísticos e urbanos genéricos, englobando todo o aglomerado urbano de Florianópolis, decorre do fato da Praia dos Ingleses estar politicamente subordinada a esta cidade.

No que tange ao planejamento constata-se, no presente estudo, a existência de ambiguidades entre o discurso e a prática decorrentes de conflitos ligados a questões internas e externas relativas ao Estado e a forma com que este conduz o processo de intervenção na área, para que ocorra ou não impacto na implantação das obras públicas.

Estes conflitos derivados de falhas técnicas, administrativas ou operacionais, por questões inerentes ao sistema, acabam por impedir a total concretização do objetivo básico do planejamento, que é o de regular e conduzir a ocupação do espaço, corrigindo suas imperfeições e contradições, independente do processo de urbanização estar ligado ou não aos agentes promotores do espaço urbano, públicos e/ou privados.

Em outras palavras, pode-se dizer que embora utópico, o alcance de um planejamento ideal, onde a teoria e a prática estejam perfeitamente integradas, sua busca e utilização não devem ser esquecidas se não para resolver, ao menos para minimizar os impactos negativos oriundos de qualquer processo de implantação de obras públicas existentes, seja ele acelerado ou não.

Esta constatação só vem reforçar a importante necessidade de se tentar adotar um processo de planejamento tecnicamente adequado, que cumpra todas as fases do processo, que tenha seus planos voltados às reais características e especificidades de uma região em mutação, onde o setor público e privado estejam corretamente integrados, principalmente nas questões relativas à operacionalização e à fiscalização da implantação de obras públicas.

O planejamento, mesmo que longe de atingir seus objetivos ideais acaba, contudo, por atenuar as contradições da urbanização capitalista, promovendo o melhor uso e ocupação do solo, dos recursos ambientais e, no caso da urbanização turística, minimizando os impactos decorrentes da crescente atividade desenvolvida na área, especialmente sobre o ritmo e a intensidade do desequilíbrio dos recursos ambientais.

Ao analisar-se a implantação de obras públicas na Praia dos Ingleses e suas consequências observa-se, além da ocorrência de limitações pertencentes ao Estado como um todo, a existência de delimitações específicas ao caso em estudo que, somadas às primeiras, inerentes a qualquer função urbana, colaboraram para que o planejamento estatal não atuasse eficientemente sobre os resultados do processo de urbanização na comunidade tradicional.

Em primeiro lugar, pode-se dizer que as políticas de desenvolvimento urbano e turístico, a nível federal e estadual, antecederam a execução das principais obras públicas na Praia dos Ingleses, incentivando e subsidiando o desenvolvimento em regiões com potencialidades para isto. Estes incentivos legais e fiscais acabaram induzindo a urbanização da Ilha de Santa Catarina e, mais tarde da Praia dos Ingleses, antes mesmo de se efetuar uma análise das reais condições da área em termos de equilíbrio entre a oferta, a demanda e os possíveis impactos que poderiam surgir a partir da instalação de obras públicas em núcleos tradicionais.

Desta forma, as políticas públicas de desenvolvimento sócio-econômico precedem o planejamento urbano local. O planejamento, por outro lado, chega tardiamente em relação à implantação das obras públicas e à urbanização, deixando de cumprir a básica função de anteceder-se à instalação destas. Com isso, precisa-se corrigir impactos produzidos pela entrada dos equipamentos públicos e as situações surgidas após a sua execução.

É preciso destacar ainda que na data da elaboração do Plano de Desenvolvimento Turístico (1981) e do Plano Diretor dos Balneários (1984), já haviam sido instalados na Praia dos Ingleses energia elétrica, telefonia, asfaltamento da SC 401, equipamentos sociais e alguns empreendimentos hoteleiros e/ou turísticos. Durante o intervalo de tempo necessário para a discussão e aprovação dos planos normalizadores e ordenadores do espaço, os agentes públicos e/ou privados aceleraram a instalação de seus empreendimentos, temendo pelo risco que os novos planos pudessem ocasionar às suas atividades.

Em segundo lugar, a implantação de obras públicas na área estudada chegou a ocasionar impactos consideráveis na comunidade original, pois a mesma tem no asfaltamento da SC 401 e na entrada da energia elétrica, um marco importante para o desenvolvimento econômico-social e início da atividade turística como alternativa econômica às combatidas atividades de pesca e agricultura.

Em terceiro lugar, pode-se dizer que ao longo dos anos os investimentos públicos na Praia dos Ingleses, em sua maioria, caracterizou-se pela forma desvinculada das necessidades locais com que eram executadas, seja nos processos de incorporação e remuneração do trabalho, no uso de tecnologias, fontes energéticas e matérias-primas utilizadas nas edificações, na captação e consumo de água potável, na destinação das águas servidas ou na questão cultural da comunidade envolvida, entre outros fatores.

Esta incompatibilidade das necessidades da população residente, acompanhada do dinamismo das atividades turísticas, contribuiu para que o desenvolvimento urbano e turístico ocorresse de forma desintegrada. Isto tudo ocasionou um distanciamento entre as carências dos habitantes e o que o Estado e os agentes detentores do poder implantaram.

A falta de dinamismo imposta principalmente pelas características culturais e nível tecnológico da maioria da população original, levou à uma inadequada absorção dos investimentos públicos. Como modo de amenizar os impactos que os mesmos causaram nos habitantes criaram novas alternativas inserindo a Praia dos Ingleses no contexto da política pública de investimento turístico. Criaram novas atividades, como o aluguel das próprias residências e carros. Salieta-se a limitação dos residentes em trabalhar com moeda corrente

e o processo inflacionário, levando-os a ter problemas financeiros para o seu sustento, pois este mesmo nativo que se desfez de uma parte do capital, por intermédio da venda, usa-o para seu sustento e poucos meses depois vive somente do aluguel da sua única casa.

Desta forma constata-se que embora houvesse um avanço na condução da implantação das obras públicas na área desde que se iniciou a fase dos investimentos públicos, representando o momento de maior consistência quanto ao controle do desenvolvimento econômico e turístico na Praia dos Ingleses, pouco se fez para o aprofundamento da questão, desde a sua implantação. A ausência do gerenciamento por parte da estrutura federal, estadual e municipal, que estava prevista nos planos e programas, fez com que o ônus recaísse sobre a própria população e o órgão competente municipal - Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis - IPUF.

Em quarto lugar, a forma com que foi inicialmente conduzido o processo de implantação das obras públicas, sem atrair ou prender a atenção da iniciativa privada e população, juntamente com a tendência inerente ao sistema do Estado em gerir e subsidiar sózinho a instalação de energia elétrica, telefonia, água e saneamento, empreendimentos hoteleiros, estradas e equipamentos sociais, ajuda a corroborar a mentalidade de que o Estado é o único responsável pela solução dos problemas gerados pelo impacto das obras públicas na população da Praia dos Ingleses. Entre os impactos ocasionados estão a relocação espacial, da população original, mudanças nas atividades profissionais e introdução de características urbanas na ocupação física e funcional da área.

Dentro deste pensamento caberia ao Estado, além da gerência de todas as despesas e responsabilidades sobre o bom andamento do processo de urbanização, todos os outros problemas relativos ao espaço sócio-econômico. Os outros agentes que participam do processo esquecem-se da sua parte de responsabilidade no processo e passam a exigir que o Estado solucione sózinho os problemas derivados da ação conjunta dos diversos agentes.

Felizmente esta mentalidade está sendo mudada mesmo os agentes privados estão se tornando cientes de que a falta de infra-estrutura de base e a degradação ambiental tornará

impossível um desenvolvimento sustentável de qualquer atividade a ser desenvolvida futuramente na Praia dos Ingleses.

Pouco a pouco o setor imobiliário e hoteleiro e a população nativa tomam consciência de que quanto mais ordenado e preservado o espaço da Praia dos Ingleses, mais valiosos serão os seus investimentos e mais irão usufruir deles.

Em quinto lugar observa-se que as dificuldades relativas à operacionalização e ao cumprimento dos objetivos propostos pelas empresas estatais e órgãos estatais justificam-se não só pela existência de falhas técnicas e operacionais, como também, pela constante crise financeira por que passa o Estado.

Esta mesma crise corrobora, ainda mais, para que o Estado deixe de lado a sua função de mediador entre os diferentes agentes promotores do espaço desvinculando-se, cada vez mais, da responsabilidade de atuar a favor dos grandes grupos sociais excluídos bem como dos aspectos ambiental e cultural que já se encontrem em níveis comprometedores.

Assim, ao deixar de lado as questões daqueles que não podem se defender e também as questões referentes à crise urbana, o Estado indiretamente acaba por fortalecer e delegar ainda mais poderes aos grupos sociais hegemônicos que, de uma forma ou de outra, tornam a pressionar o Estado por terem acesso de forma direta e indireta aos políticos que determinam as diretrizes a serem adotadas pelo Estado, utilizando e conduzindo o processo de implantação das obras públicas a favor de seus próprios interesses.

Desta forma conclui-se que, na Praia dos Ingleses, a implantação das obras públicas reflete todas as contradições e deficiências do sistema, estando muito mais ligada a encontrar soluções paliativas aos problemas decorrentes da urbanização capitalista, do que conduzir e orientar o processo de instalação, antecipando-se e atuando de forma preventiva a eles.

Pode-se dizer que o resultado e o modo como as obras públicas são conduzidas na sua instalação dependem muito mais da forma com que participam e influenciam os agentes promotores do espaço urbano, públicos e/ou privados, seus interesses e pretensões, do que do papel desempenhado pelo Estado. São esses mesmos interesses que acabam por definir

as diferentes formas dos equipamentos públicos, a quem se destinam e para que servem, suas falhas e contradições.

Isto pode ser observado ao verificar-se que se não fosse o fato do Costão do Santinho Resort entre outros, ter sido um empreendimento planejado e conduzido pela iniciativa privada com apoio do Estado, o processo de ampliação da rede de telefonia, energia elétrica e implantação da rede de água e saneamento, assim como outros procedimentos na Praia dos Ingleses, o Estado teria um comportamento diferente em relação às prioridades para a Praia dos Ingleses.

Historicamente, a Praia dos Ingleses teve sua gênese e desenvolvimento urbano processados de forma lenta e espontânea, com a participação de muitos investidores e agentes locais.

À iniciativa privada coube produzir um espaço sócio-econômico e turístico, que elevou ao máximo a valorização do preço da terra sob a tutela do Estado.

A característica principal do processo de adensamento do uso do solo ocorrido e em expansão na Praia dos Ingleses, tem sido a ação desordenada do homem através da intensa fragmentação das terras, da implantação de construções junto a áreas de mangues, dunas e rios, dentre outros exemplos.

É assim que um sitio pesqueiro torna-se, nos anos 80, um balneário turístico. É em função da melhoria dos meios de consumo coletivos, acessibilidade, energia e comunicação, que principalmente veranistas e turistas nacionais e estrangeiros passam a deslocar-se regularmente à Ilha de Santa Catarina, durante os meses de verão. Esse processo redundou na expansão sem limites do adensamento do uso do solo e deu origem e uma forte pressão na implantação das obras públicas na Praia dos Ingleses.

Com relação ao planejamento efetuado pelo Estado para implantação das obras públicas, conclui-se que pela sua fragilidade torna-se difícil o estabelecimento de um consenso para que não haja impacto da sua instalação na comunidade tradicional. A falta de entendimento entre os agentes leva a fazer inúmeras intervenções nos planos e projetos das empresas estatais prestadoras de serviço, descaracterizando-os, até que não sejam

reconhecidos como elementos norteadores do processo. A presença consciente do Estado ao longo da discussão e na emergência destes conflitos passa a ser fundamental para a condução e/ou retomada dos investimentos propostos pelo Estado.

As conclusões acima descritas, se somados à crise financeira do Estado e à falta de integração entre este e a iniciativa privada, vêm a explicar porque a implantação das obras públicas na Praia dos Ingleses causa impactos sócio-espaciais que chegam a caracterizar-se como danosos e, em alguns casos, de consequências irreversíveis (por exemplo: seccionamento de dunas e ocupação de banhados).

Entretanto, na Praia dos Ingleses observa-se uma mudança de mentalidade no que se refere à iniciativa privada sobre a forma de operacionalizar as diretrizes genéricas estabelecidas pelo planejamento vigente. Pode-se dizer que a iniciativa privada tende a reconhecer que o Estado não é o único culpado, não tem capacidade sozinho para resolver os problemas referentes à acessibilidade, energia elétrica, água e saneamento, comunicações e equipamentos sociais. Ao mesmo tempo passa a perceber que se não se unir ao Estado, para dinamizar e operacionalizar o processo de implantação das obras públicas, na Praia dos Ingleses, pouco será feito em termos de melhoria da qualidade urbana e ambiental, podendo os impactos negativos advindos da implantação das obras públicas ser maiores.

Uma vez que a implantação das obras públicas não tem resolvido satisfatoriamente as questões referentes à estrutura básica, também a comunidade começa a se mobilizar a fim de minimizar as contradições do Estado.

Conclui-se que, apesar dos impactos das obras públicas até agora estabelecidas na Praia dos Ingleses e o planejamento terem surgido tardiamente, e pouco ter sido feito para nortear e modificar o processo no decorrer de sua materialização, a comunidade parece obter mais resultados na medida em que se une ao capital, que tem meios e objetivos bem traçados para solucionar problemas que possam inviabilizar a implantação de obras públicas.

Na busca mais uma vez, do alcance de seus interesses, os agentes públicos e/ou privados, em troca de favores, tendem a colaborar no alcance de certas funções até então delegadas ao Estado, colaborando de forma mais direta e simbólica na operacionalização da

implantação das obras públicas. Cabe ao Estado e à comunidade tradicional aproveitar às oportunidades do capital, para salvaguardar os recursos ambientais e paisagísticos da Praia dos Ingleses, levando-o a agir também em favor do alcance de objetivos ligados aos aspectos culturais e sociais da comunidade.

Este estudo permitiu, ainda, o aprofundamento da análise da problemática espacial de uma comunidade tradicional, que se transforma rapidamente face à uma intervenção externa agressiva, contribuindo para a ampliação do conhecimento geográfico da mesma.

A autora sugere e espera que novos esforços possam ser efetivados por outros estudiosos do tema promovendo, assim, o estudo acadêmico como forma de um contínuo processo de observação, análise e compreensão da problemática sócio-espacial de comunidades tradicionais.

BIBLIOGRAFIA

- AB'SÁBER, Aziz N. Diretrizes para uma Política de Preservação de Reservas Naturais no Estado de São Paulo. Geografia e Planejamento. Instituto de Geografia, USP. 1977.
- AGUIAR, P. de P. Marcos Institucionais do Setor Elétrico. In: Seminário para Novos Dirigentes do Grupo ELETROBRÁS, Brasília, 25/09/1990. p. 1-11.
- ALMEIDA, C. M. G. de. Habitação Política e Mitos. In: Revista de Administração Municipal, N° 133, Rio de Janeiro, 1975. p. 36-42.
- ALMEIDA, J. N. M. Sistema de Abastecimento de Água Costa Norte/Ilha. Gerência de Projetos, Florianópolis, CASAN, 1994.
- ALMOND, G. A. & POWELL JR. Uma Teoria Política Comparada. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.
- ALTHUSSER, L. Aparelhos Ideológicos do Estado. Rio de Janeiro, Graal, 1987.
- ANDRADE, M. C. de. Estado: Planejamento e Regionalização. In: Anais 5º Encontro Nacional de Geógrafos, AGB/UFRGS, Porto Alegre, Vol. 1, 1982.
- BECKER, B. K. Geografia Política e Gestão do Território no Limiar do Século XXI - Uma Representação a Partir do Brasil. In: Revista Brasileira de Geografia, IBGE, Rio de Janeiro, Ano 53, N° 3, 1991. p. 169-182.
- CAMPOS, A. M. & CASTANHAR, J. C. Interesse Público, Política Pública e Papel da burocracia: Lições de Política Industrial no Brasil. FBV/EBAP, Rio de Janeiro. p. 2-3. mimeo. sem data.

- CAMPOS FILHO, C. M. Cidades Brasileiras: seu Controle ou o Caos. São Paulo, Nobel, 1989.
- CARDOSO, R. L. Movimentos Sociais: Balanço Crítico. In: SORJ, B, ALMEIDA, M. H. T. de (Orgs.) Sociedade e Política no Brasil Pós 64. São Paulo, Brasiliense, 1983. p. 215-239.
- CASAN & GEOTÉCNICA. Projetos Básicos de Engenharia para Abastecimento de Água de Florianópolis e Localidades Circunvizinhas. Projeto Hidráulico-Sanitário do Sistema de Distribuição da Área Conurbada de Florianópolis (CAF), Integrado à Costa Norte da Ilha de Santa Catarina. Florianópolis. Vol. 1, PR 12-0040/81, 1983.
- CASAN. Projeto da Unidade de Produção do Sistema de Abastecimento de água da Costa Norte/Ilha de Santa Catarina. GARCIA, W. R. (org.) Florianópolis, GDO-DICOP. 1988.
- CASTELLS, M. A Questão Urbana. In: Seleção de Textos AGB - Associação dos Geógrafos Brasileiros, São Paulo, Nº 3, 1977. p. 1-38.
- CASTELLS, M. Crisis Urbana y Cambio Social. Madrid, Siglo Venuino, 1981. p. 297-322.
- CELESC. Resumo Estatístico. 1971. p. 2.
- CELESC, DIRETORIA DE DISTRIBUIÇÃO - DPSC. Condições Gerais de Fornecimento. Portaria Nº 222, de 22/12/1987. DNAEE. p. 6-7.
- CELESC - APGE. Perfil CELESC. Florianópolis, 1994. 20 p.
- CELESC. 1994 39 Anos de CELESC. In: Circuito, Jornal da CELESC, Florianópolis, Nº 23, Nov./1994. 8 p.
- COITINHO, J. B. & FREIRE, F. A. Mapa Temático do Município de Florianópolis: Geologia. IBGE / IPUF. 1991.
- CONCEIÇÃO, J. de S. Desenvolvimento Urbano Desigual - Salvador a partir de 1940. In: Anais 5º Encontro Nacional de Geógrafos. AGB/UFRGS. Vol. 2, 1982. p. 241-251.
- CORRÊA, R. L. O Espaço Urbano. São Paulo, Ática, 1989. p. 11-13.
- CORRÊA, R. L. Corporação e Espaço - Uma Nota. In: Revista Brasileira de Geografia, IBGE, Rio de Janeiro, Ano 53, Nº 1, 1991. p. 137-145.
- COSTA, L. C. Política de Urbanização. In: Revista de Administração Municipal, Rio de Janeiro, Nº 97, Nov/Dez/1969, p. 637-654.

- COSTA, L. C. Espaço Urbano e o Habitante da Metrópole. In: Revista de Administração Municipal, Rio de Janeiro, Nº 138, Set/Out/1976. p. 22-35.
- CUNHA, P. P. A. et alii. Ata de Reunião do Colegiado de Assistentes de Diretoria. Florianópolis, 70ª Reunião, 05/10/92. 7 p.
- DAVIDOVICH, F. Urbanização Brasileira: Tendências, Problemas e Desafios. In: As Mudanças Urbano-Regional e suas Perspectivas. Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, Espaço & Debates, Nº 13, 1984. p. 12-29.
- DAVIDOVICH, F. Transformações do Quadro Urbano Brasileiro: Período 1970-1980. In: Revista Brasileira de Geografia, IBGE, Rio de Janeiro, Ano 4, Nº 4, 1987. p. 7-24.
- DAVIDOVICH, F. Gestão do Território, um Tema em Questão. In: Revista Brasileira de Geografia, IBGE, Rio de Janeiro, Ano 53, Nº 3, 1991. p. 7-31.
- ELETROBRÁS. Modelo Institucional. Brasília, 1986. 30 p.
- EVANGELISTA, H. de A. Reflexões sobre o Espaço: Caso Barra da Tijuca - Município do Rio de Janeiro. In: Anais 4º Congresso Brasileiro de Geógrafos. AGB. São Paulo, Livro 2, Vol. 2, 1984. p. 478 - 481.
- FATMA. Relatório de Balneabilidade. Florianópolis, Bol. 8, Mar., 1993. 12 p.
- FERRAZ, J. C. de F. Perspectivas Urbanas na América Latina. In: Geografia Urbana. Instituto de Geografia, São Paulo, Nº 17, 1976. p. 9-10.
- FERREIRA, I. C. B. A Gestão do Espaço Agrário. In: Revista Brasileira de Geografia, IBGE, Rio de Janeiro, Ano 53, Nº 3, 1991. p. 149-159.
- FRANÇA, V. L. A. A Cultura do Coco-da-Baía e Transformações no Litoral Sergipano. Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 1988. 93 p. Tese de Mestrado em Geografia.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico de Santa Catarina. Rio de Janeiro, 1940. 445 p.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico de Santa Catarina. Rio de Janeiro, Vol. XXVII, tomo 1, 1955. 106 p.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros: Santa Catarina. Rio de Janeiro, FIBGE, Vol. XXXII, 1959. 420 p.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico de Santa Catarina. Rio de Janeiro, Vol. 1, tomo XV - 2ª parte, 1961, 129 p.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico de Santa Catarina. Rio de Janeiro, Vol. 1, tomo XX, 1980. 247 p.

GERARDI, L. H. de O. & SILVA, C. N. Quantificação em Geografia. São Paulo, DIFEL, 1981. p. 20.

GOVERNO IVO SILVEIRA. Turismo. Florianópolis, 10 de abril de 1970.

GOVERNO IVO SILVEIRA et alii. Fala do Governador. Florianópolis, Arquivo Histórico do Estado de Santa Catarina, 1961-74.

GRAMSCI, A. Maquiavel, a Política e o Estado, Moderno. 7ª edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1989.

GREINER, P. Representando o Setor Elétrico. In: Eletrobrasil, São Paulo, Outubro/1990. p. 23-30.

HAASE FILHO, P. Invasão dos Ingleses. In: Revista Expressão, A. Z. Comunicação, Florianópolis, Ano 3, Nº 30, Março/1993. p. 51-52.

HARVEY, D. A Justiça Social e a Cidade. São Paulo, HUCITEC, 1980. p. 131-162.

HERRMANN, M. L. P. & ROSA. Mapeamento Temático do Município de Florianópolis: Geomorfologia. IBGE / IPUF. 1991.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sinopse do Censo Demográfico de Santa Catarina de 1991. Rio de Janeiro, p. 2-8.

IPUF. Plano de Desenvolvimento Turístico do Aglomerado Urbano de Florianópolis. Florianópolis, Vol. I e II, 1981.

IPUF. Plano Diretor dos Balneários e do Interior da Ilha de Santa Catarina. Junho de 1984. Florianópolis.

JORNAL DO BRASIL. Esgoto Não é Tratado em 92 % dos Municípios. Rio de Janeiro, 03 Fev., 1993. p. 9.

KOWARICK, L. A Espoliação Urbana. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1979.

LAGO, P. F. Santa Catarina - Dimensões e Perspectivas. Florianópolis, Editora da UFSC, 1978. 349 p.

LAGO, M. C. de S. Memória de uma Comunidade que se Transforma de Localidade Agrícola-Pesqueira a Balneário. Universidade Federal de Santa Catarina, 1983. 144 p. Tese de Mestrado em Antropologia.

LIPIETZ, A. O Capital e Seu Espaço. São Paulo, Nobel, 1987. p. 149-157.

LOJKINE, J. O Estado Capitalista e a Questão Urbana. São Paulo, Livraria Martins Fontes Editora Ltda, 1981. p. 121-174.

LUPI, L. & LUPI, S. São João do Rio Vermelho. Memória dos Açores em Santa Catarina. EST, 1990. 13 p.

MACHADO, E. V. Aracaju: "Paisagens & Fetiches" Abordagens Acerca do Processo de seu Crescimento Urbano Recente. Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Geociências. 1989. 282 p. Tese de Mestrado em Geografia.

MAYO, R. A Estrutura Espacial das Regiões Metropolitanas. In: Revista de Administração Municipal, Rio de Janeiro, Nº 133, Nov/Dez/1975. p. 5-22.

MARX, K. O Capital. Livro III, São Paulo, editora Civilização Brasileira, 1968. p. 748-878.

MARX, K. O Capital. Livro I, Vol 1, Cap XII, São Paulo, Nova Cultural, 1988. p. 404.

METRO, A. C. I. LTDA. Localização. Florianópolis, 1993.

MOLD, Z. M. O USO DO SOLO: uma questão de Política Pública Urbana. In: Anais 5º Encontro Nacional de geógrafos. AGB/UFRGS. Porto Alegre. Vol. 1, 1982. p. 92.

MONTEIRO, J. V. Fundamentos de Política Pública. Rio de Janeiro, IPEA, 1982.

MORETTO NETO, L. A Atividade Turística e o Desenvolvimento Sustentado. Estudo de Caso: O Balneário dos Ingleses e o Projeto Costa Norte - Ilha de Santa Catarina, no período de 1960-1990. Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Geociências. 1993. 603 p. Tese de Mestrado em Geografia.

O ESTADO. INGLESES. Florianópolis, 17-08-1980.

O ESTADO. Segurança Policial é Precária. Florianópolis, 6 de janeiro de 1993. p. 7.

O'NEILL, M. M. V. C. Condomínios Exclusivos: Um Estudo de Caso. In: Revista Brasileira de Geografia, IBGE, Rio de Janeiro, Ano 48, Nº 1, 1986. p. 63-81.

OSLAK, O. Políticas Públicas e Regimes Políticos: Reflexões a partir de algumas experiências latino-americanas. In: Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, Vol. 16. Nº 1, Jan/Mar/1982. p. 17-60.

PELUSO JUNIOR, V. A. Estudos de Geografia Urbana de Santa Catarina. Florianópolis, Ed. da UFSC: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1991. p. 355-396.

PIMENTEL FILHO, G. O Impacto Ambiental das Obras do Setor Elétrico: Reassentamento da População Atingida pela Usina de Itaparica. In: Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, Ano 22, Nº 3, Jul/Set/1988. p. 95-110.

PIQUET, R. P. da S. Os Marcos da Intervenção do Estado no Urbano. In: O Desenvolvimento Urbano em Questão. Rio de Janeiro, PUBLIPUR/UFRJ, 1986. p. 37-62.

RANGEL, I. M. Questão Agrária e Agricultura. In: Encontro com a Civilização. Nº 7, Rio de Janeiro, Editora Civilização, janeiro, 1985. p. 189 e 190.

RANGEL, I. M. 500 Anos de Desenvolvimento da América e do Brasil. In: XIII Semana de Geografia, Junho de 1992. mimeo.

SANTOS, N. F. dos. Condomínios Exclusivos - o que diria a respeito um Arqueólogo? In: Revista de Administração Municipal, Rio de Janeiro, Ano 28, Nº 160, 1981. p. 6-29.

SANTOS, C. S. U. Planejamento Turístico e seus Reflexos no Processo de Urbanização nas Praias de Canasvieiras e Jurerê Internacional. Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Geociências. 1993. 247 p. Tese de Mestrado em Geografia.

SCHUCK, I. Relatório do DIHAB - Divisão de Crédito Hipotecário e Habitação da Caixa Econômica Federal. 1994. mimeo.

SEABRA, O. C. de L. Os Agentes da Produção do Espaço Urbano. In: Anais 5º Encontro Nacional de Geógrafos, AGB/UFRGS. Porto Alegre. Vol. 2, 1982. p. 385-394

SERRA, J. & AFONSO, J. R. R. Vissitudes dos Investimentos Públicos no Brasil (I). In: Conjuntura Econômica, São Paulo, Março/1993. p. 37-42.

SILVA, P. L. B. Políticas Governamentais e perfis de intervenção: Reflexões acerca da análise da intervenção estatal. In: Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, Vol. 20, Nº 2, Abril/Jun/1986. p. 3-28.

- SINGER, P. O Uso do solo Urbano na Economia Capitalista. In: MARICATO, E. (org.). A Produção Capitalista da Casa (e da cidade) no Brasil Industrial. São Paulo, Alfa-Omega, 1982. p. 21-26.
- SOUZA, H. de. O Relatório Incompleto. In: Políticas Governamentais, Ibase, Nº 70, Rio de Janeiro, Jun/Jul/1991. p. 7-9.
- SUZIGAN, W. As Empresas do Governo e o Papel do Estado na Economia Brasileira. In: REZENDE et alii. Aspectos da Participação do Governo na Economia. Rio de Janeiro, IPEA / INPES, 1976.
- TOPALOV, C. Análise do Ciclo de Reprodução do Capital Investido na Produção da Indústria da Construção Civil - Capital e Propriedade Fundiária. In: Marxismo e Urbanismo Capitalista - textos críticos. Organização FORTI, R. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1979 a. p. 53-80.
- TOPALOV, C. La Urbanizacion capitalista: Elementos Para a sua análise. São Paulo, Ciências Humanas, 1979 b.
- VALLE, S. A. do. Falla de 1º de Maio de 1849. Arquivo de Santa Catarina.
- VÁRZEA, V. Santa Catarina - A Ilha. Florianópolis, Lunardelli, 1985. 97 p.
- VETTER, D. M. Uso do Solo e Distribuição de Renda. In: Revista de Administração Municipal, Nº 133, Rio de Janeiro, Nov/Dez/1975. p. 23-35.
- VETTER, D. M. & RZEZINSKI, H. C. Política de Uso do Solo: Para Quem?. In: Revista de Administração Municipal, Nº 153, Rio de Janeiro, outubro/dezembro, 1979. p. 6-31.
- VETTER, D. M. & MASSENA, R. M. R. O Espaço e a Apropriação dos Benefícios Líquidos dos Investimentos do Estado em Infra-Estrutura Urbana. In: Anais do 4º Encontro Nacional dos Geógrafos, AGB. Rio de Janeiro, 1980. p. 73-82.

ANEXOS

ANEXO Nº 1 - QUESTIONÁRIO

UFSC/PG-CFCH

CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

LEVANTAMENTO DE CAMPO PARA DISSERTAÇÃO - 1993

MESTRANDA: MARILÚ ANGELA CAMPAGNER MAY

"GUIA PARA COLETAS DE INFORMAÇÕES E/OU OPINIÕES GERAIS"

NÚMERO DO INQUÉRITO: _____ LOCALIDADE: _____

I) ANTECEDENTES:

1. Idade _____ Sexo _____

2. Ocupação principal: _____

() Proprietário () Empregado

3. Exerce outra (s) ocupação (ões)?

SIM () NÃO () Qual (is)? _____

4. Naturalidade: _____ Estado: _____

5. É nativo da Praia de Ingleses? SIM () NÃO ()

6. Na Praia dos Ingleses onde morava anteriormente: (dois últimos locais)

7. Endereço atual, rua e número. _____

8. Há quanto tempo reside neste local? _____

9. Reside: Sózinho () Com familiares () Outros ()

10. O que o(a) levou a residir neste local? _____

11. Renda em salário mínimo: _____

12. Escolaridade: _____

13. Características gerais do domicílio do informante e sua localização:

II) INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM A LOCALIDADE EM ESTUDO:

1. Quais as principais mudanças que vêm ocorrendo recentemente nesta localidade?

2. Quais os principais problemas que vêm ocorrendo nesta localidade?

3. O que a COMUNIDADE, o PODER PÚBLICO e OUTRAS INSTITUIÇÕES podem fazer para amenizar ou eliminar estes problemas?

COMUNIDADE: _____

PODER PÚBLICO: _____

OUTRAS INSTITUIÇÕES: _____

III) INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O IMPACTO DAS OBRAS PÚBLICAS NA PRAIA DOS INGLESES DO RIO VERMELHO.

1. Quais as obras públicas mais importantes para a PRAIA DOS INGLESES (classifique-as por ordem de importância):

() estradas (DER) () água e esgoto sanitário (CASAN)

() telefonia (TELESC) () energia elétrica (CELESC)

() Equipamentos sociais (Creche, Escola, etc.)

2. Você acredita que a implantação dessas obras representou mudanças para:

A localidade ? De que tipo? _____

Para você ? De que tipo ? _____

3. Quais os tipos de benefícios que as obras públicas trouxeram para a comunidade? _____

4. Quais os tipos de problemas que as Obras Públicas trouxeram à comunidade?

5. Em que setor você gostaria de novos INVESTIMENTOS PÚBLICOS?

6. Outras Informações e Opiniões complementares: _____

Florianópolis - SC ____/____/1993.

ANEXO Nº 2 - FOTOS PRAIA DOS INGLESES

Fotos - Praia dos Ingleses



Foto nº 1: Vista Parcial da Praia dos Ingleses

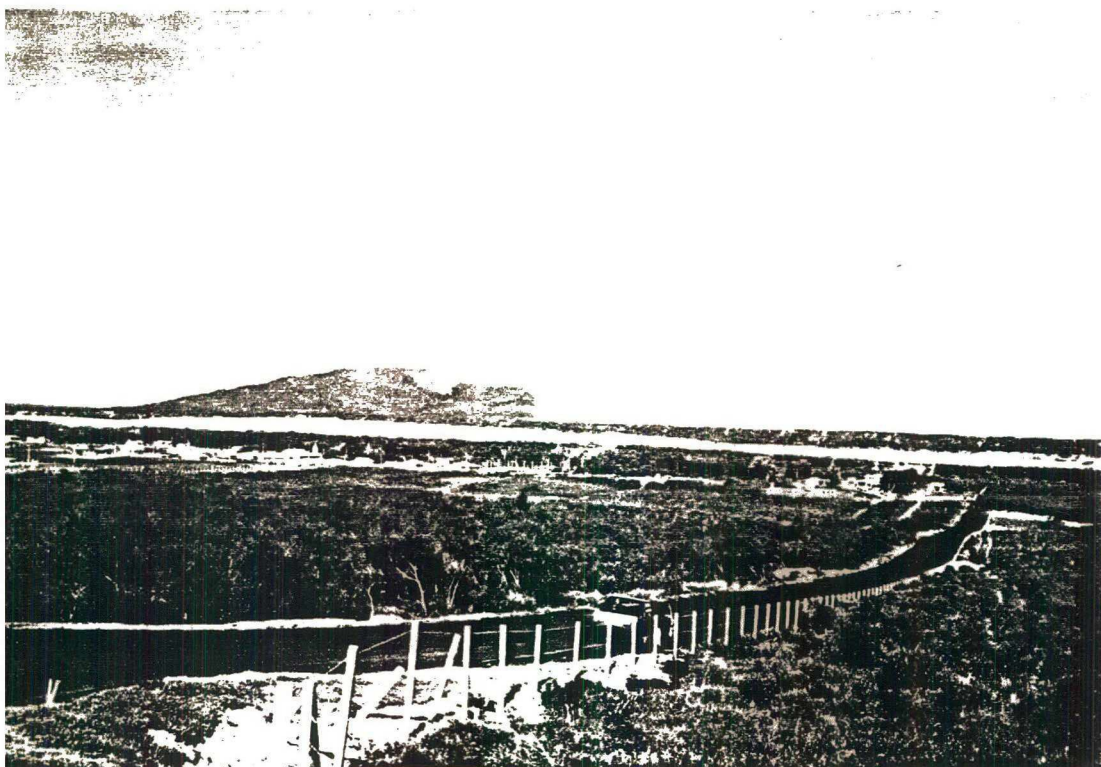


Foto nº 2: Antigas áreas agrícolas, agora na reserva para uso imobiliário comercial e residencial

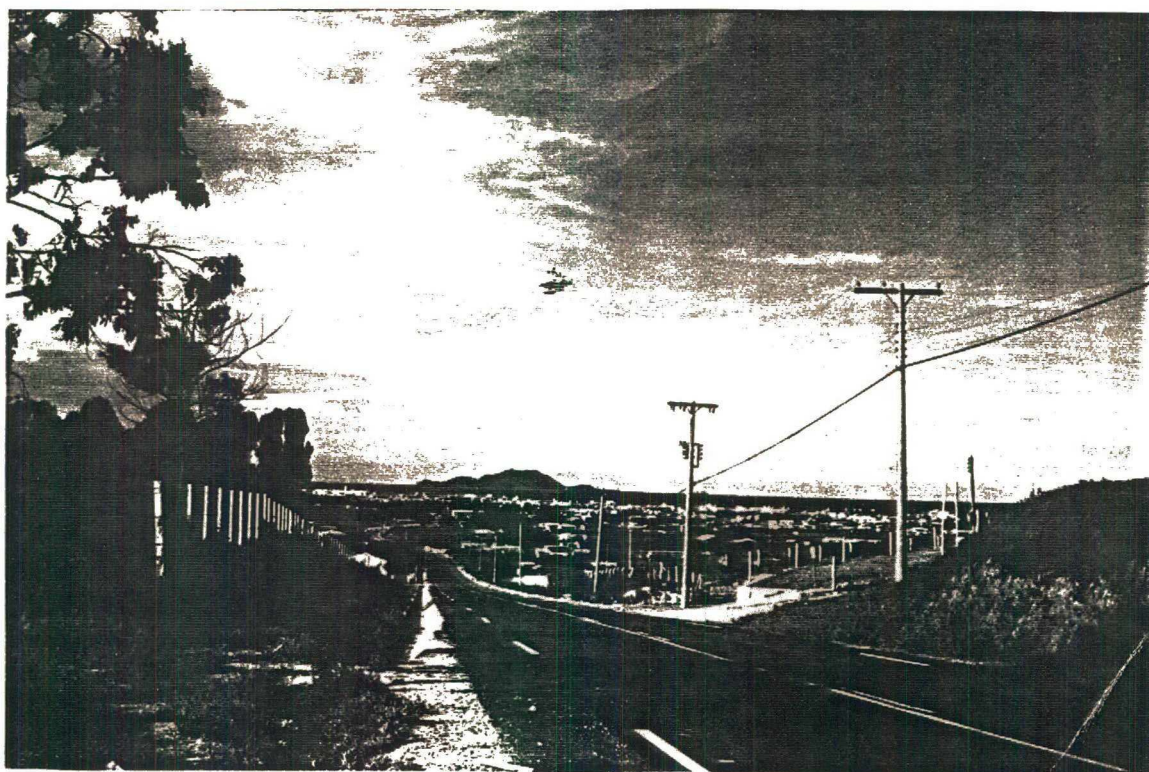


Foto nº 3: Rodovia - Acesso a Praia dos Ingleses (via Lagoa da Conceição)

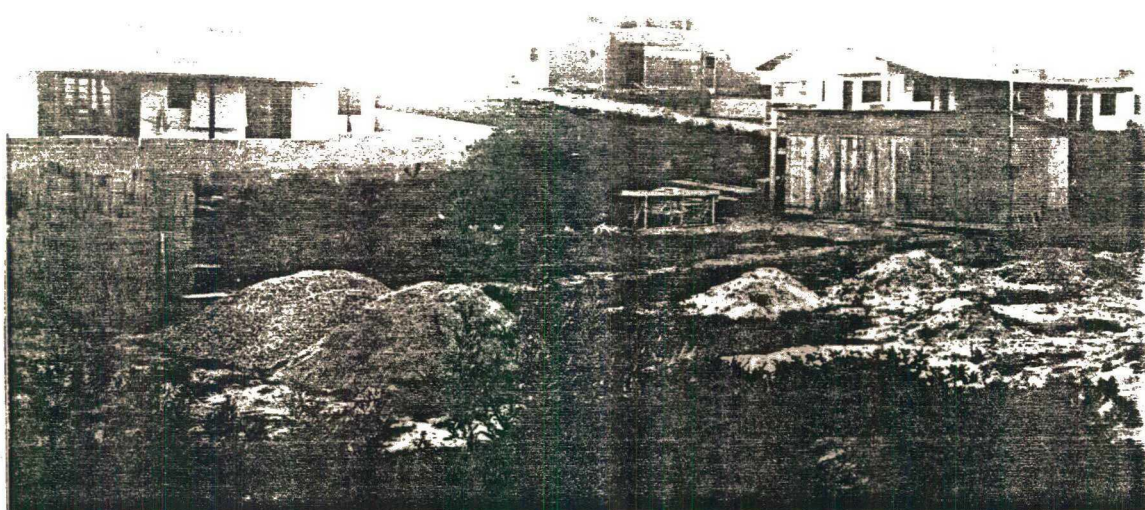


Foto nº 4: Tipo de construções no Condomínio Praia do Santinho



Foto nº 5: Igreja da Praia dos Ingleses



Foto nº 6: Rede de Distribuição de Energia Elétrica, Pavimentação de Ruas

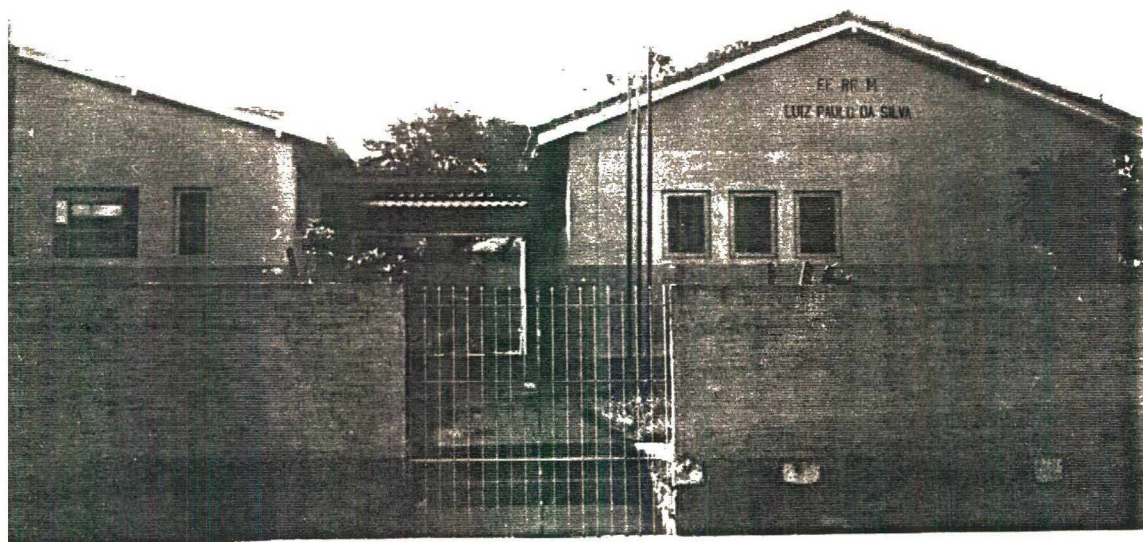


Foto nº 7: Escola Municipal Luiz Paulo da Silva

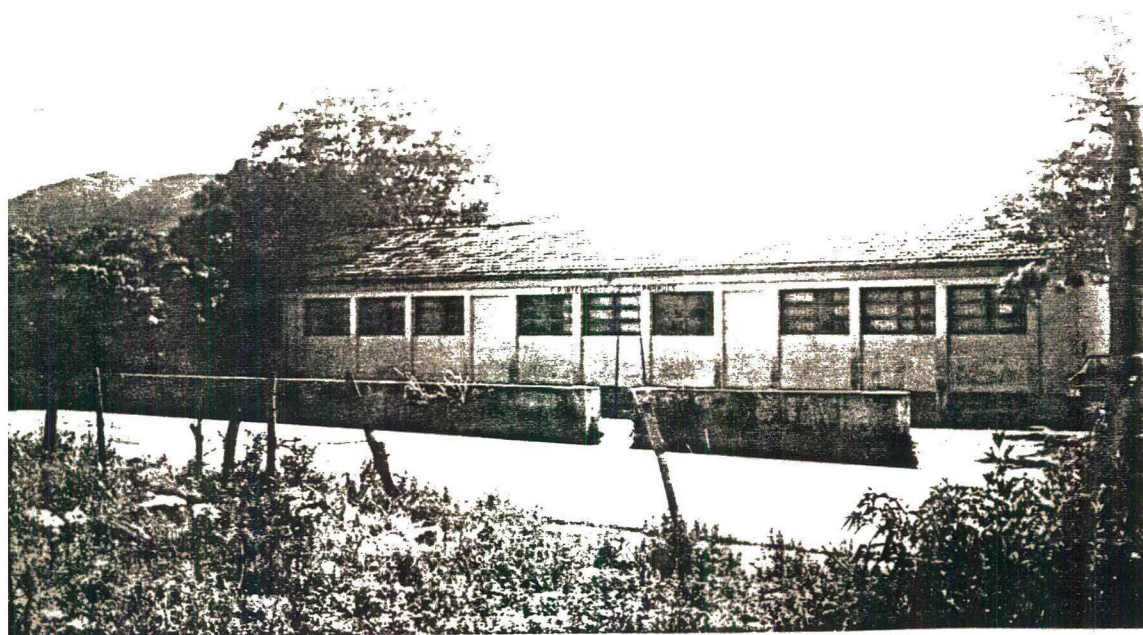


Foto nº 8: Escola Intendente José Fernandes



Foto nº 9: Posto Telefônico da TELESC



Foto nº 10: Distrito Policial

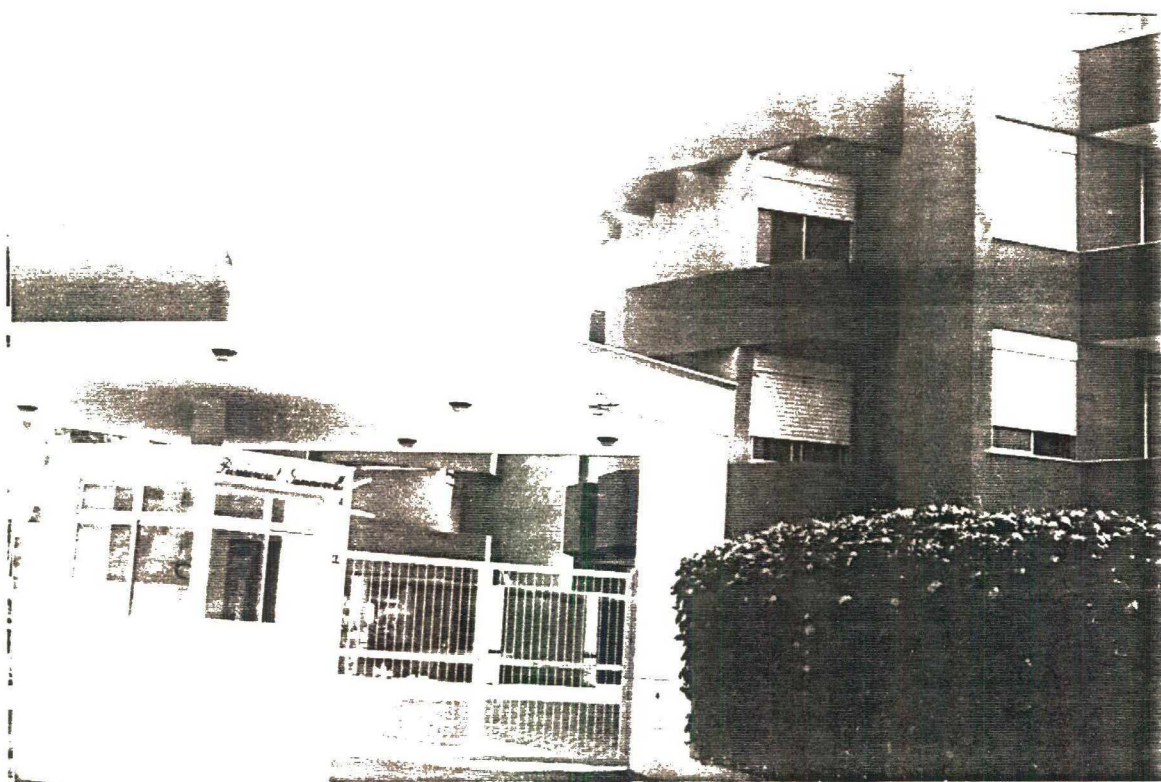


Foto nº 11: Condomínio residencial financiado pela CEF - FGTS



Foto nº 12: Hotel Chalés dos Ingleses - Obra financiada pelo Banco do Brasil - BNDES

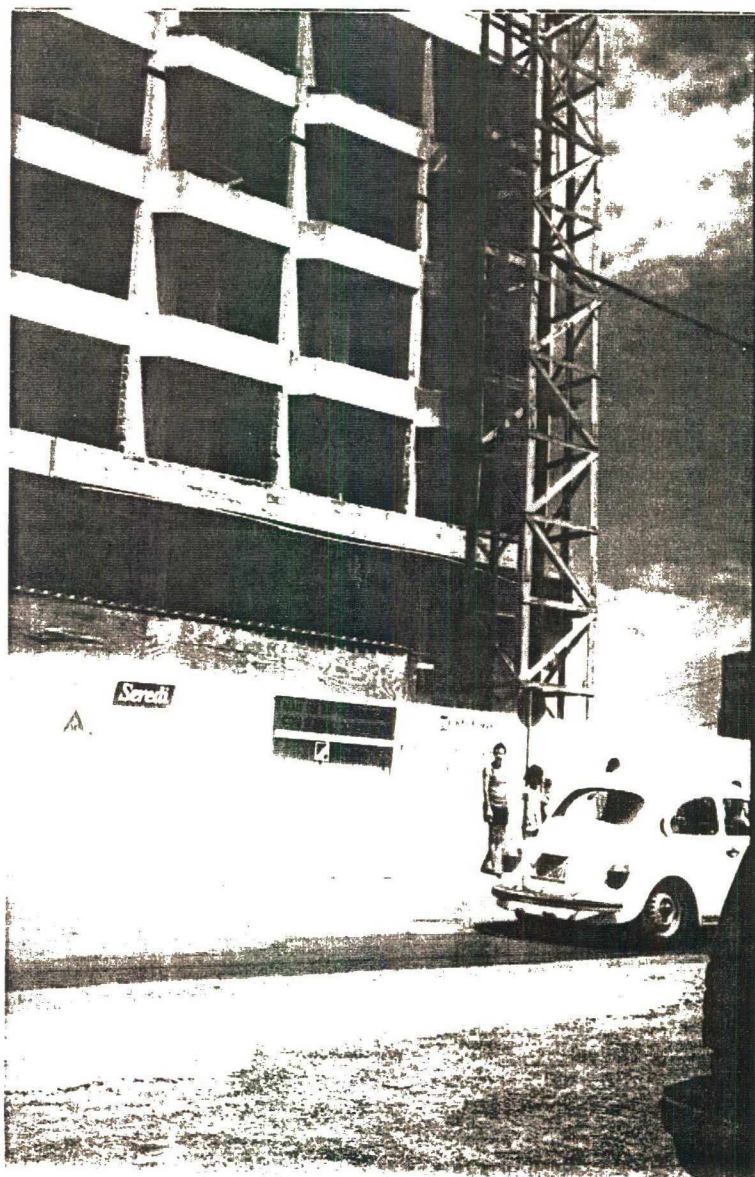


Foto nº 13: Construção com apoio do FUNGETUR - EMBRATUR

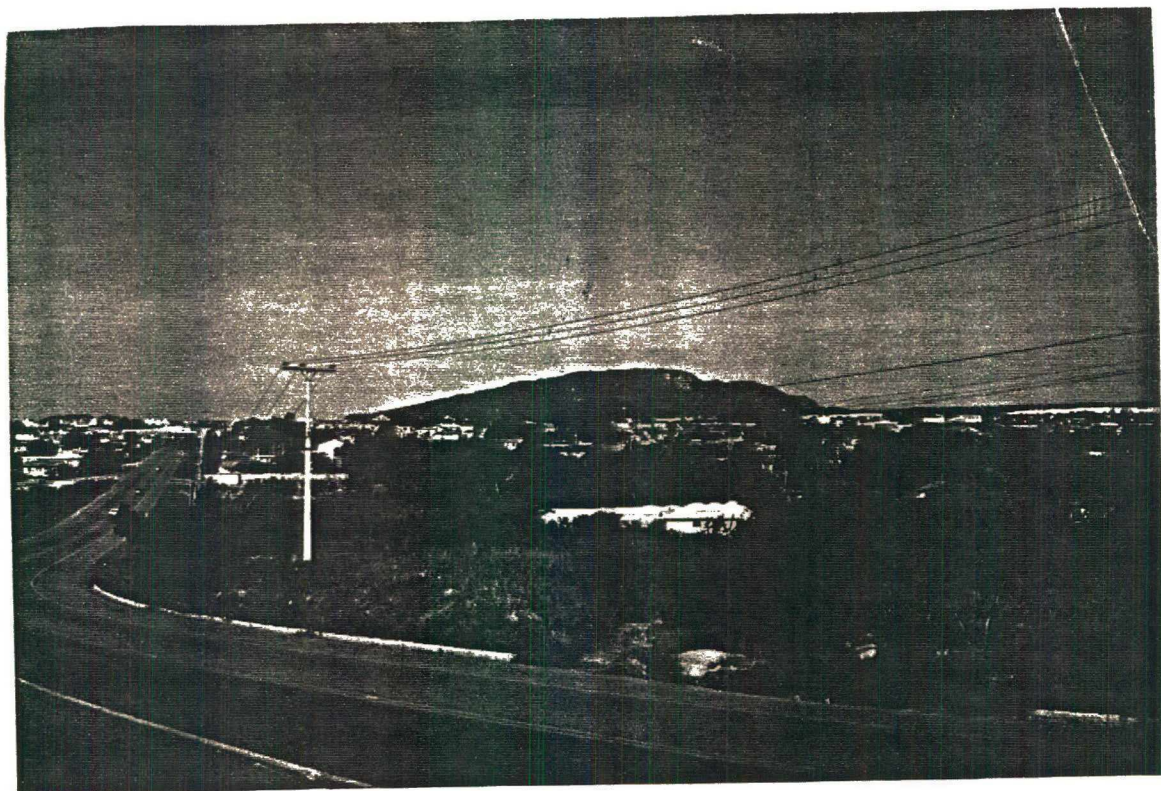


Foto nº 14: Rodovia SC 403 - Acesso Principal da Praia dos Ingleses (via SC 401)

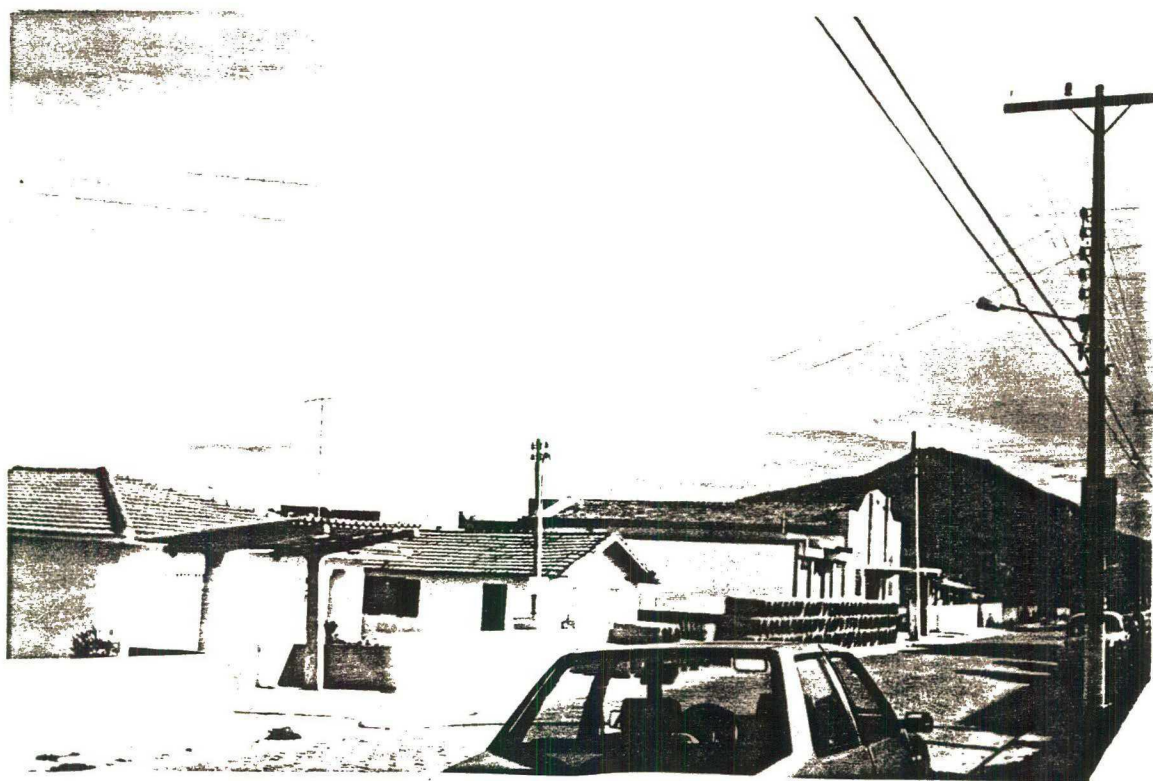
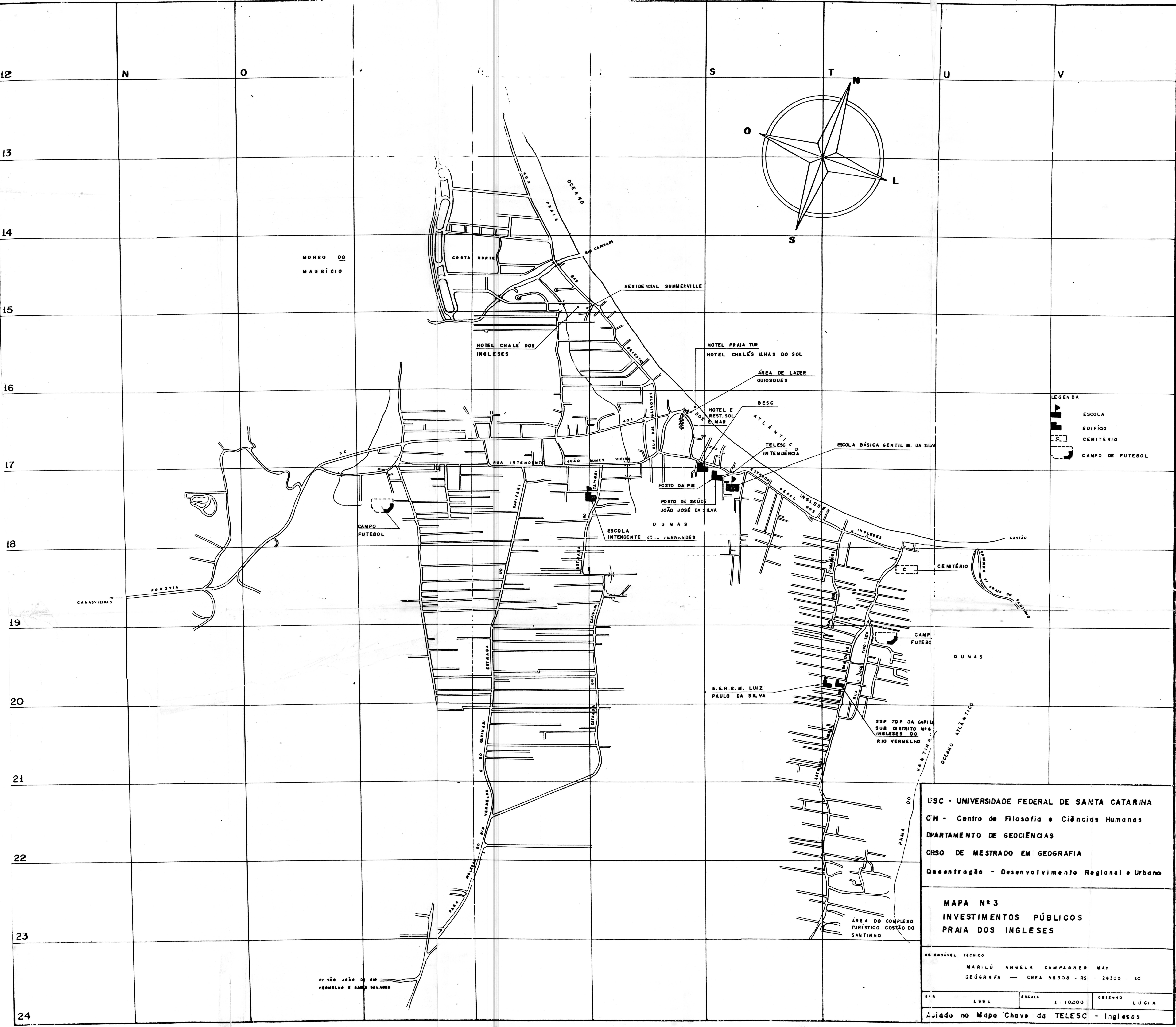


Foto nº 15: Obras da Rede de Distribuição de Água

ANEXO Nº 3 - MAPAS

3.1. Investimentos Públicos: Localização



USC - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CH - Centro de Filosofia e Ciências Humanas
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA
Concentração - Desenvolvimento Regional e Urbano

MAPA Nº 3
INVESTIMENTOS PÚBLICOS
PRAIA DOS INGLESES

RESPONSÁVEL TÉCNICO
MARILÚ ANGELA CAMPAGNER MAY
GEÓGRAFA — CREA 58308 - RS - 28305 - SC

DATA	1991	ESCALA	1:10000	DESENHO	LÚCIA
Anexo no Mapa Chave da TEDESC - Ingleses					